

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS MARÍTIMOS

ISABELLA SEQUETTO TERROR

A COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL E UMA ANÁLISE DA PROJEÇÃO DA ZONA
DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL: ESTUDO DE CASO DAS
MARINHAS DO BRASIL E DE CAMARÕES

Rio de Janeiro
2018

ISABELLA SEQUETTO TERROR

**A COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL E UMA ANÁLISE DA PROJEÇÃO DA ZONA
DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL: ESTUDO DE CASO DAS
MARINHAS DO BRASIL E DE CAMARÕES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Sabrina Evangelista Medeiros

Rio de Janeiro
2018

Terror, Isabella Sequetto

C328c A cooperação no Atlântico Sul e uma análise da proteção da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: estudo de caso das Marinhas do Brasil e de Camarões/ Isabella Sequetto Terror. - Rio de Janeiro, 2018.
157f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2018.
Orientador: Sabrina Evangelista Medeiros.

Bibliografia: f. 128-137

1. Cooperação internacional - Atlântico Sul, Oceano. 2. Geopolítica – Camarões 3. Brasil - Relações exteriores - África. I. Escola de Guerra Naval (BRASIL). II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Nathalice Bezerra Cardoso – CRB7/6128
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

ISABELLA SEQUETTO TERROR

A COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL E UMA ANÁLISE DA PROJEÇÃO DA ZONA
DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL: ESTUDO DE CASO DAS
MARINHAS DO BRASIL E DE CAMARÕES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Estudos Marítimos da Escola
de Guerra Naval, como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Estudos
Marítimos. Área de Concentração em
Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

APROVADA EM 15 DE MARÇO DE 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Evangelista Medeiros - Orientadora
Doutora do PPGEM-EGN

Prof^ª. Dr^ª. Ana Luiza Bravo Paiva
Doutora do PPGCM-ECEME

Prof. Dr. Cláudio Rodrigues Corrêa
Doutor do PPGEM-EGN

Prof^ª Dr^ª. Cintiene Sandes Monfredo
Doutora do CPGSID-ESG

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico esse trabalho a Deus, o autor da Vida, “Aquele que criou o ajuntamento das águas, o chamou de mar e viu que era bom”¹.

À minha mãe por ser a minha inspiração de companheirismo, ensinamento e garra.

Ao meu pai, pastor e fiel amigo pelo amor incondicional. A minha irmã por compartilhar a vida ao meu lado.

Aos meus avós, pelos ensinamentos e amor incondicional.

À minha família pelo apoio.

À estimada Doutora Sabrina Evangelista Medeiros por transcender os ensinamentos acadêmicos e confiar em mim desde a época em que eu era sua estagiária, estimulando continuamente o aprendizado e abrindo portas para sonhos que não encontrei nos livros.

Ao Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval, que estimula a paixão pelo mar.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, que contribuíram para a minha formação.

À Escola de Guerra Naval, que abriu as suas portas, me oferecendo a oportunidade de estudar em um ambiente de excelência com reconhecimento nacional e internacional.

À Marinha do Brasil por proporcionar o intercâmbio entre civis e militares para fortalecer a defesa e a segurança nacional.

¹ Bíblia Sagrada, Referência Thompson, Gênesis, cap. 1, ver.10, p. 1, 2007

RESUMO

O presente trabalho, “A cooperação no Atlântico Sul e uma análise da projeção da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Estudo de caso das Marinhas do Brasil e de Camarões”, tem por objetivo realizar um estudo de caso entre as Marinhas do Brasil e de Camarões. A relevância do estudo se baseia na necessidade de melhor compreender o propósito do Brasil de exercer elevada influência no Atlântico Sul, por meio da cooperação com os países Africanos, para se projetar no cenário internacional. Assim, objetiva-se apresentar as bases teóricas que fundamentam a cooperação praticada pelo Brasil bem como a utilização da Teoria da Interdependência para interligar os Estados. Além disso, se propõe a detectar o papel do Brasil na ZOPACAS, identificar sua importância no que se refere à cooperação com Camarões, e estabelecer quais foram as ações executadas pelo Brasil no âmbito da cooperação com o país africano, levando em conta a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa. Para tanto, o método utilizado é o exploratório, com revisão documental e bibliográfica referente ao tema. Desse modo, observa-se que, mesmo durante o período em que o Brasil não devotou a sua atenção à presença nos assuntos relacionados ao Atlântico Sul, o país conservou interesse em manter relação de proximidade com a África, buscando ter maior projeção no cenário internacional. Neste sentido, atua e mobiliza a revitalização da ZOPACAS, viabilizando confiança entre os Estados membros quando da implantação da cooperação que irá beneficiar ambos os lados da relação. Assim, devido à tentativa do Brasil de ter um papel importante e de destaque na arena internacional, este procura aumentar sua influência junto aos países do Atlântico Sul. Conclui-se que, com esse estudo e os documentos em anexo, as Marinhas do Brasil e de Camarões estão se aproximando e firmando parcerias, possibilitando maior integração entre esses países e o Atlântico Sul, projetando o Brasil no cenário internacional.

Palavras-chave: Cooperação. ZOPACAS. Teoria da Interdependência. Brasil. Camarões.

ABSTRACT

The present work, “Cooperation in the South Atlantic and an analysis of the projection of the South Atlantic Peace and Cooperation Zone. Case study of the Brazilian and Cameroon Marines”, tries to approach a case study between the Navy of Brazil and Cameroon. The relevance of the study rests on the need to better understand Brazil's attempt to exert a strong influence in the South Atlantic, through cooperation with the African countries, to project itself on the international scene. Thus, the objective is to present the theoretical bases that support the cooperation practiced by Brazil as well as the use of the Inter-Dependency Theory to interconnect the States, in addition, it proposes to detect Brazil's role in ZOPACAS, to identify the importance given by Brazil with regard to cooperation with Cameroon, and to identify the actions carried out by Brazil in the scope of cooperation with the African country, taking into account the National Defense Policy and the National Defense Strategy. For that, the exploratory method will be used, with documentary and bibliographical revision referring to the theme. Thus, it is observed that even during the period that Brazil did not devote its attention to the presence in matters related to the South Atlantic, the country retained interest in maintaining close relation with Africa, seeking to have greater projection in the inter-national scenario. In order to do so, it acts and mobilizes the revitalization of ZOPACAS, enabling trust among member states when implementing cooperation that will benefit both sides of the relationship. Thus, due to Brazil's attempt to play an important and prominent international role in this matter, this country seeks to increase its influence with the countries of the South Atlantic. It is concluded that, with this study and the annex documents, the navies of Brazil and Cameroon are approaching and establishing partnerships, allowing greater integration between these countries and the South Atlantic, projecting Brazil in the international scenario.

Keywords: Cooperation. ZOPACAS. Theory of Interdependence, Brazil. Cameroon.

LISTA DE ABREVIATURAS

AM	Alto Mar
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CENPEM	Curso e Estágios do Ensino Naval destinados ao Pessoal Extra Marinha
CMC	Centro multinacional de Cooperação
COMCONTRAM	Comando de Controle Naval do Tráfego Marítimo
CNUDM	Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSM	Consciência Situacional Marítima
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
EC	Estados Costeiros
ECCAS	Comunidade Econômica Centro Africana
ECOWAS	Comunidade Econômica do Oeste Africano
EUA	Estados Unidos da América
FSD	Frente Social Democrata
GGC	Comissão do Golfo da Guiné
GoG	Golfo da Guiné
MB	Marinha do Brasil
MOC (em inglês)	Centro de Operações Marítimas
MP	Movimento Progressista
MT	Mar Territorial
PC	Plataforma Continental
PDN	Política de Defesa Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
UDC	União Democrática Camaronesa
UNC	União Nacional de Camarões
UNDP	União Nacional pela Democracia e o Progresso
UPC	União das Populações de Camarões
RDPC	Agrupamento Democrático do Povo Camaronês
ZC	Zona Contígua
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Ministério das Relações Exteriores	46
Figura 2 - Dilema do Prisioneiro	56
Figura 3 - Mapa do continente Africano com destaque para Camarões.	82
Figura 4 - Evolução da situação geopolítica de Camarões	83
Figura 5 - Sobre o CAMAS	106
Figura 6 - Sobre o CAMAS	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Histórico do comércio entre Brasil e Camarões (continua).....	87
Tabela 2 - Comércio entre Brasil e Camarões (continua).....	90
Tabela 3 - Comércio entre Brasil e Camarões: totais por fator agregado (continua)	93
Tabela 4 - Comércio entre Brasil e Camarões (continua).....	95
Tabela 5 –Comércio entre Brasil e Camarões.....	97
Tabela 6 - Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil (2010-2012).....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Atividades de Cooperação Técnica coordenadas pela ABC	51
Gráfico 2 - Principais áreas de envolvimento do Brasil em acordos de Cooperação Sul-Sul em 2009 ..	52
Gráfico 3 - Investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento, participação por continente, 2009-2010	52
Gráfico 4 - Participação dos Principais Compradores dos Camarões (2005-2010).....	85
Gráfico 5 - Histórico do comércio entre Brasil e Camarões	88
Gráfico 6 - Histórico do comércio entre Brasil e Camarões	89
Gráfico 7 - Histórico do comércio entre Brasil e Camarões	89
Gráfico 8 - Comércio entre Brasil e Camarões: industrializados	92
Gráfico 9 - Comércio entre Brasil e Camarões: operações especiais	94
Gráfico 10 - Comércio entre Brasil e Camarões	97
Gráfico 11 - Comércio entre Brasil e Camarões	98
Gráfico 12 - Comércio entre Brasil e Camarões: operações especiais	98
Gráfico 13 - Comércio entre Brasil e Camarões: operações especiais	99
Gráfico 14 – Comércio enter Brasil e Camarões: básico	99
Gráfico 15 - Comércio entre Brasil e Camarões	99

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
1. A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO MARÍTIMA NO CENÁRIO INTERNACIONAL	22
1.1. Conceito de Cooperação	22
1.2. História da Cooperação e o Brasil.....	37
1.3. O Dilema do Prisioneiro e o Equilíbrio de Nash.....	54
2. EXPERIÊNCIA BILATERAL ENTRE BRASIL E CAMARÕES	59
2.1. Relação Brasil-África.....	59
2.2. O Entorno Estratégico do Brasil, a PND e a END.....	71
2.3. A relação entre o Brasil e Camarões	81
3. A ZOPACAS E A TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA	103
3.1. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.....	103
3.2. A Teoria da Interdependência no Ambiente Cooperativo	114
4. CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS	126
ANEXOS.....	138

APRESENTAÇÃO

*“Aquele que comanda o mar comanda o comércio;
aquele que comanda o comércio do mundo comanda as riquezas
do mundo e, conseqüentemente, o próprio mundo.”*
Sir Walter Raleigh

Essa dissertação é fruto de pesquisa que envolve o Brasil e os países africanos, incluindo um estudo de caso entre as Marinhas do Brasil e de Camarões. Para tanto, busca-se demonstrar, de acordo com a Agenda de Segurança e Defesa (Estratégia Nacional de Defesa e Política Nacional de Defesa), a delimitação do entorno estratégico e a projeção de poder do Brasil nas relações internacionais, que acabam por afetar áreas como economia, política, segurança e defesa.

O continente africano apresenta diversos países com diferentes culturas e línguas, coexistindo questões tradicionais e novos desafios, por ser a África um dos mais instáveis continentes, com inúmeros conflitos (PEREIRA, 2016, p.9). Entretanto, essa região, possui lugar central na agenda externa brasileira e dispõe de diversas parcerias de cooperação com o Brasil, fazendo com que a relação bilateral ou multilateral se estenda e gere benefícios que refletirão na segurança regional.

Poder-se-ia ter escolhido diversos países do Atlântico Sul, contudo, o destaque é dado a Camarões, por este Estado ser dotado de posição estratégica no continente e realizar, por décadas, parcerias políticas e comerciais com o Brasil, inclusive com as Forças Armadas. Por isso, resolveu-se dedicar o trabalho à diligência de emprenho na relação entre esses países.

O primeiro capítulo, “A Importância da Cooperação Marítima no Cenário Internacional”, é subdividido em três tópicos, são eles: Conceito de Cooperação; História da Cooperação e o Brasil; e O Dilema do Prisioneiro e o Equilíbrio de Nash. No primeiro item, o estudo aprofunda a compreensão das Teorias de Cooperação e o entendimento do agir em conjunto em prol da possibilidade efetiva de ganho. O segundo item se propõe a estabelecer de forma histórica a relação de cooperação no Brasil, trazendo exemplos. Já o terceiro item, O Dilema do Prisioneiro e o Equilíbrio de Nash, revela a formação e a importância de cooperar frente à deserção, reforçando a ideia de que os Estados, para se fortalecerem, deverão se associar uns aos outros.

O segundo capítulo, “Experiência Bilateral Brasil e Camarões”, está subdividido em outros três tópicos: Relação Brasil África; O Entorno Estratégico do Brasil; A Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa; e A Relação entre Brasil e Camarões.

Essa parte do estudo procura elucidar as parcerias entre Brasil e o Continente Africano, principalmente em relação a Camarões. No primeiro item, é feito um apanhado histórico do envolvimento do Brasil com os países africanos ao longo das décadas. No segundo item, procura-se identificar as regiões em destaque que possuem enquadramento na Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa que ressaltam o entorno estratégico local bem como as prospectivas de segurança e defesa no que se refere à tomada de decisão. Já o terceiro item faz um levantamento geral de Camarões, das suas atividades, do seu território, da sua cultura e associação existente com o Brasil.

Por último, o terceiro capítulo, “A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e a Teoria da Interdependência”, está subdividido em outros dois tópicos: A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul e a Teoria da Interdependência no Ambiente Cooperativo. O primeiro item desse capítulo enfatiza a cooperação por meio da ZOPACAS, que permitirá ao Brasil manifestar domínio na área e se projetar mundialmente. No segundo item, utiliza-se a Teoria da Interdependência de Keohane e Nye para atender às necessidades de equilíbrio para as ações dos Estados soberanos em um mundo em que os atos praticados por cada agente se reflete nos setores de cada região, como o econômico e de segurança.

A hipótese do estudo é analisar se há aproximação entre as Marinhas do Brasil e de Camarões e se esse vínculo pode gerar algum tipo de benefício internacional no que se refere a projeção do Brasil no Atlântico Sul. Para tanto, no que se refere a metodologia, será realizado um estudo de caso entre as Marinhas dos dois países retrorreferidos e as bases teóricas que fundamentam a cooperação praticada pelo Brasil bem como a utilização da Teoria da Interdependência para interligar os Estados. Insta dizer que, diversos dados da cooperação entre esses países são sigilosos, sendo inviável o acesso e o apontamento na presente dissertação.

INTRODUÇÃO

*“Eis o mar, imenso e vasto. Nele vivem inúmeras criaturas,
seres vivos, pequenos e grandes.”
Salmos 104:25²*

As mudanças no cenário internacional, tomando como base o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), configuraram avanços relevantes e acabaram por impulsionar e instigar a possibilidade de aprofundar o estudo do mar que, ao longo dos anos, aproximou povos, funcionando como cenário de disputas e elemento de integração econômica e cultural (LONGO, 2014, p.68).

Por ser fonte de energia, recursos naturais, alimentos e deter capacidade para traçar caminhos, o oceano é local para projetar poder e dominação, funcionando como via para transporte de bens, serviços e pessoas, levando e trazendo riquezas fundamentais para a vida e meio de comunicação essencial para processos de inserção econômica e política nos sistemas globais dos diversos países que voltam as suas atenções para o potencial das águas (NETO, 2014, p.15).

Nesse contexto, o Atlântico Sul possui relevante influência, sendo um espaço estratégico vital para o Brasil, dada a sua posição geoestratégica que desperta interesse econômico por ser uma “rota de passagem e comércio, com via de acesso e de escoamento dos produtos energéticos, e por permitir o fortalecimento da capacidade estatal dos países” (PEREIRA, 2016, p. 59). Ressalta-se que o mar participa, só no comércio exterior brasileiro, no fluxo de transações de cerca de 95% da demanda, de acordo com a Marinha do Brasil (MB).

O transporte por mar beneficia-se ainda da condição de utilizar uma via de comunicação indestrutível que, além de não apresentar limitações de peso ou volume, liga, de forma contínua e permanente, todos os continentes. Essas características, bem como o fato de ser mais econômico para grandes cargas em longas distâncias, produzem intenso tráfego marítimo, cerca de 95% da tonelagem das trocas do Brasil com o exterior (CENTRO DE EXCELENCIA PARA O MAR BRASILEIRO, 2012, p.106).

² Bíblia Sagrada. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/sl/104>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

A parte sul do Atlântico se destaca por suas rotas e elevada intensidade no tráfego marítimo, “fazendo parte dos cálculos estratégicos das potências extra regionais” (PEREIRA, 2016, p. 59), senão vejamos:

Golfo Pérsico – Cabo da Boa Esperança – Europa Atlântica e Mediterrânea, que é a rota de maior volume de carga do mundo. A partir do Golfo da Guiné, incorpora o tráfego de exportação de petróleo nigeriano, e América do Sul – Europa.

Há ainda que consignar outras rotas também importantes:

Golfo Pérsico – Rio da Prata

Golfo Pérsico – Área Santos/Vitória Golfo Pérsico – Caribe – EUA

Golfo da Guiné – Área Santos/Vitória Golfo da Guiné – Caribe – EUA

América do Sul - Caribe – EUA (VIEGAS FILHO, 2016, p. 20).

Nesse sentido, esta parte do Oceano, se destaca por sua importância comercial e geográfica, com a descoberta de depósitos de hidrocarbonetos³ e de campos de nódulos polimetálicos, além de gerar recursos naturais, como, por exemplo, de energia e de exploração mineral, por atuar como porta de acesso à produção de riquezas em nível mundial que impactam os governos dos Estados.

As denominadas linhas de comunicação⁴, que crescem significativamente com o passar do tempo, incorporam esse espaço, que ainda possui elevado e importante patrimônio cultural subaquático, contando com sítios arqueológicos advindos de naufrágios e demais sinistros que vêm viabilizando o desenvolvimento da arqueologia e culminando em novas e significativas descobertas.

Com isso, o Atlântico Sul comporta importância especial em termos de controle e acesso marítimo, com interesses variados e com influências nas áreas da economia, da política, da segurança, da defesa e da estratégia. Com isso, no Brasil, o fluxo de comércio permite algumas perspectivas:

O Brasil tem interesse em três rotas principais, duas transversais, que o ligam ao Cabo da Boa Esperança e à África Ocidental e uma, mais longitudinal, mas

³ A África dispõe de 8% das reservas mundiais de petróleo e 7% das reservas de gás natural. O Golfo da Guiné detém 3,5% das reservas mundiais de petróleo, isto é, a segunda maior concentração de hidrocarbonetos do mundo. Angola e Nigéria são os maiores produtores da região, perfazendo cerca de 4 milhões de barris diariamente, mais da metade de toda a produção de petróleo do continente africano. Com importância também significativa temos a República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Costa do Marfim, Mauritânia, Mali e Gana. As reservas de gás natural da África do Sul vêm sofrendo um esgotamento progressivo; contudo, há grandes quantidades de gás de xisto a serem explorados futuramente, e o país contribui com 4% das reservas mundiais de carvão (HÖRING; WEBER; CLOSS, 2014).

⁴ As rotas marítimas do Atlântico Sul enquadram-se dentro do conceito de Se Lenes off Communication – SLOC –, isto é, as linhas de comunicação entre dois oceanos que permitem as relações comerciais, logísticas e militares entre diferentes pontos oceânicos (Ibidem, p. 491).

inletida para NE, que o liga à Europa; Já o Ocidente desenvolvido tem seu interesse principal concentrado na rota longitudinal, inletida para NW, que une o Cabo da Boa Esperança, passando próximo à costa africana, ao Atlântico Norte; Verifica-se, portanto, que a coincidência de interesses, substancial na costa oriental da África, praticamente termina no Cabo da Boa Esperança ao iniciar-se o Atlântico Sul, só voltando a ocorrer nos pontos em que a rota longitudinal de interesse do Ocidente desenvolvido cruza com as rotas brasileiras para a África Ocidental e a Europa, ou seja, em pontos específicos situados ao largo do Golfo da Guiné e à altura do arquipélago de Cabo Verde. Cerca de 90% do fluxo de petróleo após dobrar o Cabo segue no rumo norte, enquanto que a parte de nosso interesse segue para o oeste (VIEGAS FILHO, 2016, p. 25).

Além disso, essa massa de água possui influência no meio ambiente e no clima, sendo importante o estímulo à preservação, haja vista que o uso irregular dessas riquezas naturais poderá ocasionar distúrbios e diversas situações de conflito por domínio, como é o caso da poluição marinha e a pesca predatória já existente, que resultam, por exemplo, no desgaste das gerações de seres vivos.

Merece destaque os casos de pirataria, roubo armado, terrorismo, tráfico de drogas, contrabando e descaminho na região, haja vista que podem ser citados também como causadores de efeitos devastadores na sociedade, que sofre com o desafio de que os enfrentar e combater sendo que, nem sempre, os países envolvidos estão preparados ou possuem recursos adequados para observação, monitoramento, inteligência, combate e vigilância da sua zona marítima.

Somado ao fator socioeconômico, conflitos políticos, que por vezes são gerados, ou agravadas por esta conjuntura, também fomentam a pirataria. No Golfo da Guiné o conflito que recebe maior atenção da literatura e é apontado como maior nutridor da pirataria na região é o conflito no Delta do Níger. Motivados pelas péssimas condições de vida local, resultado de anos de esquecimento do governo central; pela abrupta queda da população de peixes – outrora principal fonte de renda das comunidades locais - em virtude da poluição resultante da exploração de petróleo; e pela drástica contradição entre a riqueza advinda da exploração do petróleo e a condição de extrema pobreza dessa população; diversos grupos locais (armados ou não) têm se rebelado contra o governo (SILVA, s.d., p.2).

A partir desses apontamentos, a valorização do Atlântico Sul desperta o crescimento econômico e a articulação política e militar, fortalecendo as forças, com a instituição de acordos de cooperação, por questões de ordem geográficas, geoestratégicas, histórico-culturais e de segurança que permitem a interligação entre os Estados. Com isso, a capacidade de transformação possibilita o desenvolvimento, a formação e o fortalecimento da relação entre os países do Atlântico Sul justificando a ação de trabalhar com arranjos entre países da região, viabilizando revisão da forma de gestão, que poderá incorporar agilidade, flexibilidade e competitividade compatível com base bilateral e multilateral.

Partindo desses pressupostos, a dissertação pretende demonstrar as implicações e a necessidade de o Atlântico Sul ser o canal para envolver a dinâmica de cooperação e de defesa dos países inseridos nessa região, sinalizando, para os organismos internacionais, interesses estratégicos ao desenvolver considerações e perspectivas de crescimento e de resolução de conflitos.

Dessa forma, o trabalho propõe-se aprofundar os estudos no espaço geoestratégico do Atlântico Sul, ressaltando que, embora a América do Sul demonstre relativa paz e estabilidade entre os Estados, se comparada as demais regiões do mundo, por possuir conflitos internos predominantemente político- sociais e crises externas eventuais e limitadas, se faz necessária a atenção a este ambiente, dada a sua localização estratégica, as suas riquezas naturais, como petróleo e gás, e os seus países com potências emergentes e evidente necessidade de protagonismo em suas áreas de influência.

Nessa conjuntura, em 1982, foi assinada na Jamaica a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM)⁵, ficando popularmente conhecida como Convenção de Montego Bay, que conta com a participação de cerca de 160 Estados e contempla um conjunto de normas que estabelecem jurisdição universal sobre a utilização dos mares, estabelecendo diretrizes para os países membros.

Dentre as orientações pode-se apontar a de que os Estados Costeiros (EC) possuem soberania sobre o Mar Territorial (MT), composto pelas águas contidas no mar adjacente ao seu território e às suas águas interiores. Estabeleceu-se ainda a denominada Zona Contígua (ZC)⁶, que é uma segunda faixa que segue o Mar Territorial, de acordo com o disposto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. As plataformas continentais compreendem o leito e o subsolo das áreas marinhas na extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da extensão do prolongamento natural do seu

⁵ Promulgada pelo Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990 (BRASIL, 1990).

⁶ PARTE II - MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA SEÇÃO 1. DISPOSIÇÕES GERAIS
ARTIGO 2

Regime jurídico do mar territorial, seu espaço aéreo sobrejacente, leito e subsolo.

1. A soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado arquipélago, das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial.

2. Esta soberania estende-se ao espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e ao subsolo deste mar.

3. A soberania sobre o mar territorial é exercida de conformidade com a presente Convenção e as demais normas de direito internacional.

SEÇÃO 2. LIMITES DO MAR TERRITORIAL ARTIGO 3

Largura do mar territorial

Todo Estado tem o direito de fixar a largura do seu mar territorial até um limite que não ultrapasse 12 milhas marítimas, medidas a partir de linhas de base determinadas de conformidade com a presente Convenção.

território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, com área de 200 milhas a partir da linha da base⁷. Os fundos marinhos são um espaço em que a extensão da Plataforma Continental (PC), entretanto, não está sujeita à soberania territorial de nenhum Estado. Resta ao Alto Mar (AM) a porção de águas em que nenhum país exerce poderio, sendo livre para navegação, destinado para fins pacíficos, afastando qualquer tipo de eventual incidente instigando conflitos e atos ilícitos.

Em 1986, no ambiente da Guerra Fria (1947-1989), foi criada a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS) e da Guerra das Malvinas (1982), em que, por iniciativa do Brasil abraçada pela Organização das Nações Unidas, países dessa parte do oceano se juntaram por compatibilidade de interesses em suas riquezas, como petróleo e gás, evitando que rivalidades e tensões não acabassem por afetar as relações econômicas e políticas.

A ZOPACAS é integrada por vinte e quatro países, que são: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

Ademais, esse elo entre a África e a América do Sul é o instituto que permite a viabilização de união para o desenvolvimento socioeconômico dos países costeiros no contexto internacional, acabando por aproximar as duas margens do Atlântico, fortalecendo as capacidades de crescimento do comércio dos Estados e das suas organizações. A ideia de paz sustentável e multipolaridade da cooperação concorrem para o desenvolvimento de acordos na esfera internacional, viabilizando a disseminação e o aproveitamento de experiências vividas nacionalmente de forma bem-sucedida.

Entretanto, como será aprofundado no decorrer da dissertação, a ZOPACAS não está *a priori* atingindo o objetivo do seu estabelecimento, ao passo que não possui expressivo número de acordos de cooperação e elo de fortalecimento de combate ao armamento nuclear entre os seus países membros, estando desacreditada no meio internacional.

O Brasil, no entanto, por ser parte do Atlântico Sul, com a análise do presente trabalho deverá colocar a ZOPACAS no seu entorno estratégico, por ser a parte sul do Atlântico

⁷ SEÇÃO 4. ZONA CONTÍGUA ARTIGO 33

Zona contígua

1. Numa zona contígua ao seu mar territorial, denominada zona contígua, o Estado costeiro pode tomar as medidas de fiscalização necessárias a:
 - a) evitar as infrações às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários no seu território ou no seu mar territorial;
 - b) reprimir as infrações às leis e regulamentos no seu território ou no seu mar territorial.
 - c) A zona contígua não pode estender-se além de 24 milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

detentora de reservas naturais, petróleo e gás, rotas marítimas, ecossistemas e meio ambiente adequado para proliferação de cardumes e áreas turísticas, não podendo ser deixado de lado, fazendo do Atlântico Sul uma zona de projeção de poder dos países das suas duas costas.

Visando levantar a discussão de como a ZOPACAS pode se alavancada e se efetivar no cenário internacional, será evidenciado os seus entraves e apontadas as críticas que à institucionalização que vem sofrendo, bem como à não previsibilidade dos institutos de segurança e defesa, delimitando a projeção para o seu fortalecimento no futuro. Com isso, pretende-se indicar a evolução do reconhecimento e intensificação da cooperação entre os Estados do Atlântico Sul, diante de um quadro complexo e da incidência de possibilidade de insuficiência que permeia e transita na região que, com a ajuda mútua, sendo capaz de responder aos anseios dos países.

Isso porque, como será exprimido o fomento para uma possível cooperação entre os países do Atlântico Sul proporcionará o reflexo da solidariedade entre parceiros naturais ou não, fomentando o comércio, gerindo ajudas internacionais, exigindo a relação entre indivíduos e organizações baseadas em métodos. Para tanto, utilizaremos a Teoria da Interdependência trabalhada por Douglas North que funciona como um marco da diplomacia nas mais diversas áreas, com a ideia de que a colaboração é mais benéfica do que a agressão.

Para isso, irá se despertar o conhecimento acerca da realidade dos Estados, tendo como base que o comportamento das diferentes localidades e das organizações no cenário internacional influenciam na política e na economia uns dos outros, por exemplo, se contrapondo à Teoria Realista, esclarecida por Hans Morgenthau, relacionada estritamente na relação entre os Estados.

Ademais, a Teoria da Cooperação (BARDACH, 1998a) será útil para o debate teórico acerca da necessidade da cooperação entre os países do Atlântico Sul, para aprimoramento das relações entre os Estados dessa região, das organizações internacionais e da preservação de suas riquezas e desenvolvimento do comércio. Além dessa teoria, trataremos da Teoria de Cooperação em Maturana, do livro Uma Teoria de Cooperação Baseada em Maturana, de Augusto Franco (2001), em que se estabelece que a cooperação está na constituição do humano e na fundação do social e que não funda o social nem constitui o humano.

Dessa forma, o estudo será composto por três capítulos: o seu primeiro capítulo é A Importância da Cooperação Marítima no Cenário Internacional, subdividido em três tópicos (Conceito de Cooperação, História da Cooperação e o Brasil, O Dilema do Prisioneiro e o Equilíbrio de Nash). Nele são tratadas as Teorias de Cooperação, a formação e a importância

de cooperar frente a deserção, reforçando a ideia de que os Estados para se fortalecerem deverão se associar uns aos outros para terem ganho.

O segundo capítulo, *Experiência Bilateral Brasil e Camarões*, está subdividido em três tópicos: *Relação Brasil África*, *o Entorno Estratégico do Brasil*, *a Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, *A Relação entre Brasil e Camarões*. Nesse capítulo, são estudadas as parcerias entre Brasil e o continente Africano, a evolução histórica e o enquadramento dessas regiões na Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa que ressaltam o entorno estratégico local bem como as perspectivas de segurança e defesa no que se refere a tomada de decisão.

Por fim, o terceiro e último capítulo, *A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e a Teoria da Interdependência*, está subdividido em dois tópicos: *A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul* e *a Teoria da Interdependência no Ambiente Cooperativo*. Esse capítulo dá ênfase à cooperação e à possibilidade da utilização da Teoria da Interdependência de Keohane e Nye para atender as necessidades de equilíbrio das ações dos Estados em um mundo em que os atos praticados por cada agente reflete nos setores de cada região como o econômico e de segurança. Ademais, os entraves da ZOPACAS, a sua funcionalidade e os possíveis aprimoramentos para manifestação de efetividade são alvo de discussão.

O eixo das relações entre Brasil e África, especificamente com o país Camarões e a Marinha do Brasil, vislumbra a criação e o aprimoramento de diálogo entre as regiões para fortalecer o Entorno Estratégico Brasileiro e colocar o Brasil como agente de domínio e poder⁸ que envolve o Atlântico Sul e as suas funções e riquezas. Para tanto será utilizado a ZOPACAS como meio para fortalecimento da área que viabilizará a paz e a estabilidade regional.

Foi estabelecida para o estudo a abordagem histórica da relação entre Brasil e Camarões, dentre tantos outros países parceiros no continente africano, inclusive com o idioma português, pela aproximação entre as Marinhas dos dois países, bem como a localização geográfica de Camarões que permite fluxo econômico e disputa e o comércio (importação e exportação) com o Brasil, permitindo a ênfase na projeção internacional e o fortalecimento do entorno estratégico local.

Assim, a ZOPACAS, por ser o foro de tratamento de temas relativos ao Atlântico Sul, será útil para viabilizar a bilateralidade entre Brasil e Camarões, funcionando como um

⁸ Capacidade de alterar o comportamento de outros atores internacionais por meio de exercício de dominação e controle com finalidades determinadas. Integra os KFPI. Em nossa visão, o poder internacional de um Estado (PI) é expresso pelo somatório de poderes político-diplomático, econômico-financeiro, cultural, militar e geodemográfico (CASTRO, 2012, p. 76).

instrumento hábil para aproximar e fortalecer os países da região. Por meio dessa integração será possível estabelecer cooperações robustas que em muito fortalecerão os Estados e funcionarão como projeção de poder e crescimento dos ambientes em destaque, de acordo com o observado nos capítulos da dissertação, quais sejam: A Importância da Cooperação Marítima no Cenário Internacional, Experiência Bilateral Brasil e Camarões, A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e a Teoria da Interdependência.

1. A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO MARÍTIMA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

“O mar não é um obstáculo, é um caminho.”
Amyr Klink

1.1. Conceito de Cooperação

O Ordenamento Jurídico dos Estados, ou *legal system*, é conhecido como o resultado de um processo histórico e evolutivo advindo de intenso debate, sendo constituído por diversas normas que foram criadas e estabelecidas com o intuito de revelar a perspectiva e os valores de determinado grupo social, representando o desenvolvimento de um conjunto de estratégias sócio adaptativas (BOBBIO, 2010).

Com a finalidade de dirimir diferentes problemas da vida em comunidade, a Lei é criada e implementada no sistema normativo para que o sujeito possa se adaptar ao meio em que está inserido sem trazer grandes transtornos. Para os casos de infringir a norma preestabelecida, o sujeito poderá vir a sofrer sanções *a posteriori*, dada a prática de determinado comportamento que vai de encontro com as perspectivas da população, do território e do Governo Soberano⁹ em que faz parte, que vêm atrelando as suas atitudes ao desejo de um nível de segurança elevado, culminando, portanto, um Estado de Direito (FILOMENO, 2015).

Partindo do pressuposto de que um Estado constituído possui vínculo e conseqüente relação com outros Estados devido às suas necessidades de compra e venda de mercadorias, localizações geográficas, agricultura, turismo e tecnologia, pode-se perceber que, de fato, as

⁹ Soberania estatal – conceito derivado do latim *summa potestas*, a soberania é prerrogativa exclusiva do exercício da capacidade de mando do Estado nacional reconhecido. Em sua vertente interna, diz respeito ao exercício de autogoverno, de poder de polícia e capacidade de organização político-administrativa, enquanto que em sua esfera externa diz respeito à sua presença reconhecida, à prerrogativa jurídica e à articulação internacional com base no *jus in bellum* (direito de decretar guerra e celebrar a paz com outros Estados), *jus tractum* (direito de negociar, assinar, ratificar e denunciar tratados) e *jus legationis* (direito de legação em sua dimensão ativa e passiva; sendo a dimensão ativa a capacidade de receber enquanto que na passiva diz respeito ao recebimento de agentes consulares e diplomáticos), *jus petitionis* (direito de solicitar a prestação jurisdicional em tribunais internacionais quando aceitar a *juris dire* de várias Cortes, podendo, para tanto, ser parte ativa ou passiva em processos judiciais) e *jus representationis* (direito de representar e fazer-se representar em organismos internacionais, agências multilaterais e programas com direito à voz, voto e determinação de agenda) (CASTRO, 2012, p. 76).

normas nacionais não podem se restringir ao território da nação, devendo traçar perspectivas no âmbito internacional.

Assim, mostra-se necessária a elaboração e aplicação de produtos que revelam a condição de elo entre as partes, que podem ser denominados pela comunidade internacional como normas cosmopolitas, haja vista que as relações que as nações estabelecem entre si transcendem os seus limites geográficos, dispõem de importância social indiscutível e acabam por estabelecer diálogo e respeito ao direito internacional para a resolução pacífica dos possíveis e futuros conflitos.

Nesse contexto, a análise de um Estado para a construção do seu sistema doutrinário, constitui um conjunto processual de apoio que foi criado e está em constante mudança para as operações conjuntas e de parceria. Esse conjunto de leis acaba por revelar uma união de benefícios denominada de cooperação, que envolve as mais diversas organizações internacionais que são associações entre Estados que visa à solidariedade em âmbito econômico, político, ou social, que irão atuar a depender da necessidade do contexto existente.

Os Estados independentes podem estabelecer formas de cooperação por acordo e numa base de igualdade. A base da cooperação pode ser a constituição de uma organização internacional, como as Nações Unidas ou como a Organização Mundial de Saúde. No entanto, podem ser criadas, por meio de tratado ou costume, outras estruturas para manter a cooperação. (BROWNLIE, 1997, p. 89).

Nesse mesmo sentido:

As Nações Unidas estabelecem, ainda, como um dos seus objetivos, conseguir a cooperação internacional dos Estados para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, bem como promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todas as pessoas (artigos 1º, § 3º e 55 da Carta de São Francisco). Para isso, criou a Comissão de Direitos Humanos, que teve como objetivos iniciais, elaborar uma declaração universal de direitos humanos, aprovada em 1948, e tratados internacionais de caráter obrigatório. Dentre os principais instrumentos, destacam-se a Convenção Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (CIDCP) e a Convenção sobre Direitos. Atualmente, eles exercem papel primordial em procedimentos de implementação, relatórios periódicos e arbitragem. Contudo, a verdadeira institucionalização do direito internacional dos direitos humanos surge somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948. Essa assembleia reconhece a universalidade dos direitos humanos e cria um sistema “onusiano” para promover e

estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (LOPES, 2009, p. 4-5).

Ademais, os temas cooperação e conflito surgem paralelamente na origem da humanidade. O primeiro permite a conexão de países enquanto o último tende a separá-los. Assim, no âmbito da ciência política, a figura cooperativa de um Estado estará atrelada à soberania, aos projetos de Defesa e à política externa e interna adotada por este.

Ressalta-se que, em contrapartida, na visão realista de conflito e cooperação, as relações internacionais irão transcender o vocábulo guerra e paz muitas vezes arguidos somente na forma contraposta. Isso porque a guerra não poderá ser tratada como a única ameaça à sobrevivência dos povos e dos Estados, que podem sofrer com epidemias e catástrofes meteorológicas ou naturais.

Em diversos casos em que há conflito, têm-se também a oportunidade para a realização de acordos. Sendo assim, a cooperação poderá ser não somente cogitada, mas também observada e arguida fora dos momentos quando há paz; sendo exemplos desse contexto os acontecimentos observados na Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, a OTAN e o Pacto de Varsóvia¹⁰.

Assim, partindo do pressuposto de que os Estados nem sempre se encontram em harmonia, mas também não permanecem em constantemente guerra uns com os outros, a denominada cooperação está atrelada ao aspecto imaterial das Relações Internacionais juntamente com os temas que se referem à segurança e à isonomia coletiva. Este exemplo vemos descrito na Carta da ONU de 1945, que é “uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, [2017a], [s.n.]).

De acordo com Castro:

Quando tratamos, por exemplo, de valores ou ideais partilhados globalmente como a paz, a cooperação, a segurança coletiva ou ainda a isonomia defendida pela ONU em várias passagens de sua Carta de 1945, referimo-nos aos aspectos imateriais das Relações Internacionais. A materialidade ou imaterialidade do saber internacional vai depender, portanto, de sua concretude ou abstração temática apresentada e processada mentalmente pelo sujeito (2012, p. 66).

¹⁰ As antigas repúblicas soviéticas vão se desmembrando da URSS, declarando sua independência formal, adotando regimes econômicos pós-comunistas de transição. Um dos atos finais do momento de declínio e extinção da URSS vai ser o término do Pacto de Varsóvia, em 1991, que se rivalizava com a OTAN no plano geopolítico europeu por quase quatro décadas (CASTRO, 2012, p. 251).

A partir do momento em que os agentes envolvidos no planejamento dos seus Estados estabelecem os seus objetivos de curto, médio e longo prazo, a suas análises micro e macroeconômica e os seus projetos de segurança e defesa poderão direcionar suas atividades para escolherem apropriadamente com quem será adequado requerer firmar, em ordem de preferência, parcerias de crescimento, segurança e defesa para proteção e salvaguarda do território nacional.

A Teoria da Cooperação, respeitando o interesse próprio de cada agente, se preocupa com o bem-estar dos demais agentes envolvidos. Isso não quer dizer que a proximidade com uma nação amiga será suficiente para que os países cooperem em benefício mútuo por haver relação de consideração “Também uma nação pode agir em parte por consideração dos interesses de seus amigos, mas isso não significa que mesmo países amigáveis sejam sempre capazes de cooperar para seu benefício mútuo” (HOFSTADTER, 1984, p. 7, tradução nossa).

Tratando-se de negociações estratégicas, se cada agente se importar em levar em conta apenas os interesses próprios em suas tomadas de decisões, eles colocarão em risco o seu possível proveito, sendo que o risco para obter ganho será maior e com isso o resultado em muitas das vezes será desfavorável. Salienta-se que as escolhas não dizem respeito apenas a um movimento mas que “o futuro pode, portanto, lançar uma sombra sobre o presente e, assim, afetar a situação estratégica atual” (AXELROD, 1984, p. 7, tradução nossa)¹¹.

Diante do posicionamento de manobra estratégica, os atores serão dotados de capacidade de direcionarem os seus esforços na prática dos seus objetivos, o que irá culminar na realização de compromissos uns com os outros para criarem visibilidade no cenário internacional. Compreende-se que a motivação estabelecida para a realização de parcerias em determinado processo decisório é o que permitirá a análise de inferência de possíveis posturas da resolução final.

Por outro lado, os Estados, ao se preocuparem com ataques e com fatos históricos, para se preservarem de perdas que poderão impactar os setores do seu governo, o entorno estratégico, possíveis tomadas de decisões, a economia e as propostas para desenvolvimento da população e do seu território, deverão estar atentos ao estabelecerem vínculos estreitos entre as políticas interna e externa, diante da busca pelo estabelecimento dos seus interesses individuais.

Além disso, o princípio contido no inciso 7º do artigo 2º da Carta de ONU proíbe a ingerência dessa organização nos assuntos de ordem interna dos Estados, porque a própria ONU

¹¹ “The future can therefore cast a shadow back upon the present and thereby affect the current strategic situation” (AXELROD, 1984, p. 7).

tem a sua atuação vinculada ao princípio da soberania dos Estados, como explica Colombo, e determinados atos poderão levar os Estados a interferirem uns nos outros, deixando de lado a luta solitária para alcançarem um bem maior.

Desta forma, os Estados nascem e permanecem iguais em direitos, ou seja, impera no Direito Internacional a noção da igualdade e soberania dos Estados. A ordem internacional é, pois, estabelecida por referência à regra da igualdade e que os Estados somente se submetem ao direito que nasce de um acordo de vontade entre eles. Nestas condições, cada Estado está protegido da ingerência de terceiros pela regra da não intervenção prevista na Carta da ONU. Em princípio, nenhum Estado está autorizado a intervir no território de outrem, principalmente nos assuntos que dependam da competência interna e exclusiva do Estado (COLOMBO, 2008, p. 11). Além disso:

Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII (BACHELET, 1995, p. 245).

O conhecimento robusto do cenário será necessário para que os Estados possam delinear os seus objetivos, se preservarem e, conseqüentemente, poderem prospectar os seus interesses, de forma adequada e menos traumática, estabelecendo a manutenção ou a elevação das suas perspectivas nas áreas de segurança, de saúde, de economia, de política e de social, por exemplo.

Apesar de dicotômicas, a essência de sentimentos de cooperação, de um lado, e competição, de outro, estão na origem da humanidade, por serem conceitos básicos da evolução do homem e também fundamentam os alicerces das diversas civilizações no curso da história e a cooperação, ainda que incipiente e afetada por vários tipos de disputas, garantiu a sobrevivência da espécie humana. Em termos sociológicos, por cooperação entende-se o tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo comum (ABREU, 2013, p. 1).

No que se refere ao desenvolvimento internacional, um Estado detentor de soberania em seu território e influenciador de outrem, poderá fazer a escolha de estreitar as suas relações com outro ou outros que aparentemente não conseguirão trazer algum tipo de benefício a este. Contudo, o tomador de decisões deverá observar a amplitude da relação em que essa cooperação foi desenvolvida.

O ganho de um Estado nem sempre se constituirá como proporcional porque, por diversas vezes, o que é ideal para um não será o melhor para o outro, e permanece sendo preferível cooperar a agir isoladamente nos casos em que o benefício alcançado será menor ou zero. Essa associação entre os Estados poderá ser feita de forma bilateral ou multilateral, a depender da exposição da interligação dos fatores de interesse entre os envolvidos na relação.

Não obstante, ao se realizar um exame pormenorizado do ambiente cooperativo, pode-se perceber que a apreciação do cenário vai além dos pontos aparentes e, por isso, o diagnóstico completo do caso, abrangendo questões não manifestadas poderá demonstrar que, em uma relação de cooperação, cada parte tem um interesse primário que motiva o ato de colaboração que pode vir a convergir ou não, sendo que o resultado por si só será capaz de ser diferente, deixando de ser considerado pelos analistas e o pelo próprio Estado como menor.

Torna-se essencial a crescente percepção da articulação e da organização do acervo de conhecimento em parcerias internacionais para relatar a solidariedade e a construção das agendas e políticas mundiais em diversos setores dos Estados, que serão demonstradas em instrumentos jurídicos, classificados como: tratados¹², acordos¹¹, cartas e convenções.

Neste sentido, entende-se que a cooperação pressupõe diversos riscos e, no caso da falta de preparo, a periculosidade poderá ser minimizada com a relação de determinado grau de confiança entre as partes, que acabará por viabilizar resultados positivos, se comparado ao estágio inicial do ator representante do Estado, qual seja: sem o vínculo cooperativo com outro agente.

Esse estágio inicial traduz um contexto de competição e hesitação para a formalização do acordo entre eles por não conseguirem enxergar a caracterização de obtenção de qualquer

¹² Artigo 2

Expressões Empregadas

1. Para os fins da presente Convenção:

- a) “tratado” significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica (BRASIL, 2008b).
- b) *Convenção* – refere-se a tratado multilateral que estabelece normas gerais a todos os partícipes, como por exemplo, Convenção de Viena sobre Tratados, Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, Convenção sobre o Direito do Mar, Convenções da OIT (organização Internacional do Trabalho) etc.
- c) *Acordo* – é empregado para os tratados mais simples, quase sempre de natureza econômica. Tem características técnicas, administrativas. É normalmente temporário, por exemplo, acordos que o Brasil fez com o FMI (Fundo Monetário Internacional) pedindo empréstimo de dinheiro. Há também o Acordo de Sede, aquele que um organismo internacional faz com um Estado para se estabelecer em seu território.
- d) *Protocolo* – é um tratado secundário, atrelado a um tratado principal. Existe para complementar o tratado principal, implementar algumas de suas cláusulas, corrigir os rumos do tratado original para alcançar o objetivo proposto pelos países envolvidos, como por exemplo, Protocolo de Brasília de 1991, estabelecendo formas de solução de controvérsia, sem matérias comerciais, e consolidando a estrutura do Mercosul, e também o

tipo de vantagem, sendo que, de acordo com o defendido, mesmo com as prováveis perdas é preferível cooperar para garantir êxito no contexto de soberania¹³.

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (ONU, 1945, [s.n.]).

Os desenvolvimentos da capacidade de envolvimento rotineiro e construtivo dos Estados com aliados e parceiros demonstram que as vantagens de um grupo não necessariamente correspondem às desvantagens de outros, haja vista que os perfis de cada parte da relação são diferentes. É o que se encontra da Carta da ONU, publicada em 1945:

Artigo 1 - Os propósitos das Nações Unidas são:

- 1 Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
- 2 Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
- 3 Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;
- 4 E ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

Artigo 2 - A Organização e seus Membros, para a realização dos propósitos mencionados no Artigo 1, agirão de acordo com os seguintes Princípios:

1. A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros;

¹³ Protocolo de Las Leñas, sobre matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa, envolvendo os mesmos Estados-partes.

a) *Carta, estatuto* – tais nomes são utilizados para representar o tratado constitutivo das entidades internacionais, como por exemplo a Carta da ONU (Organização das Nações Unidas), a Carta da OEA (Organização dos Estados Americanos), a Carta da OIT (Organização Internacional do Trabalho) etc.

b) Compõe-se o Estado de poderes (segmentos estruturais em que se divide o poder em certas funções, foram concebidos por Montesquieu em sua clássica obra, pregando o grande filósofo, com notável sensibilidade política para a época (século XVIII), que entre eles deveria haver necessário equilíbrio, de forma a ser evitada a supremacia de qualquer deles sobre outro. Os Poderes de Estado figuram de forma expressa em nossa Constituição: são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (art. 2º) (FILHO, 2015, p. 02).

2. Todos os Membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de Membros, deverão cumprir de boa fé as obrigações por eles assumidas de acordo com a presente Carta;
3. Todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais;
4. Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas;
5. Todos os Membros darão às Nações Unidas toda assistência em qualquer ação a que elas recorrerem de acordo com a presente Carta e se absterão de dar auxílio a qual Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo;
6. A Organização fará com que os Estados que não são Membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais;
7. Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII (ONU

A confiança revelada pela crença entre os participantes da negociação com créditos recíprocos para proporcionar a cooperação funciona também como um instrumento de retificação das assimetrias econômicas e sociais, ao passo que visa à articulação de políticas integradas e preza pela negociação de aplicação e incorporação de instrumentos jurídicos inovadores.

A análise das atitudes do sistema internacional, que deverão ser realizadas pelos Estados antes de firmarem qualquer tipo de ação de mudança, para se adaptarem as novas circunstâncias, buscam por sua vez responder às peculiaridades e às necessidades específicas no âmbito Defesa e da Segurança, na tentativa de delimitar os objetivos que sejam capazes de guiá-los para construir uma política externa racional.

Se observarmos, no âmbito institucional o modelo de cooperação exposto cria fontes de reputação associadas à capacidade dos atores de agirem de acordo com compromissos firmados em ambiente cooperativo. Neste caso, a reputação é garantida não somente pela crença no resultado cooperativo por meio da confiança que expressam os próprios atores, mas também pela capacidade que têm de agir de acordo com os compromissos, depois de firmados. (MEDEIROS, 2011, p.436).

O conjunto de contribuições das nações para as organizações de acordos, desenvolvido a partir de ideias semelhantes que se consolidam com o passar do tempo, possibilita o

enfrentamento dos desafios mútuos de segurança e defesa, viabilizando respostas adequadas a desastres no que se refere aos interesses nacionais em um mundo cada vez mais complexo e interdependente.

Em rigor, os Estados farão os seus planejamentos antes de iniciarem a demanda, relacionando, sobretudo, as suas estratégias e prioridades, contudo, as mudanças de estratégia dos agentes serão permitidas na cooperação desde que sejam benéficas e não venham de encontro com o plano principal anteriormente estabelecido e a perspectiva de ganho já revelada para ambos os grupos que escolheram cooperar frente a um inimigo comum.

É aí que se destaca que a cooperação exterioriza a vontade de pelo menos duas ou mais partes e acaba por exprimir ser “um processo de coordenação de políticas por meio do qual os atores (no caso os Estados) ajustam seu comportamento as preferências reais ou esperadas dos outros atores” (KEOHANE, R. 1984, p. 51).

Esse processo ou fenômeno da cooperação é composto por atores enviados pelos Estados responsáveis pelas tomas de decisões coerentes, que são classificados como participantes do sistema internacional em um determinado cenário com divergência ou não de pensamentos. Ressalta-se que, nem sempre há configuração da relação de confiança entre as partes, mas será perceptível uma real necessidade de cooperar para que ambos os agentes possam alcançar, com menos perda, os seus objetivos de crescimento e estabilidade do território em que estão inseridos.

A esse respeito, os atores, em operação mútua e vantajosa, estabelecem os compromissos pela crença do resultado ou pela capacidade de percepção de qualificação positiva ou negativa da confiança em agir a partir da base de reputação internacional, “esta efetividade, traduzida pelo cumprimento (*compliance*), está amplamente relacionada à reputação de um Estado. Nesse caso, trata-se de reputação cooperativa, que é um condicionante tanto dos Estados mais fortes quanto dos mais fracos” (MEDEIROS, 2011, p. 440).

O grau de aderência e acolhida dos Estados para a interação viabilizará uma resolução para os conflitos de forma menos danosa e com baixas controvérsias, evitando a escalada de tensões entre as partes envolvidas. Essa aceitação também gera legitimação da vida pública que irá esclarecer qual a política internacional e qual a ideal condução das relações exteriores que deverá ser adotada pelos Estados.

Os compromissos a serem firmados nas negociações globais estão vinculados à capacidade que os atores irão adquirir para agirem em conformidade com a sua reputação, que será traduzida a partir dos seus acordos firmados anteriormente em ambiente cooperativo, minorando, portanto, os seus riscos reais de aderir a parcerias. Insta dizer, que nem sempre os

Estados agem de acordo com os acontecimentos passados, mas que, normalmente, não tendem a mudar o seu comportamento frente a um obstáculo.

Para efeito de uma reputação de tipo cooperativo, o valor essencial a ser observado é o aumento da inserção do ator pela ampliação de sua confiança como parceiro no sistema internacional. Ao mesmo tempo, é possível dizer que os Estados, cujo modelo de inserção se deu historicamente por elementos de distinção, quais sejam, aqueles relacionados à preponderância, também não dispensam valores reputacionais que transitam pela órbita cooperativa, especialmente em ambiente de crise econômica e rearranjos institucionais constantes (MEDEIROS, 2011, p. 448).

A crescente integração de indivíduos através dos seus Estados acaba por revelar a posição conjunta voltada para a priorização de matérias que dependem de atenção, dada a sua importância internacional, na medida em que os processos de tomada de decisão a serem enfrentados são resultantes de processos de ações globais realizados muitas das vezes em conjunto.

A integração nesse contexto será tratada como sendo o mecanismo de arranjo político e econômico de determinada área geográfica que é funcional ao avanço do processo que demonstra um esforço agregado e convergente para a construção da base de interesse de um Estado cujo objetivo é o de ampliar as suas capacidades frente aos desafios, criando oportunidades multilaterais.

A expansão e a preservação da soberania estarão comprometidas com a solidariedade internacional e com a promoção do progresso socioeconômico dos povos que acabam por aprofundar o grau de interdependência entre os países, criando uma série de sensibilidades e vulnerabilidades diante dos impulsos e estímulos regionais ou internacionais.

A proximidade geográfica, a complementaridade econômica e a língua das partes envolvidas são fatores que podem funcionar como sendo estímulos permanentes para um contínuo impulso integrador entre os Estados, apesar da existência da ambiguidade que oscila na constante contraposição entre situações de conflito e de cooperação.

As atividades realizadas pelos agentes tomadores de decisões que ocorrem em ambiente local ou internacional devem ser observadas porque podem gerar efeitos globais que serão positivos ou negativos para os diferentes Estados. Decorre, portanto, a necessidade de preparo adequado para decidir atuar de forma cooperativa e conjunta em relação ao ambiente instável para firmar parcerias com perspectiva de melhoria.

Destaca-se que, por diversas vezes, os Estados não terão o mesmo propósito e semelhante visão para o bom funcionamento dos seus governos e conseqüentemente bem-estar

ideal para o seu povo, podendo se encontrar em local concentrado de oponentes adversos, mas mesmo que haja ambiente desfavorável enseja uma conjuntura apropriada, “há oportunidades de cooperação em meio à entropia e à anarquia, forçando os Estados a unirem esforços em um ambiente internacional hostil” (CASTRO, 2012, p.66).

Ademais, ressalta-se que as prioridades dos Estados, como a pesquisa, a tecnologia, a economia, o desenvolvimento e a proteção dos seus indivíduos exigem esforços comuns a todos os países e traduzem cuidados significativos de aprimoramento do processo de captação, processamento e interpretação dos dados oferecidos pelas partes que estarão engajadas na futura demanda bilateral ou multilateral.

As alianças constituem poderosa peça central de segurança, ao passo que os esforços mútuos para cooperar e se integrar com os membros envolvidos na relação de consolidação de interesse criam a possibilidade de crescimento e fortalecimento das partes que, diante da conjuntura sem a utilização do modelo, maximizariam os seus problemas e teriam que suportar, sem condições para tanto, danos dispendiosos.

Percebe-se que, para que os Estados optem por fazer parte do jogo cooperativo, deve haver um objetivo central de interesse que seja capaz de instigá-los e guiá-los, contribuindo para que os Estados optem por entrarem em conflito ou cooperarem frente aos propósitos comuns, sendo que as posturas cooperativas ou conflitantes entre os agentes estão relacionadas com a política externa¹⁴ adotada por cada um.

Dessa forma, tratando-se de cooperação, os agentes envolvidos como propulsores dos acordos não podem esperar receber uma recompensa imediata, proporcional ou prevista em prazo conveniente posto que a integração deva ser a soma de perspectivas que não podem ser tratadas como definitivas, podendo ser influenciadas por vetores que não foram considerados previamente e modificarão a implementação e a razoabilidade.

O fortalecimento regional, a difusão das competências de cada ator e a promoção do desenvolvimento técnico, militar e tecnológico, por exemplo, que envolvem a integração dos programas regionais de cada país com todo o mundo, revela o esforço coletivo para proporcionar o desenvolvimento de programas, abrangendo diversas áreas que são voltadas para o progresso das

¹⁴ Reúne as ações de um determinado Estado em relação ao contexto externo tendo em vista a consecução dos objetivos nacionais nos seus aspectos políticos, econômicos e culturais. (...) Faz parte de um todo mais amplo, pois é a face externa e integrada à política geral do Estado destinada a alcançar os objetivos internos relacionados ao progresso econômico e ao bem-estar de sua população. Os objetivos de uma política externa, portanto, compreendem a preservação da segurança, independência, soberania e integridades nacionais; defesa da honra, dignidade e brio nacionais; defesa intransigente do interesse nacional; e defesa dos direitos e bens dos seus cidadãos no exterior (BUENO, 2015, p. 749-750).

diferentes regiões, que possuem semelhantes ou opostos objetivos, voltados para o crescimento e aperfeiçoamento das capacidades de influência e domínio em relação aos menos desenvolvidos.

As variadas possibilidades do apoio racional entre os Estados para uma ação conjunta voltada à capacitação para tomada de decisões, tendem a poder fixar os limites, as intenções e as perspectivas de futuro entre os indivíduos envolvidos na relação, no que se refere à política, a economia, a defesa e as pretensões técnicas. Isso está atrelado à gestão das integrações humanas voltadas para o desenvolvimento que primam para que haja o mínimo de perda, tendo em vista que há perspectiva da possibilidade da totalidade dos envolvidos obterem benefícios advindos da cooperação.

Nesse aspecto, nas propostas de colaboração entre os Estados, em que o interesse próprio irá se unir na medida do possível ao do coletivo, haverá a preocupação dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito a tomada de decisão, o que revela a existência da Teoria da Cooperação e as suas ramificações que serão utilizadas com o intuito de proporcionar o debate teórico acerca da necessidade e da importância do referido instituto entre os Estados e as suas instituições governamentais e não governamentais de interesse para o crescimento e estabelecimento de referência de estratégia organizacional.

Nesse sentido, os fatores circunstanciais que acabam por interferir e impulsionar a cooperação, como a instabilidade política, nos locais em que os agentes entendem ser necessário haver a cooperação entre as partes envolvidas há diferenciação e consequente especialização, sendo que esta última é o motor principal da criação de valor, tornando-se imprescindível para compreensão e para a abordagem devida do tema.

No campo da ciência política, a atividade de cooperação arquitetada para elevar a economia, promover a salvaguarda, a pesquisa e amenizar de instabilidade política, é tratada como a habilidade dos atores de estabelecerem relações vantajosas entre si que são qualificadas como absolutas, em um ato de capacidade mútua e de ampliação efetiva de confiança para criarem parcerias.

Nesse aspecto, a relação bilateral ou multilateral entre agentes estatais é capaz de viabilizar o fortalecimento de uma identidade comum entre os Estados participantes, que por sua vez poderá repercutir nos processos e atividades de cooperação em áreas de influência estratégica de ambas as partes envolvidas, resultando em uma nova componente de arquitetura de geopolítica com identidade própria.

A criação de fontes de reputação, segundo Medeiros (2011, p. 450), ressaltada pela estratégia do *tit-for-tat* (olho por olho e dente por dente) envolve a formação de um círculo de

confiança entre os atores da relação sendo, portanto, a medida capaz de dimensionar a capacidade de cooperar e fixar parcerias em um ambiente competitivo, como explica Axelrod:

Estratégias tit-for-tat qualificam-se exatamente por movimentos de cooperação que se seguem aos primeiros, podendo criar um círculo de confiança que se traduz em reputação. Com efeito, a reputação de um ator em estratégia cooperativa é a medida pela qual os demais atores qualificam sua confiança no primeiro (AXELROD, 1984, p.106).

No âmbito da reputação internacional, no que tange à resolução de conflitos, funciona como perspectiva voltada para a tentativa de deter as guerras e fornecer uma base para o diálogo, sendo que, para Bardach (1998d), a denominada cooperação é o resultado de uma carência individual de cumprir propósitos em um sistema cambiante em que envolve diversos elementos, são eles: biológicos, psicológicos e sociais combinados. Medeiros (2011, p. 436) explica que, “Se observarmos, no âmbito institucional o modelo de cooperação exposto cria fontes de reputação associadas à capacidade dos atores de agirem de acordo com compromissos firmados em ambiente cooperativo”.

Consequentemente, o esforço coletivo do Brasil para envolver os seus agentes (Forças Armadas, ministérios, organizações não governamentais etc.), a depender da qualidade da demanda, estará atrelando os seus esforços para a promoção da gestão dos seus recursos e dos seus espaços de forma eficaz, culminando para o alcance dos seus objetivos ao agir com eficiência, podendo satisfazer não somente os seus motivos individuais, mas também otimizar a interação dos atores, na medida em que tenta reformular, ampliar e aperfeiçoar as tomadas de decisão.

Nesse diapasão, ao analisarmos a perspectiva cooperativa, além dessa teoria é possível refutar a Teoria de Cooperação em Maturana (FRANCO, 2002), em que se estabelece que a cooperação está relacionada a constituição do humano e na fundação do social sendo que a competição não funda o social nem estabelece o humano.

É importante destacar que, como dito, nem sempre a cooperação exprime igualdade de pensamentos entre ambos os sujeitos da relação, mas os pontos de convergência acabam por viabilizar parcerias para o adequado aprimoramento, sendo necessário delimitar os interesses de cada instituição para que haja prevenção e não agressão.

Os objetivos dos complexos de cooperação podem ser resumidos entre a prevenção à agressão militar, avanços quanto aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento. Destes, a formação de complexos militares regionais de segurança seria a nova frente paradigmática das relações

exteriores, principalmente após os ataques de 11 de setembro (MEDEIROS, 2011, p. 4).

Tratando de projeção de poder no cenário internacional ou regional, Schelling (1960) aponta como as ações dos participantes são importantes na Teoria dos Jogos¹⁵ para a tomada de decisão, já que um comportamento percebido mais de uma vez pode gerar certa previsão de sua repetição por levar em conta os interesses e os acontecimentos futuros distintos, tendo um resultado bem-sucedido o domínio dos perfis de cada parte envolvida, dada a multinacionalidade, ao acentuar que:

É de salientar que o jogo de coordenação pura é um jogo de estratégia no sentido técnico rigoroso. É uma situação de comportamento em que a melhor escolha de ação de cada jogador depende da ação que ele espera que o outro tome, o que ele sabe depende, por sua vez, das expectativas do outro. Esta interdependência de expectativas é precisamente o que distingue a estratégia do jogo de um jogo de azar ou jogo de habilidade¹⁶ (SCHELLING, 1960, p. 86).

Ainda sobre esse assunto, Herman, Frost e Kurz (2009) dizem que “o jogo de guerra é uma ferramenta para explorar as possibilidades de tomada de decisão em um ambiente com informações incompletas e imperfeitas”¹⁷.

Além disso, um valor exclusivo para todos os jogos de guerra é a ocorrência de problemas, insights ou decisões anteriormente desconhecidos que surgem durante a condução de um jogo. Os participantes do jogo de guerra podem tomar decisões e tomar medidas em um jogo que, mesmo que não previram, se não for o ambiente do jogo (PERLA, 1990, tradução nossa).¹⁸

O estudioso do prêmio Nobel Thomas Schelling viu o jogo como uma ferramenta para criar insights¹⁶ (BURNS, [s.d], p.3, tradução nossa).¹⁹

¹⁵ *Games, however, have one quality that separates them qualitatively from straightforward analysis and permits them to generate insights that could not be acquired through analysis, reflection, and discussion. That quality can be illustrated by the impossibility theorem: one thing a person cannot do, no matter how rigorous his analysis or heroic his imagination, is to draw up a list of the things that would never occur to him (SCHELLING, 1987, p. 436).*

¹⁶ *It is to be stressed that the pure-coordination game is a game of strategy in the strict technical sense. It is a behavior situation in which each player's best choice of action depends on the action he expects the other to take, which he knows depends, in turn, on the other's expectations of his own. This interdependence of expectations is precisely what distinguishes game of strategy from a game of chance or game of skill (SCHELLING, 1960, p. 86).*

¹⁷ *War gaming is a tool for exploring decision-making possibilities in an environment with incomplete and imperfect information (HERMAN, FROST, & KURZ, 2009).*

¹⁸ *Additionally, a value unique to all war games is the occurrence of previously unknown issues, insights, or decisions that arise during the conduct of a game. War game participants may make decisions and take actions in a game that even they would not have anticipated, if not for the game environment (PERLA, 1990).*

¹⁹ *Nobel prize-winning scholar Thomas Schelling saw gaming as a tool for creating insights (BURNS, [s.d.])*

Assim, a aplicação da cooperação deve assegurar maiores graus de eficiência (menores custos por unidade de resultado), eficácia (grau de consecução das metas antecipadas) e efetividade (manutenção da eficácia no tempo para uma mesma taxa de eficiência) com menores custos de transação, já que, de qualquer maneira, se espera estratégias coerentes com os interesses dos agentes envolvidos frente aos diversos desafios para a articulação de inúmeras visões de mundo.

Senão, vejamos:

Em muitas ocasiões é possível identificar acordos bilaterais que não só reforçam os acordos macrorregionais como também podem ser propulsores de cooperação em determinadas áreas; ou, em outras ocasiões, a única esfera de cooperação existente apesar de eventual distanciamento multilateral, o que faz da relação bilateral uma fonte de diálogo entre as partes (MEDEIROS, 2014, p. 149).

Nesse sentido, enquanto existe alta convergência sobre a justificativa da necessidade, propósito, princípio estruturante e resultados pragmáticos esperados da dinâmica de cooperação não há uma moldura analítica única, comum, geral e consensual para explicar porque certas transações devem ser realizadas com determinadas partes, de forma bilateral ou multilateral no cenário internacional. É necessário se colocar no lugar do ator para compreender o seu processo decisório e o peso que ele atribui às outras instituições, podendo assim confirmar se está de acordo com os interesses da maioria dos países em um debate.

Resta claro que a ação de cooperar deve ser planejada e contínua e isso advém do estudo sobre o contexto atual de cada Estado e do incentivo a programas que expandam o conhecimento dos interesses da aplicabilidade de cada tomada de decisão para a sociedade sobre os seus recursos. Essa junção racional e consciente de atores exige noções de responsabilidade, cidadania e patriotismo, ressaltando que com isso haverá a necessidade de se preservar o interesse nacional.

Dessa forma, a cooperação, enquanto mecanismo que empresta funcionalidade instrumental aos propósitos organizacionais promove o fluxo das decisões ao remover questionamentos sobre os méritos da liderança organizacional para a consecução de seus propósitos, auxiliando na tomada decisão, porque embora haja um objetivo comum a ser alcançado pelos agentes nem sempre eles conseguirão traçar metas capazes de alcançá-los.

Além disso, o entorno estratégico surgiu na PND de 2005, a qual asseverava que “o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África” (BRASIL, 2005, [s.n.]).

Entretanto, na versão de 2012, tal conceito foi alargado, estabelecendo que “o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países lindeiros da África, assim como a Antártica [...] [e o] mar do Caribe” (BRASIL, 2012, p. 21).

Por outro lado, a minuta da nova versão da PND, disponibilizada para consulta pública pelo Ministério da Defesa (MD) em março de 2017, propõe que o entorno estratégico deva ser entendido como a área que “inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica”. Ressalta, também, que “os países de língua portuguesa merecem especial atenção aos esforços de cooperação no campo da Defesa. Igualmente, ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção àquela região” (BRASIL, 2016, p. 6).

A definição do entendimento de entorno estratégico deverá estar em conformidade com as decisões, possibilitando que as instituições possam estabelecer as suas necessidades e outras possíveis cooperações, funcionando de modo a adequar e a fortalecer o Brasil no sistema internacional. Isso permite observar e impulsionar maior participação dos diferentes setores do Estado no processo de decisão e execução que terá dados consistentes, maximizando a eficiência, com sínteses sucessivas de resultados.

Ressalta-se que, como exemplificado, a cooperação militar pode ocorrer de diversas formas, como na economia, infraestrutura de transportes e recursos hídricos, sendo importante analisar quais são essas, com que frequência e entre quais países ou instituições ocorrem, para que o Brasil possa exercer papel de liderança e garantir o bem-estar social.

1.2. História da Cooperação e o Brasil

A cooperação é tratada como um foro multilateral privilegiado que teve a sua criação atrelada ao objetivo de estreitar o vínculo mútuo de acordo político-diplomático entre os seus membros e agentes envolvidos em matéria de relações internacionais, no que se refere às áreas da educação, saúde, ciência, tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.

Esses esforços para a união de figuras internacionais revelam o empenho das partes em aprimorarem as suas relações para segurança, defesa e desenvolvimento, fazendo com que a ação cooperativa tenha reconhecimento de ser um meio hábil, capaz e eficiente para auxiliar e viabilizar o crescimento dos Estados. Sendo possível proporcionar soluções de entraves através de operações de

paz, ajuda humanitária, auxílio à tecnologia e à informação, que estão atrelados a ações relacionadas ao desenvolvimento, à segurança humana, à promoção da boa governança e dos direitos humanos.

Cooperar é agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. O sucesso na obtenção deste objetivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos atores, a elaboração em comum de um conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação das ações, a participação ativa de todos os elementos, etc. (SOUSA, 2008, p. 54).

Os contextos históricos dos conflitos foram reconhecidos por diversas vezes como sendo boas oportunidades para que os Estados pudessem ter a conjuntura apropriada de se dispor a tratar de avaliar os seus interesses para que as suas perspectivas de conquista pudessem se unir a de outros. Com isso, se iniciaria o processo de criação não impositiva das primeiras linhas orientadoras de diálogos multilaterais para o fortalecimento e crescimento das partes interessadas em estabelecer consenso.

Portanto, cooperação implica um conjunto de atividades levadas a cabo conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. Importa pontuar que a cooperação leva o conflito e conflito a cooperação. A cooperação pode levar ao conflito quando uma das partes tenta impor decisões para o alcance de um objetivo. O conflito leva a cooperação quando se trata da materialização de interesses de uma classe ou grupo (ZECA, 2014, p.47).

Trazendo destaque aos acontecimentos passados, na Primeira Guerra Mundial²⁰ (Grande Guerra), a Frente Ocidental foi palco de diversos, impiedosos e desumanos conflitos. Contudo, tréguas entre as partes antagônicas eram perceptíveis mesmo com todos os esforços do alto comando para detê-las perpetuando o *“live-and-let-live”*.

The live-and-let-live system was endemic in trench warfare. It flourished despite the best efforts of senior officers to stop it, despite the passions aroused by combat, despite the military logic of kill or be killed, and despite the ease with which the high command was able to repress any local efforts to arrange a direct truce. This is a case of cooperation emerging despite great antagonism between the players (AXELROD, 1984, [s.n.]).

²⁰ As causas para a Primeira Guerra Mundial não são encontradas, facilmente, no século XX. Na verdade, foram resultados do complexo relacionamento do sistema de alianças ao longo do “balanço de poder” do Sistema de Metternich em 1815, além da diplomacia secreta e do militarismo armamentista das principais potências europeias da época (CASTRO, 2012, p. 481).

Ressalta-se que podemos considerar como uma ideia de coletividade entre os Estados quando se pretendeu a junção de países com o intuito de implementar a Liga das Nações²¹, em 1919, após a Grande Guerra. O objetivo principal traçado era o de evitar que os Estados entrassem em novo conflito e pudessem estabelecer um grau de paz e harmonia. Entretanto, essa organização internacional abriu brechas para os primeiros questionamentos sobre o conceito de anarquia internacional²² em que há uma ordem internacional frágil.

A Liga das Nações surgiu da união de um clamor pela paz criado pelos Estados para que os conflitos da Primeira Guerra Mundial – envolvendo grandes potências²³ do mundo que exerciam força econômica, política e militar, que resultaram em mortes, desavenças, destruição, economia instável, perseguições e perda de território – não viessem a se repetir e os povos iniciassem um processo de cooperação.

Essa organização internacional obteve aderência de diversos Estados no que se refere a corrente idealista, sendo, portanto, incluída nos Quatorze Pontos da proposta de paz dos Estados Unidos (1918) pelo então presidente Woodrow Wilson²⁴, que afirmava em referência à Primeira Grande Guerra: “eu lhes prometo que essa será a guerra final, a guerra para acabar com todas as guerras” (CONFERÊNCIA DE PARIS, [s.d], p.1).

Essa proposta possuía como objetivo proporcionar o fim de vindouras guerras ao criar garantias mútuas de independência política e integridade territorial, tanto aos Estados grandes e poderosos influenciadores quanto aos pequenos que têm menor capacidade, através dos seus ideais pacifistas. Isso porque, para o presidente Wilson, era mais importante que se

²¹ A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, criada ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com sede em Genebra, na Suíça, foi a primeira organização internacional de escopo universal em bases permanentes, voluntariamente integrada por Estados soberanos com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura. Os 26 artigos do Pacto da Liga foram incorporados à primeira parte do Tratado de Versalhes, tratado de paz entre as potências aliadas e associadas, de um lado, e a Alemanha derrotada, de outro, assinado em Versalhes em 28 de junho de 1919. A organização praticamente deixou de funcionar com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, e foi oficialmente desativada em abril de 1946.

²² A escola realista clássica centraliza-se, preponderantemente, no conceito de anarquia internacional, na maximização do poder, no militarismo e no sistema de autoajuda dos Estados diante dos dilemas de segurança. As premissas apresentam-se como plausíveis, no entanto, o retrato feito pela escola realista clássica maquiavélico-hobbesiana não é suficiente para explanar sobre as brechas na escola de pensamento, que provam que há oportunidades de cooperação em meio à entropia e à anarquia, forçando os Estados a unirem esforços em um ambiente internacional hostil (CASTRO, 2012, p. 70).

²³ Os aliados (com base na Tríplice Entente entre Reino Unido, França e Império Russo) e os Impérios Centrais, o Império Alemão e a Áustria-Hungria.

²⁴ *Woodrow Wilson, a leader of the Progressive Movement, was the 28th President of the United States (1913-1921). After a policy of neutrality at the outbreak of World War I, Wilson led America into war in order to “make the world safe for democracy.” He developed a program of progressive reform and asserted international leadership in building a new world order. In 1917 he proclaimed American entrance into World War I a crusade to make the world “safe for democracy.” (WHITE HOUSE, 2018, [s.n.].*

estabelecesse a paz e se evitasse outra guerra do que apontar as punições destinadas aos perdedores e às relativas compensações dos vencedores.

Os "14 Pontos do Presidente Wilson":

- 1) "acordos públicos, negociados publicamente", ou seja, a abolição da diplomacia secreta;
- 2) liberdade dos mares;
- 3) eliminação das barreiras econômicas entre as nações;
- 4) limitação dos armamentos nacionais "ao nível mínimo compatível com a segurança";
- 5) ajuste imparcial das pretensões coloniais, tendo em vista os interesses dos povos atingidos por elas;
- 6) evacuação da Rússia;
- 7) restauração da independência da Bélgica;
- 8) restituição da Alsácia e da Lorena à França;
- 9) reajustamento das fronteiras italianas, "seguindo linhas divisórias de nacionalidade claramente reconhecíveis";
- 10) desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria;
- 11) restauração da Romênia, da Sérvia e do Montenegro, com acesso ao mar para Sérvia;
- 12) desenvolvimento autônomo dos povos da Turquia, sendo os estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo "abertos permanentemente";
- 13) uma Polônia independente, "habitada por populações indiscutivelmente polonesas" e com acesso para o mar; e
- 14) uma Liga das Nações, órgão internacional que evitaria novos conflitos atuando como árbitro nas contendas entre os países (MAYER, 1959, p. 369).

Ressalta-se que esse exemplo de cooperação, que teve aderência de diversos Estados, foi estabelecido com o propósito de evitar que os países entrassem em novo conflito armado, sendo que a ideia principal do ato estava baseada na iniciativa de uma abertura da possibilidade dos Estados de entrarem em colaboração em detrimento de um bem maior. Fato é que essa parceria iria contribuir para a consequente manutenção da paz e da segurança internacional dada a tentativa de eliminar todas as rivalidades que, durante o século XIX, alimentaram a deflagração da Primeira Guerra Mundial.

Todavia, a Liga das Nações, após a sua institucionalização, foi se deparando com diversos conflitos que gradativamente promoveram a sua desestabilização e a consequente descrença dos Estados na função exercida por seus organizadores. Com a recusa do Senado norte-americano em ratificar o Tratado de Versalhes²⁵, em 1920, o processo de paz se tornava

²⁵ Em 1919, Paris foi a capital do mundo. A Conferência de Paris era o assunto mais importante, e os promotores da paz, os *peacemakers*, as pessoas mais poderosas do mundo. Reuniram-se dia após dia. Argumentaram, debateram, brigaram e refizeram o mundo. Montaram acordos. Redigiram tratados. Criaram novos países e novas organizações. Jantaram juntos e juntos foram ao teatro. Por seis meses, de janeiro a junho, Paris foi a um só tempo, o governo do mundo, seu tribunal de recursos e seu parlamento, o foco de seus receios e de suas esperanças. Oficialmente, a conferência durou ainda mais e entrou para o ano de 1920, mas aqueles

cada vez mais distante devido às crescentes crises provocadas pelas agressões dos regimes nazifascistas, culminando na impotência da Liga durante a Guerra Civil Espanhola²⁶ (1936-1939) e a eclosão da Segunda Guerra Mundial²⁷, em 1939.

PACTO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES

O pacto é a primeira parte do Tratado de Versalhes, de 28 de junho de 1919.
No Brasil: Ratificação: 10 de dezembro de 1919.

Promulgação: Decreto nº 13.990, de 12 de janeiro de 1920

As altas partes contratantes Considerando que, para desenvolver a cooperação entre as Nações e para lhes garantir a paz e a segurança, importa: aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra; manter claramente relações internacionais fundadas sobre a justiça e a honra; observar rigorosamente as prescrições do Direito Internacional, reconhecidas de ora em diante com regra de conduta efetiva dos Governos; fazer reinar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos Tratados nas relações mútuas dos povos organizados; Adotam o presente Pacto que institui a Sociedade das Nações (USP, [s.d.]).

Tendo em vista esse contexto, tal organização internacional não logrou sucesso em se perdurar pelos anos seguintes e foi oficialmente desativada em abril de 1946, sendo sucedida pela Organização das Nações Unidas (ONU)²⁸, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, em que se priorizava a paz.

Depois da II Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhões de seres humanos, existia na comunidade internacional um sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países. A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945 (ONU, 2017, [s.n]).

primeiros meses foram os que valeram, quando as decisões-chave foram tomadas e as sequências cruciais de eventos postas em movimento. O mundo nunca viu algo parecido, e nunca mais verá (MACMILLAN, 2004, [s.n]).

²⁶ Uma das mais dolorosas catástrofes da história europeia do século XX, a Guerra Civil Espanhola continua a exercer sobre nós um fascínio singular. A Guerra Civil Espanhola foi o primeiro conflito bélico europeu em que civis foram alvos de massa de ataques aéreos surpresa nas grandes cidades (...) um período de mudança social no qual se desenvolveram ou se confrontaram diferentes ideias sobre a cultura (entendida em sua acepção mais ampla) e do qual participaram espanhóis e não espanhóis (GRAHAN, [2013]).

²⁷ A Segunda Guerra Mundial foi o conflito global mais destrutivo da história. Quarenta milhões de pessoas morreram durante os 2.174 dias desde o ataque da Alemanha contra a Polônia, em setembro de 1939, até a rendição do Japão, em agosto de 1945 (GILBERT, 2014).

²⁸ Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais. Quando a ONU foi fundada, em 24 de outubro de 1945, ficou definido, na Carta da ONU que para seu melhor funcionamento seus membros, vindos de todos os cantos do planeta se comunicariam em seis idiomas oficiais: inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo.

A circunstância em que se encontrava o mundo no pós Segunda Guerra Mundial, com a relação de mortos elevada, cidades devastadas, economia fragilizada, segurança e defesa comprometidas e a real necessidade de reconstrução e desenvolvimento da Europa, foram criados diversos programas, como o de ajuda financeira internacional que eram delimitados pela ordem bipolar que contava com os blocos capitalista - liderado pelos Estados Unidos da América -, e o socialista – liderado pela União Soviética, (Plano Marshall²⁹ dos Estados Unidos da América para a Europa, por exemplo), acordos de Bretton Woods³⁰, FMI³¹ e Banco Mundial³², fazendo com que plano ideal da cooperação ultrapassasse os discursos e levasse a ações mais efetivas (ABREU, 2013, p. 4).

Ademais, no que se refere a cooperação internacional o Grupo dos 77³³, na década de 1960, frente à bipolaridade, os países em desenvolvimento se unem em prol dos interesses econômicos coletivos por meio de empréstimos e cooperação técnica, promovendo atividades e projetos de parcerias adequadas a cada região e evitando a imposição de modelos preexistentes que não atenderiam as necessidades locais.

²⁹ O Plano foi proposto a todos os países europeus, inclusive à União Soviética. A adesão por parte dos soviéticos, contudo, não se mostrou possível, pois a condição imposta, de cooperação econômica supranacional, não se enquadrava em seus objetivos. Os governos do Leste europeu, alinhados à Rússia, sofreram pressões para não aceitar o Plano. De todos os países do Leste, apenas a Iugoslávia recebeu ajuda. Ele abrangeu os seguintes países europeus: Reino Unido, França, Itália, Trieste, Alemanha Ocidental, Holanda, Grécia, Áustria, Bélgica-Luxemburgo, Dinamarca, Noruega, Turquia, Irlanda, Suécia, Suíça, Portugal e Islândia (SIMON, 2011, p. 37).

³⁰ Deste modo, em julho de 1944 os representantes da Aliança das Nações Unidas se reuniram em Bretton Woods para estruturar um novo padrão monetário internacional. As negociações, contudo, ocorreram antes, entre 1942-1944. O lado britânico, representando os devedores, foi liderado por J. M. Keynes, e o lado americano, representando os credores, por H. D. White. De forma resumida, o Plano Keynes propunha a criação de uma Câmara de Compensações Internacionais (International Clearing Union, ICU), um tipo de Banco Central dos bancos centrais, que de posse de um grande volume de recursos e centralizando o sistema de pagamentos em âmbito global, teria a função de corrigir os desequilíbrios dos balanços de pagamentos dos países de forma ordenada, contemplando credores e devedores.

³¹ O FMI, por sua vez, tinha a missão de auxiliar as economias com dificuldades a se restabelecerem, por meio de programas de recuperação. O Fundo Monetário Internacional recebeu a incumbência de regular o comércio e as práticas monetárias de seus membros. No tangente ao conteúdo monetário, almejava-se estabilidade e flexibilidade (SIMON, 2011, p. 32).

³² O Banco Mundial tinha a finalidade principal de reconstruir a infraestrutura dos países. Para garantir um comportamento adequado dos devedores, os países deveriam, antes de receber a ajuda, ser membros do Fundo Monetário Internacional (SIMON, 2011, p.32).

³³ O Grupo dos 77 é uma coalizão de nações do terceiro mundo, hoje em desenvolvimento, que almejam promover seus interesses econômicos comuns, fortalecer seu poder de barganha coletivo nas questões de economia internacional no sistema ONU e promover cooperação técnica e econômica entre os países em desenvolvimento pertencentes ao hemisfério sul. Em 1964 quando foi criado tinha 77 membros fundadores, desde então, expandiu para 133 países membros. Seu documento guia a Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países, emitida na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi apontada como um contra-movimento as propostas executadas pela OCDE. O grupo tem também o objetivo de fornecer meios aos países do sul de articular e promover os interesses econômicos coletivo melhorando a capacidade de negociação dentro do sistema internacional. (SILVA, 2015).

Neste mesmo ambiente, foi criada a OCDE³⁴ (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com o objetivo de atuar no âmbito internacional e intergovernamental, viabilizando o intercâmbio de informações e fazendo com que houvesse o desenvolvimento dos países membros no âmbito da economia e da política ao estimularem o sucesso nas áreas de políticas públicas, como comércio, investimentos, finanças, tributação, energia, siderurgia, serviços, economia do trabalho, política ambiental e outras.

O Brasil não faz parte como membro da OCDE, entretanto, o relacionamento entre os dois é estreito, tendo-se aprofundado em 1999, ano em que o Conselho da Organização optou por criar um programa direcionado para o país a fim de:

Fortalecer a cooperação da OCDE com o Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul por meio do programa de *enhanced engagement*, tornando possível a adesão desses países à OCDE. Em 2012, esses cinco países passaram a ser considerados *key partners* (parceiros-chave) na Organização (BRASIL, 2004, s.d).

Sendo o Brasil parte desse processo, foi credenciado para participar de Comitês da Organização e de diversas áreas de trabalho, tendo assinado ainda um Acordo Macro de Cooperação a Nível Ministerial da Organização, cujo foco é o relacionamento bilateral entre eles. A entidade tem coletado dados específicos sobre o Brasil e produzido relatórios sobre as suas respectivas áreas de cooperação, tudo isso atrelado ao Ministério das Relações Exteriores.

A OCDE, no intuito de apoiar o processo brasileiro de aproximação da entidade, vem intensificando a produção de dados e de estudos a respeito do Brasil, além de ter criado um espaço específico em seu site oficial para divulgar relatórios, notícias e estatísticas sobre o país. Exemplo disso é o *Economic Survey*, relatório econômico elaborado pela Organização, publicado de dois em dois anos, sobre cada país membro e sobre alguns dos países que não fazem parte da Organização. Tais relatórios são preparados pelo Departamento Econômico da OCDE e pelo Comitê de Revisão e Desenvolvimento, dos quais o Brasil participa como observador *ad hoc* (BRASIL, 2004 [s.n]).

³⁴ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE atua nos âmbitos internacional e intergovernamental e reúne os países mais industrializados do mundo e alguns países emergentes, como México, Chile, Coreia do Sul e Turquia. No âmbito da Organização, os representantes efetuam o intercâmbio de intergovernamental e reúne os países mais industrializados do mundo e alguns países emergentes, como México, Chile, Coreia do Sul e Turquia. No âmbito da Organização, os representantes efetuam o intercâmbio de informações e alinham políticas, com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros. A OCDE, com sede em Paris, França, é um organismo composto por 34 membros. A Organização foi fundada em 14 de dezembro de 1961, sucedendo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia, criada em 16 de abril de 1948. Desde 1º de junho de 2006, seu Secretário-Geral é o mexicano José Ángel Gurría Treviño (BRASIL, 2004).

Por sua vez, o Brasil não se manteve à parte desse processo e a área de cooperação vem crescendo e tomando espaço para a solução de perspectiva de soberania e crescimento das relações internacionais, com diversos acordos bilaterais, e multilaterais realizados pelo Brasil com o intuito de proporcionar o trabalho em conjunto para resolver problemas comuns e diminuir os níveis de incidentes.

A atual política externa brasileira que vêm se estabelecendo está marcada pela inserção e multilateralidade. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³⁵ auxiliou nesse processo e observa-se que a Agência de Cooperação do Brasil (ABC) avançou de forma a consolidar-se como um importante instrumento de correção das assimetrias econômicas e sociais presentes nos países em desenvolvimento, unificando as funções técnica e de política externa.

O PNUD, ao implementar projetos e realizar parcerias tem por objetivo a orientação focada nos temas centrais de “desenvolvimento de capacidades, ciência e tecnologia, a modernização do Estado e o fortalecimento de duas instituições, o combate a pobreza e à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais” (ONU, [2017b], [s.n.]).

Uma das áreas cooperativas que vêm tomando espaço é a área técnica, composta por um quadro de recursos humanos e de sistemas gerenciais que, iniciada no Ministério de Relações Exteriores, enfrentou uma subdivisão de tarefas para poder melhor atender às necessidades de crescimento e desenvolvimento do país através de um organograma operacional que envolve, por exemplo, a Cooperação Sul-Sul³⁶ e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)³⁷:

³⁵ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha principalmente no combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. Está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construir uma vida mais digna. Em todas as suas atividades, o PNUD encoraja a proteção dos direitos humanos e a igualdade de gênero e raça. Desde 2000, o programa fomenta também o comprometimento e a discussão em prol do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, [2017b]).

³⁶ Cooperação Sul-Sul é a modalidade de cooperação técnica internacional que se dá entre países em desenvolvimento, que compartilham desafios e experiências semelhantes. Ela difere da tradicional Cooperação Norte-Sul (onde países desenvolvidos do Hemisfério Norte colaboram com países em desenvolvimento do Hemisfério Sul). A Cooperação Sul-Sul é uma das prioridades da política externa brasileira. Na última década, o Brasil tem investido esforços e recursos em programas voltados para países da América Latina e Caribe, África e Ásia, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores. Por essa razão, o Brasil foi o primeiro país a ter Cooperação Sul-Sul como parte integrante do Programa de País do UNFPA acordado com o Governo (UNPFA, [s.d]).

³⁷ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Fundada a 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. (CPLP, 2017)

Frente a esse contexto cooperativo em que o Brasil demonstra preocupação, as Lideranças Africanas desenvolveram diversos projetos como *African Renaissance*³⁸ do final dos anos 1990, Plano Omega³⁹, do Senegal, e o *Millennium Partnership for the African Recovery Programme*⁴⁰ (MAP), da África do Sul, e da junção de ambos no *New African Initiative*⁴¹, bem como nas incursões da Comissão Econômica para a África (ECA)⁴².

Além disso, a criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano NEPAD⁴³, realizada em 2001 em Abuja (Nigéria), foi um marco porque se aspirava a promoção da paz no que se refere à estabilidade, na democracia política e social, cujo foco seria o de erradicar a

³⁸ A política externa do governo Thabo Mbeki certamente possui várias características, muitas das quais herança do governo Mandela, do qual o próprio Mbeki foi um dos principais protagonistas na formulação da política exterior. Contudo, dentre os princípios norteadores de sua política externa, pelo menos no campo da retórica, chama especial atenção a ideia de “African Renaissance”, ou renascimento africano. Mas, qual seria o significado dessa ideia e qual a sua real vinculação com a política externa da República da África do Sul no final do século XX? E em que contexto foi lançada a ideia? O termo African Renaissance faz referência a um suposto renascimento africano, estabelecendo um paralelo direto com o que a historiografia registra como sendo o fim da idade das trevas na Europa, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, quando houve uma retomada mais vigorosa no desenvolvimento econômico e avanços em vários planos da vida material e espiritual, como na arte, cultura, ciência e tecnologia. (PENNA FILHO, 2011).

³⁹ O Plano OMEGA, apresentado pelo novo Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, em janeiro de 2001, no Encontro França-África em Yaoundé (Camarões), tendo por objetivo resolver o fosso existente entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, através de grandes investimentos externos, coordenados em escala continental, para fincar as bases do desenvolvimento do continente africano. Este documento enfatizou a necessidade de uma abordagem regional para projetos infraestruturas e educacionais e recebeu um forte apoio dos países francófonos (DIALLO, 2006).

⁴⁰ *The Millennium Partnership for the African Recovery Programme is a pledge by African leaders based on a common vision, and a firm and shared conviction that they have a pressing duty to eradicate poverty and to place their countries, both individually and collectively, on a path of sustainable growth and development, and to participate actively in the world economy and body politic. It is anchored on the determination of Africans to extricate themselves and the continent from the malaise of underdevelopment and exclusion in a globalising world (GATES JR, 1996).*

⁴¹ *At the political level, Africa's leaders intend to transform the OAU into a more effective continent-wide institution, the African Union, over the next year (see box, "Transforming the OAU into the African Union"). Simultaneously, they aim to promote an innovative "made-in-Africa" development strategy known as the New African Initiative. It incorporates two draft plans put forward by different African presidents earlier this year, the Millennium Partnership for the African Recovery Programme and the Omega Plan (see Africa Recovery, June 2001), which were merged into a single, common framework just before the OAU's 9-11 July Lusaka summit (HARSCH, 2001).*

⁴² A Comissão Econômica para a África (CEA) centra-se nas seguintes áreas temáticas: 1. A integração regional, o comércio exterior e a infraestrutura; 2. Os objetivos de desenvolvimento do Milênio, com especial ênfase na redução da pobreza e o crescimento, o desenvolvimento sustentável e o gênero; 3. Promover o bom governo e a participação popular; 4. As tecnologias da informação e comunicação, a ciência e a tecnologia para o desenvolvimento; 5. As estatísticas e o desenvolvimento estatístico. A Comissão Econômica para a África (CEA) pertence ao Espaço Econômico da África Ocidental da Civilização Africana. (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A ÁFRICA, 2017).

⁴³ *The NEPAD Planning and Coordinating Agency (NEPAD Agency) was established in 2010 as an outcome of the integration of NEPAD into AU structures and processes. The NEPAD Agency is the implementing agency of the African Union that advocates for NEPAD, facilitates and coordinates the development of NEPAD continent-wide programmes and projects, mobilises resources and engages the global community, regional economic communities and member states in the implementation of these programmes and projects. The NEPAD Agency replaced the NEPAD Secretariat which had coordinated the implementation of NEPAD programmes and projects since 2001 (NEPAD, 2001).*

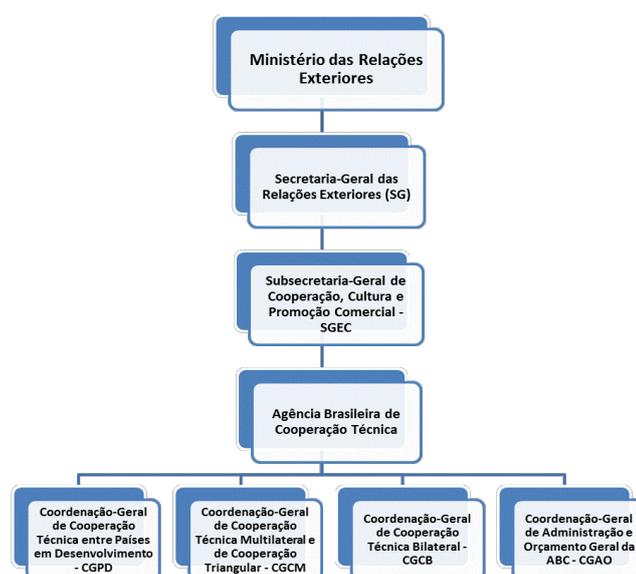
pobreza, reduzir os níveis de diferença na qualidade da infraestrutura do continente, posicionando os países do continente na via do crescimento sustentável, atuando na economia mundial e na política.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África é uma promessa dos líderes africanos, baseada numa visão comum e numa convicção firme e partilhada de que eles têm a missão urgente de erradicar a pobreza e colocar os seus países, individual e coletivamente, na via do crescimento sustentável e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participarem ativamente na economia mundial e na vida política. O Programa é igualmente, baseado na determinação dos africanos de se livrarem a si próprios e o continente dos males do subdesenvolvimento e da exclusão num mundo em globalização (NEPAD, 2001, introdução, parágrafo 1).

Todavia, a política externa do Brasil dispõe pela preservação do relacionamento sul-sul uma vez que o país almeja a elevação do reconhecimento mundial por ser provedor de cooperação técnica. Isso permite que a África entenda que pode usufruir de benefícios, aprender e tirar proveito dessa relação por ter estreitado os laços com o Brasil, sendo favorável que os agentes tomadores de decisões se engajem e aprofundem em parcerias prioritárias para o desenvolvimento.

Os benefícios da integração fazem com que os países se projetem e enfrentem menos desafios, se comparado com a falta de parcerias, sendo que a oportunidade de aprender e estimular os seus governos proporciona a possibilidade de articular uma estabilidade econômica e social para os membros dos Estados, contribuindo para o fortalecimento das regiões e o aproveitamento de recursos através do consenso político.

Figura 1 - Organograma do Ministério das Relações Exteriores



Fonte: (Brasil, 2011)

Nesse contexto, o Brasil possui acordos de cooperação, por via horizontal e via exterior, não só com países desenvolvidos, mas também com países em desenvolvimento, impactando e contribuindo para o seu projeto de planejamento de política externa em que há perspectiva de manutenção dos objetivos estatais e cooperação técnica internacional desde o início do século XXI, sendo que “constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais no campo social e econômico, incluindo a ação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional” (BRASIL, [2009], [s.n]).

A relação Brasil e África passou por diversos processos de avanços e retrocessos na área de cooperação, isso porque cada governo apresentou um planejamento e entendia ser razoável uma política estratégica. Teve-se o envolvimento e a adoção do neoliberalismo, logo depois a importação dos olhares para o patamar das grandes potências com o surgimento do MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul)⁴⁴, na sequência a diminuição do número de diplomatas na África e o surgimento de processos de paz.

Com a ascensão de Fernando Collor de Mello (1990-1992) à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990 abriu-se uma nova fase de distanciamento em relação à África. No contexto do fim da Guerra Fria e da criação MERCOSUL, postula-se o foco econômico e regional para política externa brasileira baseada em uma visão voltada às grandes potências na amplitude neoliberal da globalização. Nessa época, na África, diminuiu-se o número de diplomatas brasileiros. Já o rápido governo Itamar Franco (1993-1994), tenta retomar a política africana do governo militar com ênfase particular na participação brasileira, com apoio bilateral e multilateral (via ONU), nos processos de paz em Angola e outros países africanos. Em 1994 realiza-se o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa (DA SILVA, 2014, p. 34).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou o interesse na Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)⁴⁵ em Buenos Aires, em que os envolvidos adotaram o Plano de Ação para Promover e Realizar a Cooperação Técnica em países em

⁴⁴ Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Todos os países da América do Sul participam do MERCOSUL, seja como Estado Parte, seja como Estado Associado. Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (desde 26 de março de 1991) e Venezuela (desde 12 de agosto de 2012). Estado Parte em Processo de Adesão: Bolívia (desde 7 de dezembro de 2012). Estados Associados: Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia, Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (ambos desde 2013) (MERCOSUL, 2017).

⁴⁵ A CTPD brasileira, baseada exclusivamente no aproveitamento e compartilhamento do manancial de técnicas e do conhecimento acumulado em vários campos em que o Brasil atingiu níveis de excelência, torna-se um instrumento bastante assimilável pela sociedade. Mesmo quanto ao aspecto de seu impacto – de resto muito baixo – no orçamento público, ainda que em face das pressões oriundas de um quadro social interno pleno de carências (PUENTE, 2010, p.33).

Desenvolvimento com 38 recomendações para a implantação de um programa de Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento.

A insistência no caráter complementar da CTPD revela que esta deverá ser reconhecida como forma legítima de promover o desenvolvimento, tendo em vista a semelhança entre as condições históricas, econômicas e sociais dos doadores e recebedores. No entanto, os entusiastas da CTPD têm em conta as limitações da CTPD, e lembram à necessidade de continuar a receber cooperação técnica dos países do Norte econômico, especialmente na área de tecnologia (LOPES, 2008, p. 74).

Além disso, teve-se o surgimento de uma Unidade Especial de Cooperação Sul- Sul, dentro do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), ressaltando a importância do combate à pobreza e a integração dos afrodescendentes, fortalecendo a cooperação política, econômica, social e técnica. Esse aspecto se relaciona através da cooperação técnica horizontal (CTH).

De acordo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse em 2003, a relação Brasil com a África se fortaleceria com novas alianças, constituindo uma área que deveria ter maior concentração de recursos para investimento:

Reafirmaremos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional (...) o Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos (SILVA, 2003, p. 10).

Como explicam Visentini e Pereira:

A presidência Lula, iniciada em 2003, abriu um novo capítulo nas relações Brasil-África, combinando uma nova visão sobre a ordem internacional com a transformação social interna. Já em seu discurso de posse, o novo presidente nomeou a África do Sul entre os grandes em desenvolvimento (China, Índia e Rússia) e destacou que o continente africano seria um vetor fundamental da política externa ([S.d], [n.p.]).

E ainda o então Ministro Celso Amorim:

Desenvolveremos, inclusive, por meio de parcerias com outros países e organizações, maior cooperação com os países africanos. [...] Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única. As políticas cultural, de cooperação técnica, científica e tecnológica serão elementos essenciais da política externa (AMORIM, 2003. n.p.).

Nesse mesmo sentido, podemos observar o interesse demonstrado pelo Brasil de fixar relações com diversas áreas do mundo, fato perceptível pela busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, se assegurando como protagonista internacional no que tange ao desenvolvimento:

Naquele momento, início do século XXI, o país desejaria também manter relações com várias áreas do mundo; entretanto, o foco seria novo com um protagonismo junto aos países em desenvolvimento e subdesenvolvido, pensando os problemas desse mundo pela visão desses países; segundo os críticos, agora o país desejaria ser o primeiro dos últimos. O Brasil de Lula teria feito isso sem abandonar os vínculos com os países desenvolvidos, o país buscava o apoio desses na campanha pela obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU reformado. O Brasil, desde o governo Itamar Franco, trabalharia de forma sistemática nessa candidatura brasileira ao Conselho de Segurança (SILVA, 2015, p. 48).

Isso esclarece a evolução da cooperação no Brasil que, além de recepcionar contribuições para prospectar o seu desenvolvimento, desenvolveu e incentivou a criação de parcerias e acabou evoluindo o encorajamento para a construções de instituições democráticas robustas que, por suas diretrizes, são capazes de influenciar e ajudar outros países em condições.

Embora as discussões sobre a denominada cooperação Sul-Sul se tivessem iniciado desde 1964, por ocasião da I UNCTAD, até 1972 o enfoque recai nas relações de comércio e da integração regional. A partir de 14 de dezembro de 1972, na resolução 2974 (XXVII), a Assembleia Geral da ONU começou a dar ênfase aos aspectos de cooperação entre os Países em Vias de Desenvolvimento (PVDs), ao determinar a criação de um grupo de trabalho para estudar a melhor maneira para os PVDs juntarem seus esforços e suas experiências com vistas a aumentar e melhorar a assistência técnica ao desenvolvimento, e a examinar as possibilidades e as desvantagens relativas da cooperação técnica regional e internacional entre países em via de desenvolvimento (SOARES, 1994, p. 179).

Ademais, como observado, a formalização dos atos de cooperações brasileiras se dá, muitas vezes, por meio do Acordo de Cooperação de ordem científica, técnica e tecnológica, consistindo no empenho internacional de estabelecer as relações entre as partes para fortalecimento, que de acordo com as normas para a efetivação deverá ter a chancela do Congresso Nacional⁴⁶.

⁴⁶ O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Portanto, se organiza como um poder bicameral. Ao tratar das competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso

Ressalta-se que os acordos podem ser feitos pela Coordenação Geral de Administração e Orçamento Geral da ABC⁴⁷, Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CGPD⁴⁸, Cooperação Técnica Multilateral – CGCM⁴⁹, Cooperação Técnica Bilateral - CGCB⁵⁰ e que para o controle, o acompanhamento e a organização de informações foi criado pelo governo brasileiro o Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (SIGAP)⁵¹ fazendo com que esse sistema corporativo auxilie nas atividades de auditoria e facilite a supervisão do uso do dinheiro público.

Tais acordos podem ser complementados por meio dos ajustes ou dos programas executivos, na área da defesa, educação, segurança pública, saúde, agricultura, ciência e

(Câmara e Senado), quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os deputados federais e os senadores, embora votem separadamente (BRASIL, [2007], [s.n.]).

⁴⁷ Compete à Coordenação-Geral de Administração e Orçamento Geral coordenar as atividades administrativas e orçamentárias da ABC.

⁴⁸ A missão da CGPD seria contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação dos seus intercâmbios, geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições. O Brasil possui um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções imaginativas que podem ser aplicados em países com carência de recursos e de *know-how* (BRASIL, 2009).

⁴⁹ A cooperação técnica multilateral é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar e/ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo brasileiro e sociedade civil, assumindo-se como horizonte de trabalho a autossuficiência nacional em termos dos conhecimentos requeridos para conceber e operacionalizar políticas e programas públicos com repercussão sobre o desenvolvimento socioeconômico do país. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos referidos organismos. A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções. A cooperação técnica multilateral igualmente inclui a implementação de programas e projetos de cooperação triangular entre o Brasil e organismos internacionais em benefício de países em desenvolvimento. A cooperação triangular permite convergir às vantagens comparativas

⁵⁰ A cooperação técnica recebida bilateral pode ser considerada um instrumento propulsor de mudanças estruturais, por ter como objetivo a transferência de tecnologia e absorção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do país. A Cooperação Recebida Bilateral é realizada por meio de consultorias de alto nível, capacitação e treinamento de técnicos brasileiros e, em alguns casos, pela doação de equipamentos de alta tecnologia, com o objetivo final de transferir novos conhecimentos às instituições brasileiras. Os recursos aportados pelas fontes externas bilaterais são a fundo perdido e correspondem, em média, a 50% do valor da cooperação solicitada. A contrapartida oferecida deve ser, no mínimo, igual ao valor da cooperação solicitada, e deverá ser calculada levando em consideração os gastos com salários da equipe que participará diretamente da execução do projeto, a infraestrutura colocada à disposição do projeto, os gastos com seminários e estágios, dentre outros insumos. Em 2011 os principais parceiros da cooperação bilateral foram: Alemanha (12 projetos), Japão (8 projetos), França (7 projetos) e Espanha (6 projetos) (BRASIL, 2009 [s.n.]).

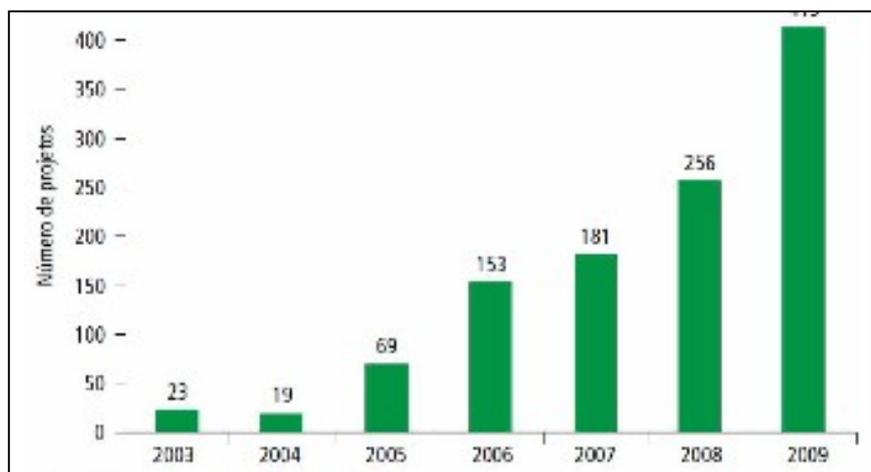
⁵¹ O Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (SIGAP) tem por objetivo organizar informações referentes ao acompanhamento de projetos de cooperação técnica internacional em uma estrutura direcionada à tomada de decisões estratégicas, fornecendo ampla visão sobre o assunto e viabilizando o aprimoramento da área, através de ações regidas por maior agilidade e precisão. Fundamentação Legal: Decreto nº 5.151 de 22 de julho de 2004, Portaria nº 717 de 09 de dezembro 2006, Portaria S/N de 23 de outubro de 2009 (SIGAP, 2017).

tecnologia e meio ambiente, por exemplo, fazendo com que haja criação de peritos, treinamento de pessoal adequado a função a ser exercida, material bibliográfico vasto, equipamentos para facilitar a produção, estudos investigativos e investimento em pesquisas para descoberta de novos conhecimentos.

O Brasil vem trabalhando em parceria com países amigos e organismos internacionais há cerca de seis décadas. Os programas e projetos de cooperação técnica geram benefícios em importantes setores como desenvolvimento social, gestão pública, meio ambiente, energia, agricultura, educação e saúde, o que permitiu construir instituições mais sólidas, aptas a desempenhar suas funções em nível superior de excelência (BRASIL, 2009, [s.n.]).

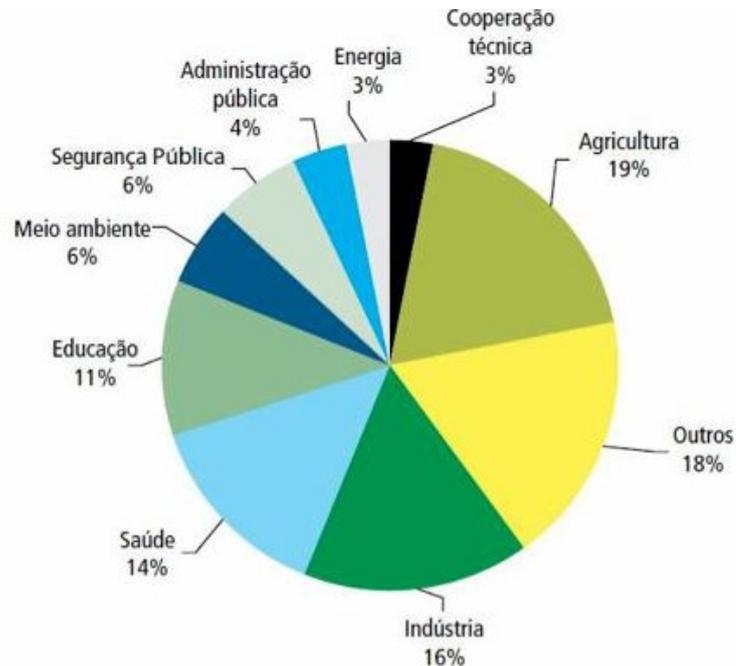
Com base nos dados da gestão de 2000-2014 da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), que unificou as funções técnicas e de política externa, recebendo auxílio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ABREU, 2013, p. 8) aponta que no âmbito de ciência e tecnologia o percentual encontra-se em 2%. Nesse contexto, destaca-se a importância dos acordos de cooperação técnica no âmbito da Marinha do Brasil para os programas negociados e aprovados junto a governos estrangeiros e organismos internacionais para crescimento e reconhecimento de potência internacional.

Gráfico 1 - Número de Atividades de Cooperação Técnica coordenadas pela ABC



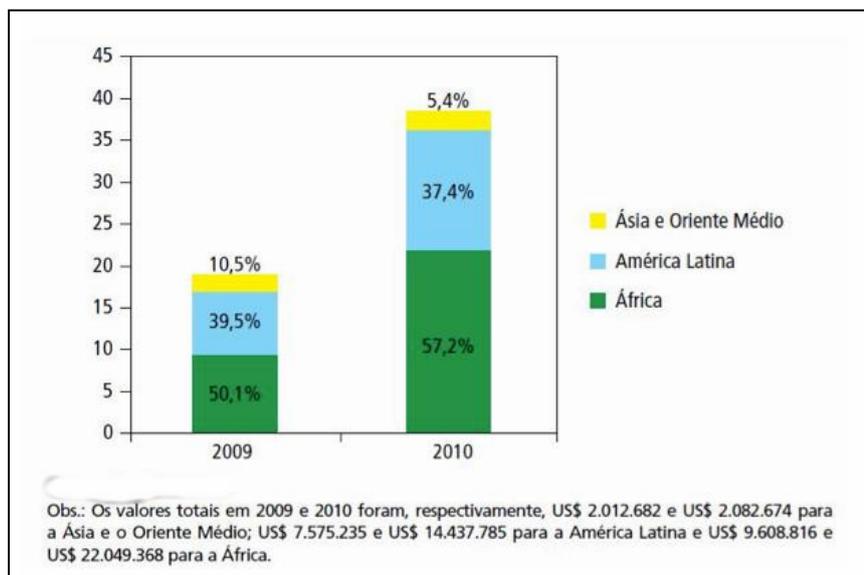
Fonte: (BRASIL, 2011)

Gráfico 2 - Principais áreas de envolvimento do Brasil em acordos de Cooperação Sul-Sul em 2009



Fonte: (BRASIL, 2011)

Gráfico 3 - Investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento, participação por continente, 2009-2010



Fonte: (BRASIL, 2009)

Crescentes são os Acordos Bilaterais de Investimentos (BIT), com cláusulas de proteção criados com o intuito de proporcionar solução de controvérsias nas áreas investidor-

Estado conhecidas publicamente, entretanto, diversos países como a África do Sul, Indonésia, Índia, Austrália têm revisado os seus BITs por afirmarem estar inseridos em uma experiência negativa.

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ao longo da década de 1990, houve uma proliferação do número de BITs firmados, que somam atualmente cerca de 3000. O aumento verificado nesse período estimulou diversas análises críticas sobre as limitações dos BITs, incluindo: restrições à liberdade regulatória e à capacidade dos Estados de adotarem políticas públicas; tratamento mais favorável do investidor estrangeiro em relação ao investidor nacional; elevado custo econômico e político dos procedimentos arbitrais; imposição aos Estados de onerosas indenizações; e falta de transparência das decisões arbitrais. Ao longo dos últimos anos, a experiência negativa de diversos países expôs as limitações desse tipo de acordo e, em particular, a inadequação do modelo de solução de controvérsias investidor-Estado. Diante disso, países como África do Sul, Indonésia, Índia, Austrália, dentre vários outros, estão, atualmente, em processo de revisão, e até mesmo de denúncia, de seus BITs. (BRASIL, 2009a, [s.n]).

Nesse diapasão, o Brasil reelaborou ações e propôs a criação de um novo modelo de acordo de investimentos denominado como Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cuja perspectiva é a de estimular o despertar pela necessidade de estabelecer cooperação institucional bem como demonstrar que haverá facilitação dos fluxos mútuos de investimentos entre as partes.

O governo brasileiro desenvolveu um novo modelo de acordo de investimentos a partir de um enfoque mais construtivo que busca fomentar a cooperação institucional e a facilitação dos fluxos mútuos de investimentos entre as partes. A proposta, intitulada Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), foi elaborada a partir de subsídios de importantes organismos internacionais e, sobretudo, a partir de amplas consultas ao setor privado brasileiro. O ACFI busca incentivar o investimento recíproco através de estabelecimento de mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios (BRASIL, [2009a] [s.n.]).

A concatenação de ideias envolvendo o empenho para obtenção dos resultados das investigações teóricas e da compilação das informações acabam fornecendo algumas referências sobre os agentes envolvidos na relação que culminarão em estabelecer quais estratégias serão invocadas para que provavelmente possam funcionar no âmbito de cada necessidade do Estado.

Além disso, as ligações e influências na rede de cooperação, de cada área a ser tratada, tendem a delimitar os impactos macro e micros, exemplificando as tendências de acordos para serem tomadas as escolhas com clareza e exatidão, auxiliando nos planejamentos da Defesa Nacional e contribuindo para o direcionamento do montante financeiro necessário para cada tipo de ação em prol do crescimento do país.

Além do mais, os tomadores de decisões responsáveis por avaliar e deliberar sobre os assuntos estratégicos deverão explicitar os pontos que merecem maior e menor ação do Estado de acordo com as atitudes dos envolvidos, sendo que essas informações proporcionarão um melhor embasamento nas decisões a serem tomadas, os instrumentos cooperativos adequados e a maneira que irão impactar o cenário internacional para benefício do país.

A cooperação irá se justificar na medida em que existe um ambiente complexo, no qual é necessário que a tomada de decisão seja rápida, eficiente e eficaz, sendo recomendável que o tomador de decisão possua reunidas as informações que necessitam em um ambiente apropriado, envolvendo fatores de coerência, de forma concisa para que não haja uma deserção autodestrutiva.

1.3. O Dilema do Prisioneiro e o Equilíbrio de Nash

A cooperação entre países e seus respectivos organismos são realizados por serem o meio estratégico e eficaz de agir em parcerias, cujo intuito é o de alcançar benefícios mútuos junto à concorrência, devido à existência de planos articulados que fazem com que, pela reputação, possa o Estado se frustrar ou criar expectativa e ficar confiante na capacidade de negociar e criar futuros acordos.

A escolha para se aliarem, persistirem nas tentativas de realizarem acordos ou optarem por manter os interesses estritamente opostos, fazem com que os envolvidos possam expressar as experiências de predileções e consigam obter ganhos mútuos ao exercerem a opção de cooperação. Por outro lado, também permite a eventualidade de um o jogador querer explorar o outro, ou a existência da possibilidade de nenhum dos dois demonstrarem interesse em cooperar, sendo que, com as informações da situação em que estão envolvidos, cada um deverá sobreponderar o que acarretará menos prejuízo e proporcionará maior grau de engajamento para crescimento exponencial.

A segurança em tomar decisões faz com que muitos agentes hesitem, por constatarem concorrência dentro de alianças preexistentes, antagonismo de pensamentos e conflitos comuns que acabam por envolver difíceis escolhas que estão atreladas a capacidades de processar informações baseadas em evidências, especialidades, interação ou criatividade, que são elementos fundamentais e condicionais para influenciarem determinado processo de previsão.

A Teoria dos Jogos entende que, diante das diferentes situações em que se encontra cada agente, com o histórico de tomadas de decisões, existem suas inclinações e suas preferências de domínio, após terem analisado as ações e as tendências dos demais envolvidos, podem optar por preservar apenas os interesses próprios e assim iriam enfrentar maiores desafios porque isso levaria a um resultado ruim para todos ou poderiam decidir que a melhor escolha seria cooperar.

No caso do Dilema do Prisioneiro, a reciprocidade entre os agentes é fundamental, sendo que cada tomador de decisão, quando inserido em determinada situação de escolha, deverá primar pela vedação do fracasso excessivo dos seus. A estratégia de aderir para cumprir com o objetivo final permite que as interações mútuas tragam mais benefícios do que a inexistência, sendo que não necessariamente deverão ser encaradas como sendo legal ideal ou eficiente, *“it is important to remember that the equilibrium need not be the most optimal or efficient legal regulation possible”* (OHLIN, 2012, nota 34).

A segurança, a política e a economia são fatores importantes de atenção para as autoridades sendo que por diversas vezes é comum que os Estados, frente aos conflitos, se preocupem com a própria segurança, deixando de lado a escala internacional, a possibilidade de concorrência dentro das alianças que também são pontos de atenção, conforme explica Axelrod:

As nações geralmente buscam sua própria segurança através de meios que desafiam a segurança de outros. Este problema surge em áreas como a escalção de conflitos locais e corridas armadas. Problemas relacionados ocorrem nas relações internacionais sob a forma de concorrência dentro de alianças, negociações tarifárias⁴⁹ (1984, p. 4, tradução nossa)⁵².

De acordo com a figura 5, quando determinado jogador de linha entende que o jogador da coluna irá cooperar, os possíveis resultados serão dois: o primeiro é que, se ambos cooperaram, os dois receberão 3 pontos, entretanto, se um não cooperar e o outro jogador assim

⁵² *Nations often seek their own security through means which challenge the security of others. This problem arises in such areas as escalation of local conflicts and arms races. Related problems occur in international relations in the form of competition within alliances, tariff negotiations (AXEROLD, 1984, p. 04).*

o fizer um receberá 5 pontos e o outro não será bonificado. Por outro lado, no caso em que um jogador entende que o outro não irá cooperar esse poderá fazer uso do mecanismo e ganhará 5 e o adversário 0, contudo, se ambos não cooperaram a perda será de 1 para cada.

Esse pensamento poderá ser traduzido por qualquer uma das partes e é aí que há o dilema, porque o enfrentamento da escolha pautado em interesse individuais é complexo e pode acarretar problemas, sendo que é melhor para cada pessoa individualmente direcionar a deserção mútua, enquanto todos teriam sido melhores com a cooperação entre as partes, “*individual rationality leads to a worse outcome for both than is possible. Hence the dilemma*” (AXELROD, 1984, p. 09).

Figura 2 - Dilema do Prisioneiro

		<i>The Prisoner's Dilemma</i>	
		<i>Column Player</i>	
<i>Row Player</i>		<i>Cooperate</i>	<i>Defect</i>
		<i>Cooperate</i>	$R=3, R=3$ Reward for mutual cooperation
<i>Defect</i>	$T=5, S=0$ Temptation to defect and sucker's payoff	$P=-1, P=-1$ Punishment for mutual defection	

NOTE: The payoffs to the row chooser are listed first.

Fonte: (AXELROD, 1984, p. 8)

A estratégia de obter melhor resultado permeia na perspectiva de tomada de decisão dos jogadores, entretanto, mesmo com diversas dicas, apanhado de reputação e histórico de comportamento de cada agente, nem sempre é possível definir quais serão as atitudes dos jogadores. Sendo que muitas vezes os interesses na relação podem ser antagônicos e o planejamento das atitudes não gere conflito.

Isso porque se as ações não devem estar sendo tomadas independentes da escolha do outro jogador é razoável que se opte por cooperar mesmo que o ganho não venha a ser o máximo, mas que o risco de perda seja minimizado. Esse pensamento serve para temas atuais como saúde, educação, formação profissional, agricultura, entre outros, podendo gerar uma

transformação econômica, social e ambiental, sendo que o alinhamento de instituições para garantir o funcionamento pleno do sistema será facilitado com experiências estimulantes para transmitir conceitos de cidadania e respeito, formalizando uma gestão de resultados.

A gestão de resultados na área de política, economia, defesa e segurança, por exemplo, não podem ser consideradas como processos independentes em que os responsáveis pelas decisões levam em conta apenas os próprios interesses sem analisar questões originárias como a estrutura social, a reputação, a regulação e a territorialidade dos oponentes.

A estrutura de construção da reputação de um jogador será possível quando houver a associação das informações para que eles alcancem conformidade voluntária, isso antecede a relação dada a necessidade de observação de características para a interação, sendo que os agentes com características de interesses semelhantes irão exercer influência entre si permitindo comportamento de cooperação.

A reputação de um jogador está incorporada nas crenças dos outros sobre a estratégia que o jogador usará. Uma reputação é tipicamente estabelecida através do cumprimento das ações desse jogador ao interagir com outros jogadores. Por exemplo, a reputação da Grã-Bretanha por ser provocante foi certamente reforçada pela sua decisão de retomar as Ilhas Falkland em resposta à invasão Argentina. Outras nações podem observar as decisões da Grã-Bretanha e fazer inferências sobre como ela pode reagir às suas próprias ações no futuro. Especificamente relevante seria inferências espanholas sobre o compromisso britânico a Gibraltar e inferências chinesas sobre o compromisso britânico com Hong Kong. Se essas inferências seriam corretas é outra coisa. O ponto é que, quando os terceiros estão assistindo, as apostas da situação atual se expandem daquelas imediatamente a mão para abranger a influência da escolha atual sobre a reputação dos jogadores⁵³ (AXELROD, 1984, p. 151).

A expectativa de um resultado advindo da cooperação é fundamental para o estímulo dos agentes, entretanto, é importante lembrar que nem sempre os tomadores de decisões terão objetivos semelhantes de ganho e que o prazo para conseguirem desfrutar de vindouros benefícios pode ser curto, médio ou longo, a depender dos fatores internos e externos o que em sempre resultará em uma estratégia estável.

⁵³ *A player's reputation is embodied in the beliefs of others about the strategy that player will use. A reputation is typically established through observing the actions of that player when interacting with other players. For example, Britain's reputation for being provokable was certainly enhanced by its decision to take back the Falkland Islands in response to the Argentine invasion. Other nations could observe Britain's decisions and make inferences about how it might react to their own actions in the future. Especially relevant would be Spanish inferences about the British commitment to Gibraltar, and Chinese inferences about the British commitment to Hong Kong. Whether these inferences would be correct is another matter. The point is that when third parties are watching, the stakes of the current situation expand from those immediately at hand to encompass the influence of the current choice on the reputations of the players (AXELROD, 1984, p. 151).*

Dessa forma, o primeiro capítulo, ao apresentar o histórico de cooperação e a teoria dos jogos, ressaltou a importância desse instituto nas diferentes áreas, inclusive no mar, para o cenário internacional, que reflete nas áreas da economia, da política, da segurança e da Defesa, por exemplo. Assim, por ser esse trabalho um estudo de caso entre as Marinhas do Brasil e de Camarões o próximo capítulo permitirá aprofundar o estudo da experiência do Brasil com o continente africano, especificamente tratando da bilateralidade entre o Brasil e Camarões, possível por meio da cooperação.

2. EXPERIÊNCIA BILATERAL ENTRE BRASIL E CAMARÕES

*“Quem governa o mar, guia a história.”
Horatio Nelson*

2.1. Relação Brasil-África

O Brasil na busca pela estrutura governamental, projeção de domínio, economia estável e crescimento tecnológico tem criado e aderido a estruturas de cooperação como exposto anteriormente. Nesse contexto, a África⁵⁴ está próxima ao Brasil na busca pelo desenvolvimento de projetos de cooperação que visam à prospecção do ambiente no aspecto da defesa, da segurança e da economia, por exemplo.

Historicamente a África e o Brasil mantêm relação que ao longo do tempo gerou a observação de contraste, isso porque o país e a região são marcados por aproximação e afastamento nos aspectos políticos, econômicos, militares e diplomáticos e, embora seja possível observar essas transições, que demonstram disputa entre os atores que acabaram por impactar as parcerias, a África possui papel de destaque na política externa brasileira e a cooperação entre os agentes ganha forma estratégica.

No contexto do Brasil Colônia, o tráfico de escravos, que ocupava as duas margens do Oceânico Atlântico Sul, cujas pessoas e as cargas eram comercializadas e transportadas nos navios negreiros, iniciado no século XVI, sustentou uma extensa fase de relação econômica e política entre o Brasil e a África, por caracterizar negócios de mercadorias realizados entre os dois lados do Atlântico Sul.

⁵⁴ A África é formada por 54 países, que têm distintas etnias, culturas e distribuição social, assim como aspectos econômicos e políticos diferentes. Depois da Ásia, é o continente mais populoso do mundo. As diferenças de etnias e religiões geram confrontos em alguns países. Regiões de Ruanda e Burundi sofreram com as disputas entre hutus e tutsis, etnias adversárias. Há, ainda, os países que sofrem em decorrência da instabilidade política que agrava as dificuldades econômicas e sociais. A fome, os problemas de saúde e o analfabetismo são os principais desafios da região. Nos últimos meses, os conflitos políticos se acentuaram na África. O Egito ainda vive sob clima de instabilidade registrando frequentemente manifestações violentas e embates com as forças do governo. Os confrontos ainda ocorrem na Guiné-Bissau, na Libéria, em Borkina Farso e no Mali. O Continente Africano costuma ser dividido em cinco regiões – África Setentrional, África Ocidental, a África Central, a África Oriental e a África meridional. Os países que se tornaram referência em decorrência do crescimento econômico são África do Sul, Egito e Líbia. Recentemente registram avanços Angola, Marrocos, Argélia, Tunísia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

Com o advento da Independência do Brasil, acontece a marginalização da relação entre o Brasil e a África, sendo o tráfico de escravos finalizado com a Lei Eusébio de Queirós (Lei 581), que não teve maiores desdobramentos, seguida da Lei do Ventre Livre (Lei 2040), que concedia liberdade aos filhos de escravos, na sequência pela Lei dos Sexagenários (Lei 3270), que estabelecia a liberdade para os escravos com mais de 60 anos, finalizando com a Lei Áurea (Lei 3353), de 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil e que, pouco tempo depois, passou de um regime governamental monárquico para se tornar República, em 15 de novembro de 1889.

As relações entre o Brasil e a África podem ser divididas em cinco períodos distintos e desiguais. O primeiro período abrange a história colonial do Brasil, desde o século XVI até o início do século XIX. Com o início do tráfico transatlântico de escravos, as ligações entre o Brasil e a África — incluindo o comércio de produtos, as interações econômicas e sociais e o intercâmbio de ideias e know-how — ampliaram nesse período. Historiadores portugueses, como Oliveira Martins (1880) e, mais tarde, Jaime Cortesão (1933), indicam que grande parte da Costa da Guiné e Angola dependiam diretamente do Brasil durante o século XVIII (IPEA, 2013, p. 27).

No século XIX, no governo de Jânio Quadros (1961), com o lançamento da Política Externa Independente, há priorização de temas políticos e de segurança, a retomada da estrutura diplomática se estreitou e revigorou sendo abertas várias embaixadas no continente (LEITE, 2011), como em Senegal, Guiné (cumulativa a Mali), Nigéria (cumulativa com Camarões), Costa do Marfim (cumulativa com Alto Volta, hoje denominado como Burkina Faso), Níger e Daomé (hoje Benim), Gana, Etiópia cotando também com consulados na Rodésia, Congo e Quênia.

Pode-se perceber que nesse governo foi direcionado empenho para a criação de uma comunidade luso-afro-brasileira, já que por décadas foi-se caracterizado certo rompimento entre os agentes e a Divisão da África no Ministério de Relações Exteriores para tratar de assuntos exclusivos entre o Brasil e o continente, sendo incluído um capítulo no Relatório do MRE referente a África.

As primeiras iniciativas da política africana são tomadas em 1961. Naquele ano, criou-se a Divisão da África no Ministério de Relações Exteriores para tratar exclusivamente das relações do Brasil com o continente africano. A partir de então, foi incluído, no Relatório do MRE, capítulo dedicado à África, que resumia a posição brasileira sobre aquele continente e as atividades desenvolvidas a cada ano (LEITE, 2011, p. 98).

E ainda:

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este governo empresta à sua política de aproximação com a África (MUNIZ, 2010, p. 24).

Nesse período, em meio à libertação argelina, com o movimento denominado Ferhat Abbas, enviou João Dantas em missão para a Tunísia com o intuito de apresentar ao presidente Bourguiba e ao líder do grupo a intenção do Brasil de estreitar relações com a África e contentamento de a Argélia vir a ser uma república independente. No mesmo ano foi criado por decreto o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos (IBEAA) que direcionava bolsas para o crescimento intelectual de professores e alunos do ensino médio e superior. O Brasil recebeu nesse período a visita do Ministro das Finanças do Gabão e de missões especiais de Camarões e da Nigéria.

Recém-eleito, o Presidente Jânio Quadros enviou o jornalista João Dantas em missão à Tunísia, com o objetivo de entregar mensagens ao Presidente Bourguiba e ao líder do movimento de libertação argelina, Ferhat Abbas, em que o mandatário brasileiro expunha sua intenção de estreitar relações com os novos países da África e fazia votos para que a Argélia se tornasse em breve uma república independente (LEITE, 2011, p. 98).

Ressalta-se que, outros intelectuais, estavam estimulados com a relação entre o Brasil e a África, ao afirmarem que:

Minha política africana (...) era fundada em dois propósitos. De um lado eu sentia a possibilidade e até mesmo a relativa facilidade de construir um sólido prestígio brasileiro nos novos Estados negros. (...) O Brasil é um dos maiores, senão o maior Estado negro do mundo, e uma política de aproveitamento deste fator inafastável teria grandes resultados, tanto no prestígio do nosso país na comunidade africana (com vantagens para nossa ação nas Nações Unidas) como no despertamento do interesse e do apoio das grandes massas brasileiras de sangue mestiço em relação à política externa do governo (FRANCO, 1965, p 143-144).

O governo de João Goulart (1961-1964) está voltado para os temas econômicos e à ação internacional para a defesa desses assuntos, há intensificação do processo de parcerias, sendo inauguradas as linhas marítimas especiais entre o Brasil e o continente Africano com o intuito de fortalecer e facilitar o intercâmbio comercial, sendo caracterizado pelo então presidente

do Brasil como a ponte entre a África e o Ocidente⁵⁵. O país recebeu ainda representantes da região, como do Congo e do Quênia, para tratar de fatores que incluíam comércio e a política comum de exportação de café respectivamente.

No Governo Goulart, inauguraram-se linhas marítimas especiais, ligando o Brasil ao continente africano para facilitar o intercâmbio comercial. O adensamento das relações com os países africanos ampliava o perfil internacional do Brasil. O país colocava-se como “ponte entre a África e o Ocidente”, nos termos de Jânio Quadros (LEITE, 2011, p. 100-111).

Dessa forma, no período de janeiro 1961 a 1964, podemos perceber que o Brasil intensificou a relação com a África realizando projeção política e fomento econômico, engajando-se nos assuntos de cooperação Sul-Sul ao perceber as dificuldades e vulnerabilidades dos continentes que em boa parte poderiam ser supridas com resultados eficientes para os interesses comuns.

Aplicando-se os conceitos examinados no capítulo anterior, parece lícito afirmar que o Brasil engajou-se ativamente na cooperação Sul-Sul entre os anos de 1961 e março de 1964 (...) podemos perceber que os Governos de Jânio Quadros e João Goulart aproximaram-se do Sul, pois identificavam uma situação objetiva e estrutural, de vulnerabilidades internas e externas. A fim de aliviar a distribuição desigual de poder e de garantir maior bem-estar econômico e controle político em bases mais autônomas e independentes (LEITE, 2011, p. 120).

Nos governos militares, de 1964 a 1969, estabeleceu-se que os interesses brasileiros deveriam se voltar para a América Latina, o continente americano e a comunidade ocidental, já que o país estava se aliando aos Estados Unidos da América, que se tornava o principal parceiro econômico, político e militar, e combatiam o comunismo, fazendo com que houvesse o afastamento do continente Africano e um fortalecimento do apoio ao colonialismo português. Esse governo foi direcionado para garantir a segurança.

No contexto da luta contra o comunismo, que o Brasil expressamente adere, a política para a África sofre um claro recesso, cuja consequência mais notável é o fortalecimento do apoio ao colonialismo português. Paradoxalmente, o discurso pró-independência em relação aos países africanos não é abandonado, mas, no caso português, a independência deve partir da iniciativa portuguesa, sem intervenções. A relação brasileira com esses territórios passava obrigatoriamente por Portugal (SARAIVA, 1994, p. 304).

⁵⁵ O país colocava-se como “ponte entre a África e o Ocidente”, nos termos de Jânio Quadros. (LEITE, 2011).

Entre 1974 e 1979, o então presidente Ernesto Geisel reformulou a política no que se refere à África ao desenvolver e fortalecer as relações do Brasil com os países subsaarianos independentes, nas questões tributárias, nos planos político, econômico e de cooperação técnica. Nesse período, diversas foram as visitas ministeriais que potencializaram o intercâmbio de bens e serviços e intensificaram os acordos de transferência de conhecimento em áreas como educação, saúde e agricultura.

O adensamento das relações do Brasil com a África subsaariana independente manifestou-se, sobretudo, nos planos político, econômico e de cooperação técnica. Entre 1974 e 1979, o Governo brasileiro e os Governos africanos emancipados mantiveram inúmeras visitas ministeriais, incrementaram o intercâmbio de bens e serviços e intensificaram os acordos de transferência de conhecimento em áreas como educação, saúde e agricultura (LEITE, 2011, p. 143).

Além disso, o governo incentivou a criação das chamadas *trading companies*⁵⁶, fazendo com que houvesse a intensificação da comercialização de produtos brasileiros (carne, café, açúcar, soja, automóveis, tratores, produtos de aço, eletrodomésticos, têxteis, calçados e material de construção), por meio de empresas como a Interbras, Cobec, Volkswagen do Brasil, a Fiat e a Mercedes Bens.

Viabilizou a construção de hospitais, hotéis e estradas e estabeleceu linhas de crédito aos Estados Africanos para que pudessem adquirir bens manufaturados e de capital brasileiro, ampliando mercado para a exportação de bens manufaturados e serviços, à semelhança da política adotada em relação aos países latino-americanos, o Governo concedeu linhas de crédito aos Estados africanos para a aquisição de bens manufaturados e de capital brasileiros.

O Brasil incentivou a criação de *trading companies* e a Interbras, subsidiária da Petrobras, comercializou cerca de cem produtos industrializados brasileiros, a Cobec, também estatal, estabeleceu-se principalmente em Lagos (Nigéria), a Cotia, importante companhia de comércio privada que atuou na aproximação comercial do Brasil ao continente africano, e participou especialmente do sistema do *counter trade* com a Nigéria. Além disso, beneficiando-se de taxas de subsídios de 15 a 25%, a Volkswagen do Brasil começou a exportar carros para a Nigéria e Angola, para depois estabelecer montadoras em ambos os países; a Fiat e a Mercedes-Benz instalaram montadoras na Nigéria (LEITE, 2011, p. 144).

⁵⁶ A Trading Company é uma empresa que tem como objeto a compra de produtos por conta própria no país onde se encontra sua sede, e a venda ao exterior. Em outras palavras, uma Trading possui como atividade principal a aquisição e exportação de produtos por ela adquiridos no mercado interno (BRANCHI, 2010).

O presidente requereu ainda a aproximação com os países africanos de língua portuguesa que buscavam a emancipação política, primando pela igualdade racial e, conseqüentemente, condenando o *apartheid*⁵⁷. O Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau, antes do término da negociação com Portugal, instituindo mais uma embaixada brasileira, se aproximando cada vez mais do continente e estimulando as relações econômicas e a cooperação técnica com os países lusófonos.

O Brasil foi o primeiro país do Ocidente a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, em julho de 1974, mesmo antes do término das negociações entre Portugal e os líderes do movimento de libertação, e sem consultar previamente Lisboa. O país rompia, finalmente, o Tratado de 1953, inaugurando novo momento de aproximação brasileira com a África lusófona. Meses depois, foi criada a Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, em cumulatividade com Cabo Verde, sendo também reconhecido o Governo de São Tomé e Príncipe (LEITE, 2011, p. 148).

A política externa brasileira no governo Sarney (1985-1990) realizou visitas a países do continente africano como Cabo Verde, Angola e Moçambique, mas o contexto financeiro do Brasil na época era desfavorável, o que limitou o envolvimento. Contudo com o novo presidente, Fernando Collor, o país se distanciou mais uma vez do continente, tendo como foco o MERCOSUL com atenção as grandes potências no que se refere ao neoliberal da globalização. Já o governo de Itamar Franco (1993-1994) colocou em prática a construção da cooperação, colaborando o processo de paz de Angola.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a política neoliberal e os interesses econômicos e financeiros, foi marcado por visitas ao continente que geraram acordos, incluindo missões de paz realizadas pelo Exército Brasileiro e relacionadas ao empenho da ONU. A cooperação foi para o combate a AIDS, fornecendo assistência e medicamentos, cooperação naval entre a Marinha do Brasil e a Namíbia⁵⁸ (1994), que possui grande reserva de gás, cujo objetivo era o fortalecimento naval da República da Namíbia.

Por outro lado, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), no que diz respeito a perspectiva mundial, houve a continuidade do modelo de multilateralismo e da busca pela estabilização econômica, anteriormente configurados nos Governos Fernando Collor

⁵⁷ O Apartheid, termo africâner que quer dizer separação, surgiu na África do Sul em 1944 e serve para designar a política de segregação racial aplicada de forma sistemática naquele país até 1990 (DW, 2018).

⁵⁸ Ao longo das décadas de 1990 e 2000, foram assinados diversos acordos – como o Acordo de Cooperação Naval (1994), o Acordo Básico de Cooperação Técnica (1995) e novo Acordo de Cooperação Técnica (2001) -, e realizadas diversas visitas de alto nível. A Namíbia abriu sua Embaixada em Brasília em 2003. (BRASIL, [2017e]).

(janeiro 1990 - setembro 1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Logo no primeiro discurso Lula afirmou que o continente africano seria um vetor fundamental da política externa e que em seu governo iria retomar a política Africana, estabelecendo perspectivas de futuro comportamento com a África, dada a intensificação da integração do continente, a estabilização política de países lusófonos, como Angola e Moçambique, após décadas de guerra civil, o crescimento econômico de alguns países (Namíbia, Botsuana, Nigéria e Argélia) e o fim do *apartheid* na África do Sul.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea (BRASIL, 2003, p.15)

Políticas como “Fome Zero”⁵⁹ e “Bolsa Família”⁶⁰ foram implementadas com o objetivo de minimizar problemas relacionados a miséria, na tentativa de garantir a dignidade, ao mesmo tempo que almejava a integração dos afrodescendentes, sendo que o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ressalta o perfil da trajetória governamental que envolvia o estreitamento da relação Brasil e África.

A segurança alimentar sempre foi uma preocupação central do meu Governo. Em 2003, lancei um programa pioneiro, o Fome Zero, que permitiu que milhões de brasileiros, antes submetidos à condição de miseráveis, tenham passado a comer três refeições por dia. Fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil. Juntei-me a outros líderes de países ricos e pobres com o objetivo de encontrar fontes de recursos capazes de liberar uma grande parcela da humanidade dos flagelos da fome e da desnutrição (AMORIM, 2003, p.71).

Como declarou o presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral e histórica. Com 76 milhões de afrodescendentes,

⁵⁹ O Fome Zero é um programa do Governo Federal, que visa o direito de alimentação da população brasileira. É uma maneira de garantir cidadania às populações vulneráveis à fome. No Brasil, existem mais de 10 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, o que significa que nem o acesso a alimentação é saudável. (BOLSA FAMÍLIA, [2010]).

⁶⁰ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal para auxiliar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o benefício atende mais de 13 milhões de famílias em todo o Brasil. Essa ajuda de custo contribui bastante para pessoas que não tem emprego fixo ou não o conseguem, mas precisam sustentar filhos, netos, etc. (BOLSA FAMÍLIA, [2010]).

somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo está empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa (AMORIM, 2003). Nesse contexto, a estrutura interna do Itamaraty que era voltada para a África foi reformulada, a passo que, além da Divisão de África (I)⁶¹ e (II)⁶², o governo Lula desmembrou o Departamento da África⁶³ e do Oriente Médio para dar espaço a mais um departamento, direcionado exclusivamente para o continente africano, sendo criada a Divisão de África-III⁶⁴ (DAF-III), reabrindo ainda diversas embaixadas no continente e postos diplomáticos no Brasil, fortalecendo a reaproximação e a cooperação.

Desse modo, nos quatro primeiros anos, o governo Lula reabriu embaixadas desativadas na gestão Cardoso e inaugurou representações diplomáticas e um consulado-geral, totalizando 13 novos postos; o que elevou a presença diplomática brasileira no continente africano de 18 para 30 embaixadas e dois consulados-gerais. Movimento que, deve-se registrar, proporcionou maior intensidade nas relações Brasil-África, uma vez que também se pôde observar o interesse de vários Estados africanos (a exemplo do Benin, Guiné-Conacri, Guiné Equatorial, Namíbia, Quênia, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) na abertura de postos diplomáticos no Brasil. Entre 2003 e 2006, o número de embaixadores africanos acreditados em Brasília saltou de 16 para 25 (RIBEIRO, 2010).

Durante o governo, o presidente fez diversas viagens a países africanos, com o intuito de estabelecer política e perspectivas, a médio e longo prazo, embaixadas foram abertas tanto no Brasil quanto na África⁶⁵, exposto o grau de regularidade da relação que valorizava e incentivava estudos de políticas públicas referentes à valorização do papel da comunidade

⁶¹ Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Rep. Centro-Africana, Rep. do Congo, Senegal, Serra Leoa, Togo. (BRASIL, 2010a).

⁶² África do Sul, Angola, Botsuana, Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seichelles, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue. (BRASIL, 2017c)

⁶³ Cabe ao Departamento desenvolver e executar a política exterior do Brasil com cada país e com o conjunto de países, organizações regionais e foros birregionais do continente africano. Além disso, o DEAF administra, em consulta com as unidades administrativas interessadas da Secretaria de Estado, a preparação de visitas oficiais de altas autoridades brasileiras aos países e organismos multilaterais e foros birregionais de sua esfera de competência e de visitas oficiais ao Brasil de altas autoridades daqueles países, organizações e foros. (BRASIL, 2017c)

⁶⁴ Argélia, Burundi, Djibouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Marrocos, Quênia, RD Congo, Ruanda, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Tunísia, Uganda (LEITE, 2011).

⁶⁵ Foram abertas Embaixadas em Adis Abeba (Etiópia), Cartum (Sudão), Cotonou (Benin), Dar Es-Salaan (Tanzânia), Iauendé (Camarões), Lomé (Togo), Malabo (Guiné Equatorial), São Tomé (São Tomé e Príncipe), Conacri (Guiné), Gaborone (Botsuana), Lusaca (Zâmbia) e um Consulado-Geral em Lagos (Nigéria). Foram instaladas, em Brasília, Embaixadas do Sudão, da Namíbia e do Zimbábue (LEITE, 2011).

africana na formação da diversidade brasileira, com reflexos na economia, cujos principais produtos exportados eram a gasolina, o açúcar, as carnes e o minério de ferro.

O intercâmbio comercial elevou-se de US\$ 6 bilhões em 2004 para mais de US\$ 12 bilhões em 2006. As exportações para a África triplicaram, elevando-se de US\$ 2,363 bilhões em 2002 para US\$ 7,455 bilhões em 2006. Os maiores mercados foram África do Sul, Nigéria, Egito, Angola e Argélia, em que as vendas passaram de US\$ 478.191 milhões, US\$ 507.648 milhões, US\$ 386.054 milhões, US\$ 199.562 milhões e US\$ 86.853 milhões para, respectivamente, US\$ 1.462.737 bilhão, US\$ 1.373.624 bilhão, US\$ 1.218.236 bilhão, US\$ 837.779 milhões e US\$ 456.723 milhões no quinquênio (LEITE, 2011, p. 182).

Diversas linhas de crédito foram concedidas, tendo destaque os investimentos nas áreas de mineração, gás e construção civil. A intensificação da cooperação técnica, menos onerosa aos cofres públicos e ideal na cooperação horizontal, foi necessária tendo em vista que os países do continente possuíam baixos recursos financeiros, o que diminuía a capacidade de comércio. Esta era a forma de permanência e monitoramento dos interesses do Brasil no continente, contribuindo para a criação de protocolos e universidades, o combate efetivo à pandemia HIV/AIDS e estimulando as áreas da educação, agricultura e saúde.

Um dos pilares na integração Brasil-África foi o da cooperação técnica. O endividamento dos países africanos e, conseqüentemente, a imposição de restrições à sua capacidade de importação, somado a poucos recursos financeiros na maioria dos Estados, concorreu para a eleição da cooperação técnica como alternativa mais viável de presença brasileira na região, em vez da concessão de créditos para a intensificação das trocas comerciais. Particularmente nos PALOP, o domínio compartilhado da língua portuguesa facilitava o processo de transmissão do conhecimento. A criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em 1987, por fim, permitiu a centralização dos projetos, assegurando monitoramento mais eficaz. Para os PALOP, a cooperação técnica prestada pelo Brasil auxiliou na consolidação de suas instituições nos domínios da educação, agricultura, saúde, entre outros. Graças à cooperação brasileira, Cabo Verde criou sua primeira Universidade Pública, a Uni-CV, em novembro de 2006; Angola dispôs do Centro de Formação Profissional de Cazenga, que prepara cerca de mil trabalhadores a cada ano. Com Moçambique, o Brasil firmou Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na área de Saúde, que prevê a construção de laboratório para a produção de medicamentos antirretrovirais genéricos em Maputo, auxiliando no combate à pandemia HIV/AIDS, cujo epicentro é a África austral. No total, os PALOP receberam 77% das ações de cooperação brasileira na África, 252 Pelo Programa de Estudante-Convênio (PEC-G e PEC- PG), de 2001 a 2006, mais de 2.800 estudantes de países

africanos lusófonos foram selecionados, sendo que Guiné-Bissau e Cabo Verde foram os maiores beneficiários, com cerca de 2.000 graduados em universidades brasileiras²⁵³. Em 2006, o Brasil instalou Escritório Regional da Embrapa na África, com sede em Gana, a fim de reforçar a cooperação na área de agricultura (LEITE, 2011, p. 183-184).

Dessa forma, percebe-se o interesse brasileiro na África, que está no entorno estratégico local. As ações são reconhecidas como prioritárias para reformulação da política externa por estimular o comércio e a estratégia de diálogo entre as partes com o intuito de contribuir para a progressão com instrumentos para o desenvolvimento africano, através de iniciativas de cooperação, compartilhamento de soluções, projetos e atos voltados para a evolução.

A cooperação com a África é prioritária para o Brasil. Nossa principal meta é garantir um desenvolvimento equilibrado e integral, em benefício das populações dos nossos países. Trata-se de relacionamento estratégico. Temos clara compreensão da importância do diálogo e do desenvolvimento de parcerias com os países africanos. Nosso relacionamento contribui para enriquecer e diversificar nossa inserção conjunta no sistema internacional (BRASIL, 2008a, p. 93).

Durante os anos de 2003 a 2010, tendo o Brasil emergido como novo ator mundial, fomentado a cooperação técnica, estimulado o governo africano a conhecer o progresso do Brasil como modelo para solidificação e estabelecido a África como prioridade de cooperação e desenvolvimento, pode-se perceber que o empenho monetário no continente foi elevado, possibilitando, portanto, a implementação de projetos.

Desde os anos 1950, o Brasil recebe ajuda na forma de cooperação técnica, um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento (tabela 3.1). Com efeito, o Brasil ainda recebe assistência de doadores tradicionais, como a Alemanha, Japão, Estados Unidos e Espanha. Entre 2003 e 2010, foram implementados no país aproximadamente 1800 projetos com um orçamento total de US\$ 600 milhões. Os setores mais ativos no âmbito da cooperação com doadores tradicionais (Norte-Sul) são o meio-ambiente, agricultura, desenvolvimento urbano, energia, saúde e gestão pública (IPEA, 2011, p. 35).

Ademais, com a cooperação internacional entre o Brasil e o continente Africano, merece destaque a parte subsaariana para os projetos que foram, estão e serão executados:

Cabo Verde - Apoio ao desenvolvimento da horticultura, fortalecimento da gestão primária de saúde, estabelecimento da Escola Técnica Nacional de Saúde, desenvolvimento do Instituto Nacional de Saúde Pública, fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional

(IEFP), apoio ao Sistema Nacional de Cantinas Escolares, prevenção e controle de malária, apoio à implementação de Banco de Leite Humano, Escola de Todos: inclusão de alunas com necessidades educacionais especiais, fortalecimento institucional da Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA), Casa para Todos: Apoio ao desenvolvimento habitacional, apoio ao fortalecimento institucional da gestão das águas, reestruturação do Telecentro de Praia, apoio ao desenvolvimento da Cacaucultura Sustentável; **Senegal** - Programa Nacional de Biocombustíveis e desenvolvimento da horticultura, capacitação Técnica em sistemas de produção de pecuária de corte e de leite, apoio ao Programa de Doença Falciforme, Centro experimental de arroz (que também atende Guiné Bissau, Mali e Mauritânia); **Serra Leoa** - Combate ao HIV/AIDS, capacitação de especialistas em atenção à mulher, gestante, criança e recém-nascido, capacitação no processamento de mandioca, irrigação e piscicultura; **Libéria** - Combate ao HIV/AIDS; **Togo** - Apoio à modernização da agricultura, apoio à formação Profissional em Mecânica Automobilística, fortalecimento institucional para o combate do abuso sexual de crianças e jovens; **Burkina Faso** - Fortalecimento da pecuária leiteira e desenvolvimento da Caprino-Ovinocultura; **Gana** - Fontes alternativas de energia (biocombustíveis) e desenvolvimento da cultura de mandioca, apoio ao fortalecimento de Centro de Promoção de Caju, Centro EMBRAPA, combate ao HIV/AIDS, estruturação do sistema nacional para o tratamento de anemia falciforme; **Benin** - Apoio ao projeto piloto do Programa Bolsa Família, Cotton 4 (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali), transferência de tecnologia social da Escola Oludum, apoio ao programa de anemia falciforme / Estruturação de cooperativas agrícolas; **São Tomé e Príncipe** - Formação de professores, apoio à agricultura familiar e desenvolvimento rural, alfabetização solidária e alimentação escolar, fortalecimento institucional da Gestão de Águas, auxílio técnico na implantação de política de salário mínimo, desenvolvimento Urbano, combate à tuberculose e endemias, DST, HIV/AIDS, capacitação de Oficial Militar, Cooperação Técnica na área de Justiça e Política Criminal, Implementação de centro de formação profissional; **Camarões** - Prevenção e controle de Malária, apoio à Aquicultura, combate ao HIV/AIDS, implementação de centro de formação profissional (em negociação); **Guiné Equatorial** - Apoio a políticas para a mulher e a gestante, ensino profissionalizante para jovens, apoio à agricultura familiar e desenvolvimento da mandioca, fortalecimento da rizicultura; **Angola** - Projeto piloto em doença falciforme, implementação de centro de formação profissional (SENAI), apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola, apoio à implementação de serviço de sanidade vegetal, apoio à implementação e desenvolvimento do Centro Militar de Higiene e Epidemiologia de Angola, Escola de Todos, apoio ao inventário dos bens culturais de origem brasileira, desenvolvimento de programa de mestrado em saúde; **Libéria** - Combate ao HIV/AIDS **Mali** - Fortalecimento da horticultura e agricultura familiar, estação experimental para a produção de algodão (Cotton 4), implementação de centro de formação profissional (SENAI) (em negociação), apoio ao desenvolvimento urbano: CEF, Unicamp, USP, UFRJ e UFRGS; **Guiné Bissau** - Fortalecimento da Assembleia Nacional Popular, implementação do Instituto Nacional de Saúde, implementação do Centro Nacional de Forças de Segurança, apoio ao programa nacional para a universalização do registro civil, implementação de escola de capacitação para prevenção da malária, jovens lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas, fortalecimento a instituições de saúde no atendimento de mulheres e adolescentes vítimas de violência de gênero, Olé Brasil: cooperação na área de futebol; **Nigéria** - Fortalecimento institucional da autoridade aeroportuária

e do corpo de bombeiros; **Congo** - Fortalecimento da produção de cacau, cultivo de Palma Africana (Dendê), modernização do setor sucroalcooleiro, preservação de tartarugas marinhas com ênfase na conscientização e inclusão social, combate ao HIV/AIDS; **Gabão** - Apoio à criação de gado zebu para a produção leiteira e de corte; **Uganda** - Capacitação de treinadores de futebol; **Quênia** - Intercâmbio de melhores práticas na área de planejamento orçamentário, cooperação técnica na área de meio ambiente, capacitação de treinadores de futebol, desenvolvimento da produção de artesanato, combate ao HIV/AIDS; **Tanzânia** - Treinamento e capacitação de profissionais de saúde, apoio a pós-colheita de castanha de caju e horticultura, desenvolvimento da pecuária, combate ao HIV/AIDS; **Zâmbia** - Treinamento e capacitação de profissionais de saúde, apoio à produção de biocombustíveis, combate à HIV/AIDS, implementação de instituto de formação profissional (em negociação); **Botswana** - Combate à DST/HIV/AIDS; **Moçambique** - Desenvolvimento agrícola, plataforma tecnológica para a inovação agrícola, agricultura familiar (sementes tradicionais crioulas), capacitação em agricultura de conservação e apoio técnico à agropecuária. Apoio à pesquisa agrícola. Escritório da FIOCRUZ e construção e implementação de laboratório farmacêutico. Combate ao HIV/AIDS e capacitação em produção de medicamentos anti-retrovirais; Fortalecimento institucional do órgão regulador do setor farmacêutico e criação do programa de “farmácias populares”. Implementação do Instituto Nacional Politécnico de Saúde. Programa de educação alimentar e nutricional – Cozinha Brasil- Moçambique. Reabilitação do Centro Florestal Machipanda. Apoio à implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado. Apoio ao desenvolvimento gerencial estratégico. Capacitação em técnicas militares. Capacitação Profissional em Turismo e Hospitalidade. Fortalecimento institucional do MNOQ. Suporte técnico à agropecuária. Apoio à urbanização em Maputo. Formação de professores primários e secundários e apoio à educação superior por meio do ensino à distância; **África do Sul** - Capacitação técnica; **Namíbia** - Desenvolvimento urbano (CEF), gestão de resíduos sólidos. produção e processamento agroindustrial de mandioca, frutas tropicais e hortaliças (IPEA, 2011, p. 50-55).

No contexto de cooperação, os países africanos criaram em 2002 uma organização internacional, a União Africana, substituindo a antiga Organização da Unidade Africana (UA), que integra todos os Estados africanos, com exceção do Marrocos, e cujo princípio é o da defesa e promoção da democracia no continente, condenando e rejeitando mudanças inconstitucionais de governo, contribuindo significativamente para a evolução institucional do continente. Assim, a União Africana constitui ator fundamental para a política externa brasileira por estimular diversas iniciativas na área da política e da economia, sendo o Brasil participante observador convidado para participar de eventos da UA.

A União Africana tem atuado na mediação e prevenção de conflitos, como nos casos da Somália e do Sudão. Um dos princípios consagrados em seu tratado constitutivo e que tem contribuído para a defesa da democracia no continente é aquele que estabelece a condenação e rejeição a mudanças inconstitucionais de governo (...)A vertente econômica da União Africana

– a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) – tem privilegiado projetos de cooperação internacional nos quais o conceito de "parceria" se sobreponha ao da "assistência", com vistas a fomentar efetivo desenvolvimento no continente (...)A União Africana é ator de grande importância para a política externa brasileira, pois é foro incontornável para articular e impulsionar iniciativas em várias áreas – da política à economia, da agricultura ao desenvolvimento social. A abertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba, sede da União Africana, em 2005, refletiu o interesse brasileiro em acompanhar as atividades da organização. O Brasil tem sido convidado, desde então, a participar dos principais eventos da UA, na condição de observador (BRASIL, 2010, [s.n.]).

Sendo assim, muitos são os exemplos de cooperação e perceptível é o estreitamento nos últimos anos do Brasil com a África, influenciando em questões como política, defesa e economia, envolvendo ainda empresas do setor público e privado com o intuito de estimular a relação e propiciar um domínio estratégico do Brasil em relação ao continente.

2.2. O Entorno Estratégico do Brasil, a PND e a END

O Brasil está em constante desenvolvimento e exerce influência substancial em diversos países pela caracterização da busca constante pela inserção internacional, sendo uma das maiores economias do mundo, primando ainda pela busca do bom planejamento do Estado no que se referem a investimentos, as políticas públicas, aos fluxos financeiros e de bens e do caráter nacional e internacional da produção agrícola.

Em relação ao comércio nacional e internacional, de investimentos locais e estrangeiros diretos e indiretos, de política externa e interna, da posição brasileira em regimes mundiais e a forma como eles são empregados no país, pode-se falar que, embora não esteja atuando em um conflito armado, há inevitável obrigação do governo e da população de se preocuparem em conciliar as necessidades da defesa, isso porque possui ampla base demográfica territorial, recursos naturais, extenso litoral e longa fronteira.

Para que haja o devido direcionamento de verbas nacionais e o ideal planejamento estratégico dos atos do governo, no que se refere aos aspectos relacionados ao comércio, a defesa e a segurança, que levará à evolução e à perspectiva de competitividade com outros países, o Brasil deverá agregar os objetivos com o seu perfil e a promoção da proteção da Nação,

fazendo com que haja envolvimento dos segmentos acadêmico, científico, tecnológico e industrial no país.

Foi assim que o Brasil, com os seus governantes, líderes militares e a sociedade civil, com o intuito de se prepararem a médio e longo prazo, se reuniram para confeccionarem modernos documentos estratégicos de defesa nacional que estão voltados para a preservação do país e a preparação para as frequentes mudanças, fazendo com que haja “vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro” (BRASIL, 2012, p. 2).

Essas diretivas foram possíveis por meio de documentos que esclarecem orientações para a Defesa do Brasil, do ponto de vista da nação, bem como dos planos a serem formulados em relação à defesa, sendo eles: a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND) que, de acordo com Governo Federal, esses “documentos marcam o compromisso do Estado brasileiro com os valores democráticos e com a defesa das instituições nacionais e da sociedade” (JUSBRASIL, 2014, [s.n]).

Essa necessidade se deu porque os cenários internacionais e os seus atores são dinâmicos e, por isso, estão em constante mutação. Embora o país esteja localizado em área com poucos conflitos, não apresente histórico de envolvimento em guerras e preserve primariamente a ideia de paz, é necessário estar preparado para possíveis situações de crise tanto na área interna quanto na externa, “é indispensável para as Forças Armadas de um País com as características do nosso, manter, em meio à paz, o impulso de se preparar para o combate e de cultivar, em prol desse preparo, o hábito da transformação” (BRASIL, 2012, [s.n.]).

Com a coadunação do planejamento das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e da sociedade civil, cujo objetivo era o de preservar a segurança e a defesa da nação, surge a política estratégica brasileira que associa diretrizes para a Nação e que foram estabelecidas por um documento, em 2008, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, qual seja: a Estratégia Nacional de Defesa (END), revisto pela última vez em 2012, já no governo de Dilma Rousseff, com a edição conjunta da Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise. Também foi desenvolvida para atender às necessidades de equipamento dos Comandos Militares, reorganizando a indústria de defesa para que as tecnologias mais avançadas estejam sob domínio nacional (BRASIL, 2012a).

A END concatena ações estratégicas para o desenvolvimento e a modernização da estrutura de Defesa do Brasil ao abordar especificamente temas militares e a forma da atuação das três forças militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) em âmbito nacional e internacional, para que possam desempenhar cada vez mais, e de forma adequada, simultânea e com o mínimo de prejuízo possível o seu papel para a preservação da defesa da Pátria, como já estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1998, [n.p.]).

O Brasil, de acordo com a END, é um país pacífico por tradição e convicção, que permanece em paz com os demais países fronteiriços⁶⁶. Não possui planos de domínio de outros povos, nem tampouco engrandecimento em imperar, porque pauta os seus propósitos pelo zelo com o território nacional e prima pelos princípios, expostos na Carta Magna, da não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia, contudo, prepara dispositivos para atuação também em possíveis tempos de crise.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) independência nacional;
- b) prevalência dos direitos humanos;
- c) autodeterminação dos povos;
- d) não-intervenção;
- e) igualdade entre os Estados;
- f) defesa da paz;
- g) solução pacífica dos conflitos;
- h) repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- i) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- j) concessão de asilo político

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1999, [s.n]).

O Brasil emergiu no cenário mundial como um soft power (poder brando), ágil, influenciando as deliberações sobre a agenda global e conquistando um assento à mesa

⁶⁶ Uruguai, Argentina, Paraguai, Guiana Francesa; Suriname, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Guiana (IBGE, [s.d]).

econômica dos formuladores de políticas públicas. Para a manutenção desse poder, bem como para proteção da pátria e do povo, foi preciso fazer investimentos na área de Defesa para garantir a incorporação de tecnologia (MEDEIROS; PINTO, s.d.).

Ainda que o Brasil exerça papel como mediador nas crises internacionais, onde a cooperação para a paz está em flagrante evidência, o país necessita de produtos com controle de tecnologia e que sejam de uso dual (civil e militar). Para isso, uma política de Defesa estruturada é importante para proporcionar melhorias internas, como o aumento do número de estudantes nas escolas militares, a criação e o empenho do governo no crescimento das empresas brasileiras, com a realização de parcerias do setor público e privado nacional e internacional.

Nesse contexto, a amplitude da END define que os eixos estruturantes estão relacionados à especificidade de como tratar da reorganização e reorientação das Forças Armadas, no que se refere à sistematização da Base Industrial de Defesa (BID)⁶⁷ e da política de composição dos efetivos da Marinha, Exército e Aeronáutica: “a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise” (BRASIL, 2012a).

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia. Essa vocação para a convivência harmônica, tanto interna como externa, é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

O preparo para ameaças e agressões deve estar relacionado à uma realidade voltada para a tecnologia e indústria, necessitando modernizar e capacitar profissionais da estrutura nacional de defesa. Do mesmo modo, o planejamento deve estar voltado para a organização da produção de material de defesa, cujo propósito elementar é o de assegurar a autonomia operacional das Forças Armadas, garantindo a segurança e a Defesa do país.

Sendo assim, há autorização para investimentos como a compra ou a produção de novos materiais de defesa, sendo “desenvolvida para atender às necessidades de equipamento dos Comandos Militares, reorganizando a indústria de defesa para que as tecnologias mais

⁶⁷ Denomina-se Base Industrial de Defesa (BID) o conjunto das empresas estatais ou privadas que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa – bens e serviços que, por suas peculiaridades, possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do país. Para que possa se consolidar com sucesso, a BID depende do trabalho conjunto e harmônico do setor produtivo, concentrado essencialmente na iniciativa privada, com o setor de desenvolvimento, a cargo do Estado (BRASIL, 2012a).

avançadas estejam sob domínio nacional” (BRASIL, 2012a). Duas iniciativas capazes de promover condições para o desenvolvimento do Estado são a instituição do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED)⁶⁸ e o advento da Lei de fomento à Base Industrial de Defesa⁶⁹.

A Estratégia Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Desenvolvimento estão com os seus dispositivos atrelados, uma vez que são inseparáveis e uma acaba motivando a outra. Nesse sentido, “são os documentos de mais alto nível do País em questões de defesa, baseados nos princípios constitucionais e alinhados às aspirações e aos objetivos nacionais fundamentais do Estado Brasileiro” (BRASIL, 2017b, [s.n]).

Traçando um paralelo entre as publicações das versões da END, pode-se perceber que a de 2008, Decreto nº 6.703, de 18/12/2008, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, esclarece que o Brasil deveria contribuir para a estabilidade regional, sendo que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro (BRASIL, 2008a, [s.n.]).

Perceptível é a pré-disposição em incentivar a cooperação no entorno estratégico. A END de 2008 primava pelo “estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro” (BRASIL, 2008a, [s.n]), versando, dentre tanto pontos, sobre as seguintes temáticas conforme apresentado no Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro 2008:

Pauta-se a Estratégia Nacional de Defesa pelas seguintes diretrizes:

- 1) Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.
- 2) Para dissuadir, é preciso estar preparado para combater. A tecnologia, por mais avançada que seja, jamais será alternativa ao combate. Será sempre instrumento do combate.
- 3) Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença.

⁶⁸ O Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED) é, em termos simples, o principal instrumento que o Estado dispõe para garantir o fornecimento dos meios que as Forças Armadas necessitam, bem como a infraestrutura que irá provê-los. Por meio dele, o Ministério da Defesa planeja e executa as compras associadas aos projetos estratégicos de defesa, ao mesmo tempo em que organiza e sustenta, com esses investimentos, o setor industrial de defesa no país (BRASIL, 2013a).

⁶⁹ Em 2012, o Brasil deu um passo importante para consolidar um dos eixos fundamentais de sua Estratégia Nacional de Defesa (END). Trata-se da Lei nº 12.598, que estabelece mecanismos de fomento à indústria brasileira de defesa. Preparada pelo Ministério da Defesa, com o apoio de outros órgãos do Governo, a lei é um desdobramento do Plano Brasil Maior, criado para aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica. Mais que um avanço legal, a Lei nº 12.598/2012 é um verdadeiro marco no modo como o país trata o papel da indústria de defesa (BRASIL, 2014).

- 4) Esse triplo imperativo vale, com as adaptações cabíveis, para cada Força. Do trinômio resulta a definição das capacidades operacionais de cada uma das Forças.
- 5) Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras.
- 6) Tal desenvolvimento dar-se-á a partir da utilização de tecnologias de monitoramento terrestre, marítimo, aéreo e espacial que estejam sob inteiro e incondicional domínio nacional.
- 7) Desenvolver, lastreado na capacidade de monitorar/controlar, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica. (BRASIL, 2008a, [s.n]).

O MD e as Forças Armadas deverão intensificar as parcerias estratégicas com as Forças Armadas das nações amigas, além de direcionar o incremento a participação do país no cenário internacional e inter-regional.

Ressalta-se que a minuta da END 2012, no item que trata de Operações Internacionais, estabelece que, no tocante à Defesa, a Ação estratégia envolve áreas como cibernética, espacial e nuclear, por isso “o Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com a América do Sul e países limítrofes ao Atlântico Sul”, intensificando a “realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países” (BRASIL, 2012, p36),

Nesse contexto, a END foi elaborada e estruturada com quatro eixos principais, pautados na organização e orientação das atribuições do país em tempos de paz e guerra, a reorganização da Base Industrial de Defesa, efetivos das Forças Armadas e o Serviço Militar obrigatório, como podem observar:

- a) como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra;
- b) a reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas apoiado em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil);
- c) a composição dos efetivos das Forças Armadas;
- d) o futuro do Serviço Militar Obrigatório, observando a necessidade das Forças Armadas serem formadas por cidadãos oriundos de todas as classes sociais (BRASIL, 2012b, [s.n]).

Conforme se compreende a orientação apresentada pela END, há uma expectativa de que a incorporação de tecnologias de ponta nas Forças Armadas brasileiras teria dois efeitos automáticos: i) a elevação da capacidade combatente das Forças Armadas brasileiras; e

ii) a difusão de instâncias diretas e indiretas de transferência de tecnologia para a sociedade civil brasileira, o que impulsionaria seu desenvolvimento.

Por outro lado, mas não distante, a Política Nacional de Defesa (PND) foi elaborada com objetivo de preparar o Brasil contra ameaças externas, cultivando a proteção do território nacional, a população e a soberania das riquezas naturais, funcionando como documento de alto nível planejamento da defesa nacional, envolvendo a capacitação no que se refere os setores militares e civis do país.

De acordo com a mensagem encaminhada pelo governo (MSG 83/2012), a Política Nacional de Defesa (PND) é ‘o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional’ (JUSBASIL, 2014b, [s.n.]).

A transparência sobre a funcionalidade da Defesa por meio da PND acaba por considerar em sua estruturação a situação socioeconômica; os objetivos nacionais fundamentais para crescimento fortificado e os da política externa brasileira; as políticas setoriais do País; o território; os países vizinhos; a influência cultural; as suas águas jurisdicionais e as riquezas naturais, como se segue:

Busca harmonizar as iniciativas de todas as expressões do poder nacional que se relacionam ao tema, visando melhor aproveitar as potencialidades e as capacidades do País. Trata, de modo complementar, da interação e da cooperação em outras atividades que, embora não sejam diretamente ligadas à Defesa, são referentes à manutenção do bem-estar e da segurança da população em seu sentido mais amplo (BRASIL, 2017a, [n.p.]).

Assim, como a END a PND foi evoluindo com o passar dos anos, sendo influenciada por fatores de economia e política internos e externos. A PND não foi oficialmente recebida com revestimento jurídico pelo Congresso, entretanto é um documento que elucida a necessidade de refletir sobre a temática da Defesa nacional. Ressalta-se que, naquela época, não existia o Ministério da Defesa⁷⁰, que apenas foi criado em 1999 com a Lei Complementar nº

⁷⁰ Em 1994, durante a campanha eleitoral de seu primeiro mandato, o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, incluiu em seu plano de governo o estudo e a criação do Ministério da Defesa. A ideia era fazer com que Marinha, Exército e Aeronáutica atuassem sob uma mesma coordenação, com objetivos estratégicos baseados em diretrizes comuns. No ano seguinte, já por determinação presidencial, o EMFA iniciou estudos preliminares para a criação do Ministério da Defesa. Em 1997, após diretriz presidencial que contemplava a criação, a implantação do MD e a extinção dos ministérios militares então existentes, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável pela implementação da diretriz. No entanto, o Ministério da Defesa só foi definitivamente implementado com o advento de três atos legais: a Lei

97, de 9/6/1999 e a Medida Provisória nº1.799-6/Decreto 3.080, de 10/06/ 1999, sendo um marco para o progresso da democracia do país.

Logo na introdução da PND de 1996, com premissas os fundamentos, objetivos e princípios estipulados na Constituição Federal, há manifestação da preocupação com o novo quadro mundial e as transformações internas daquele período somadas aos desafios a serem enfrentados pelo país, sendo enfatizada a oportunidade e a necessidade de promover o Brasil, ao propiciar a criação de um pensamento estratégico dirigido para a defesa nacional.

Assim, em seu terceiro parágrafo, a PND de 1996, apresenta uma definição para a Política de Defesa Nacional que está voltada para as ameaças externas, e, de acordo com o documento, é de interesse da sociedade como um todo, ao apontar a complexidade geoestratégica nacional direcionada à autoproteção, como consta:

[...] voltada para ameaças externas, tem por finalidade ficar os objetivos para a defesa da Nação, bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, emanada do mais alto nível do Estado, que reflita os anseios da sociedade sirva como marco referencial para as estratégias decorrentes (BRASIL, 1996, p 3).

Ainda na PND de 1996, podemos obter o esclarecimento de que os objetivos da Defesa Nacional eram:

- a) a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais;
- b) a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas;
- c) a preservação da coesão e da unidade da Nação;
- d) a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira;
- e) a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior;
- f) a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e
- g) a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais. (BRASIL, 1996, p 7).

As diretrizes da PDN dessa época já se preocupavam com a importância da participação dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão. Essa PDN não menciona a CPLP⁷¹, porém acaba por estipular objetivas e diretrizes que auxiliam a norteiam a postura brasileira em relação aos países de língua portuguesa, como destaca Musumeci:

Complementar 97, de 9 de junho de 1999, a Medida Provisória 1799-6 e o Decreto 3080, os dois últimos de 10 de junho de 1999 (BRASIL, 2011, [s.n.]).

⁷¹ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné

É, de fato, o que aparece logo no início do texto da PDN-1996: logo no primeiro parágrafo, sua introdução desenha o cenário internacional como um quadro de desafios e oportunidades, que desperta a necessidade de "promover no Brasil o desenvolvimento de modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico, aptas a atender às necessidades de defesa do País". Instalando dessa maneira os marcos dêiticos referenciais espaciais e temporais, o discurso toma parte numa isotopia de novidades que vêm de encontro ao sujeito, desafiando-o e instaurando para seu programa narrativo uma alta normatividade, materializada na recorrência dos sememas indicadores de dever-fazer tanto em forma gramatical adjetiva quanto substantiva, não apenas neste primeiro parágrafo, mas também no que lhe é sucedâneo, confirmando-o e realçando-o (2011, p.5).

Passados cerca de nove anos, a PND 2005, Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, prevê que os órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar em seus planejamentos ações que contribuam para fortalecer a Defesa Nacional, apontando que no Ambiente Regional e no Entorno estratégico a atenção transcende o subcontinente da América do Sul e inclui a fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África.

Sobressai o entendimento de que a segurança de um país será afligida de acordo com a instabilidade da região em que está inserido e que a o instituto da cooperação é tratado como fundamental assim como a relação do Brasil com os países Africanos. Aponta ainda que deverá ser robusta a relação do país na ZOPACA, discorrendo que esses são processos capazes de contribuir para a redução da possibilidade de conflitos no entorno estratégico minimizando, portanto, riscos e desgastes, conforme segue:

Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: (...) a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (...) A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região onde está inserido (BRASIL, 2005, [s.n]).

Ressalta-se que a PND de 2005 fez sobressair o entendimento de que a segurança de um país será afligida de acordo com a instabilidade da região em que está inserido e que a o instituto da cooperação é tratado como fundamental assim como a relação do Brasil com os países Africanos. Aponta ainda que deverá ser robusta a relação do país na ZOPACA, discorrendo que esses são processos capazes de contribuir para a redução da possibilidade de conflitos no entorno estratégico minimizando, portanto, riscos e desgastes, conforme segue:

Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Fundada em 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira (CPLP, [2017]).

Já a atualização da PND em 2012, permanece configurando o Atlântico Sul em seu entorno estratégico no item 4.1 acrescentando a Antártica e a região do mar do Caribe, ao estabelecer que “o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica [...] [e o] mar do Caribe” (BRASIL, 2013b, [n.p.]).

Tratando-se de Atlântico Sul, a relação e intensificação por meio da consolidação da ZOPACAS são constatadas no item 4.3 que ressalta a importância da relação com África “a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação interregionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas)” (BRASIL, 2010b, [n.p.]).

A minuta da PND de 2017 destaca a área que “inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica”. Ressalta, também, que “os países de língua portuguesa merecem especial atenção aos esforços de cooperação no campo da Defesa. Igualmente, ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção àquela região” (BRASIL, 2016, [n.p.]).

A PND e a END buscam assimetria em assegurar o processo de integração regional, com o Atlântico Sul e os países da África, através da cooperação, privilegiando a atuação do Ministério da Defesa, em parceria com demais Ministérios, dentro e fora do país, pretendendo sobretudo destacar a capacidade de negociação com seus vizinhos, países latino-americanos e africanos e, liderar órgãos regionais como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União de Nações Sul Americanas (UNASUL).

Uma ação governamental, no início do século XXI, norteou um novo eixo para a política externa brasileira para a África, enfatizando o eixo Sul-Sul:

Desde 2003, quando o então presidente Lula determinou que as relações com a África voltassem a ser prioridade estratégica da política externa brasileira, foram assinados acordos de cooperação no domínio da defesa com sete países africanos, dos quais apenas dois – Angola e Moçambique – são membros plenos da CPLP (os demais são África do Sul, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal) (ABDENUR; NETO, 2014, p. 217).

Com o advento da END novas empresas começaram a surgir para atender à demanda governamental na área de Defesa e Segurança, de acordo com as prioridades do país estabelecidas no documento. São exemplos a Embraer e a Odebrecht, que implementaram estratégias através de parceiras em áreas críticas de conhecimento, tais como comando e

controle, radares, sistemas integrados (por exemplo o SISDACTA e SIVAM) e veículos aéreos não-tripulados (VANTS).

Nesse contexto, a EMBRAER considera que a África é um mercado promissor e em potencial, sendo que possui uma rede de apoio situado em Johannesburg e a tática da empresa brasileira está em servir países da região, bem como desenvolver complementar o Centro de distribuição situado na França e aperfeiçoar a família ERJ-145 em parceria com a FlightSafety (AEROMAGAZINE, 2012).

Dessa forma, na área da Defesa, a competitividade é o modo pelo qual se pode demonstrar a soberania do país. A cooperação na área de Segurança perfaz atitudes positivas em âmbito comercial e a tecnologia deve atender as necessidades das Forças Armadas. Portanto, há importância em delimitar o entorno estratégico, definir o local e montante para investimentos em Segurança e Defesa sobre os eixos temáticos como terrestre, marítimo, aéreo para marcar o domínio que irá impactar áreas como educação, saúde, economia, agricultura, indústria e energia.

2.3. A relação entre o Brasil e Camarões

Localizada na costa Oeste, na região Ocidental da África Central, na África Equatorial, e banhada pelo Golfo da Guiné, a República de Camarões (*République du Camarões, em francês; République of Cameroon, em inglês*) cuja capital é Yaoundé, faz fronteira com a Nigéria a Oeste, com o Chade a Nordeste, com a República Centro-Africana a Leste e com a Guiné Equatorial, o Gabão e a República do Congo, ao Sul. Conta com diversidade de recursos naturais, diferentes culturas e vasta paisagem, sendo berço dos bantos e de antigas civilizações, o país foi um foco de disputa acirrado durante a corrida imperialista e a Primeira Guerra Mundial (VISENTINI, 2010, p. 3).

Figura 3 - Mapa do continente Africano com destaque para Camarões.

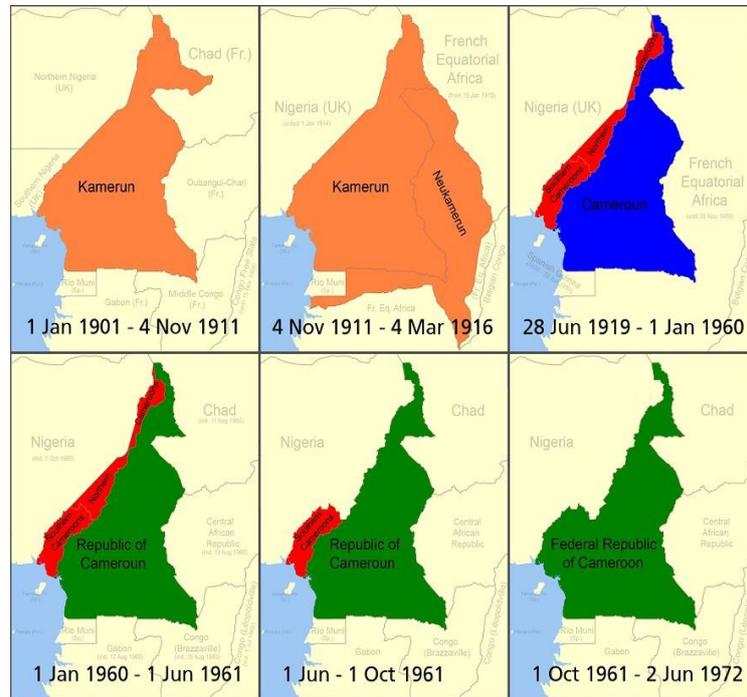


Fonte: (VISENTINI, 2010, p.3)

Camarões, até a Primeira Guerra Mundial, era colônia da Alemanha que, ao não obter êxito no conflito, teve de dividir o território entre a França e a Inglaterra. Após a Segunda Guerra Mundial (1945), diversos movimentos foram configurados na região buscando a independência, que, como consequência, foi proclamada em parte do território em 1960, sendo apoiada pela França para a criação de dois partidos na denominada União Nacional de Camarões, conforme relata Visentini:

Após ser derrotada na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu a sua colônia, que foi dividida entre França e Inglaterra, ficando com a primeira, três quartos do território. No entanto, durante o período pós-Segunda Guerra Mundial as forças nacionalistas aproveitaram o enfraquecimento das potências colonizadoras para realizar diversos protestos. Assim formou-se a combativa União das Populações de Camarões (UPC), que em 1956 foi proibida. Dessa forma, o governo francês resolveu apoiar a criação da União Nacional de Camarões (UNC), reunindo dois partidos conservadores do Norte, predominantemente muçulmanos. Assim, com a proclamação da independência, Alhaji Ahmadu Ahidjo, tornou-se o primeiro presidente de Camarões. No ano seguinte ocorreu um plebiscito em que parte do território do antigo Kamerun alemão que se encontrava em mãos inglesas foi reincorporado aos Camarões por plebiscito (2010, p. 7).

Figura 4 - Evolução da situação geopolítica de Camarões



Fonte: (ALTMAN, 2003 [s.n.]

Desde 1982 até os dias de hoje, o país permanece sendo governado pelo presidente Paul Biya, cujo mandato é de cinco anos, com reeleições sem qualquer tipo de limite. Os principais partidos políticos são o Agrupamento Democrático do Povo Camaronês (RDPC), a União Democrática Camaronesa (UDC), a Frente Social Democrata (FSD), o Movimento Progressista (MP), e a União Nacional pela Democracia e o Progresso (UNDP), entre outros (EMBAIXADA DO CAMEROUN, [s.d.]).

O poder Legislativo é representado pela Assembleia Nacional cujos membros são eleitos por voto direto para mandato de 05 anos. A Assembleia vota as leis e controla a ação do governo, e o poder Judiciário fica independente dos poderes. O Conselho Econômico e Social é composto de 85 membros nomeados pelo Presidente da República por 5 anos, funcionando como uma Assembleia Consultativa para assuntos de caráter econômico.

O Camarões, com o sistema multipartismo (atualmente com 9 partidos mais importantes), enquadra o princípio de democracia, de soberania e de união nacional desde 1991. O país, no plano administrativo, é dividido em 10 províncias, 49 departamentos, 180 municípios e 26 distritos. O presidente

atual é S. E. Sr. Paul Biya, eleito em novembro de 1992 e reeleito em 1997 (EMBAIXADA DO CAMEROUN, [s.d.]).

Atualmente pode-se observar em relação a geografia de Camarões:

Geograficamente representativo na maioria dos países africanos, Camarões está situado no coração da África, na junção da África Equatorial e da África Tropical ao fundo do Golfo de Guiné, acima do Equador, está compreendido entre o 2° e o 13° de Latitude Norte e o 8°, 30° e 16° de Latitude Leste. É na maior parte, coberto por florestas tropicais, estepes, montanhas, planaltos e planícies. Abrigando 230 etnias, tem o francês 70% e o inglês 30% como idiomas oficiais, mas há 250 línguas e dialetos nativos. É um país de forma triangular com 475.000 km². O país estende-se da Costa Atlântica a Sul - ao fundo do Golfo da Guiné até o Lago Tchad. Ele tem fronteiras comuns com seis países: Nigéria - Oeste, Chade - Nordeste, República Centro-africana a Leste e Congo, Gabão a sul, Guiné Equatorial no sul (Ibidem).

Camarões fica localizada no centro-oeste da África. Seu litoral é arenoso e pantanoso (SO), é cortado de Norte a Sul por vale maciço e montanhoso; complexo de planícies e colinas (N e S). Possui 15 milhões de habitantes, sendo que 9 milhões habitam na zona rural repartidos em aldeias, e tem uma taxa de crescimento médio de 3,4 ao ano. A população é na maioria jovem, onde 53% tem menos de 20 anos, concentrada nas principais cidades: Douala - Capital econômica com 1,2 milhão de habitantes, Yaoundé - Capital Administrativa do país com 700.000 habitantes, além de outras cidades: Garoua, Bertoua, Bamenda, Maroua, Ngaoundéré, Buéa, Bafoussam, Nkongsamba, Ebolowa etc.

A população é composta de 230 grupos tribais; Bantús (Ewondo, Bulu, Eton, Bassa, Bafia); Semi Bantús (Bamiléké, Mbos); Sudanês (Quirdi, fulani) e pigmeus (que vivem na floresta). Sua composição étnica é formada por camarões 31%, bantos 19%, quirdis 11%, fulanis 10%, outros grupos étnicos autóctones 29%, distribuídos nas principais cidades: Douala 1.400.000 habitantes, Yaoundé 1.257.000 habitantes, Bafousam 205.000 habitantes, Garoua 290.000 habitantes, Maroua 225.000 habitantes. Dados de 1997. A moeda é o Franco CFA (1 euro = 656 F CFA)

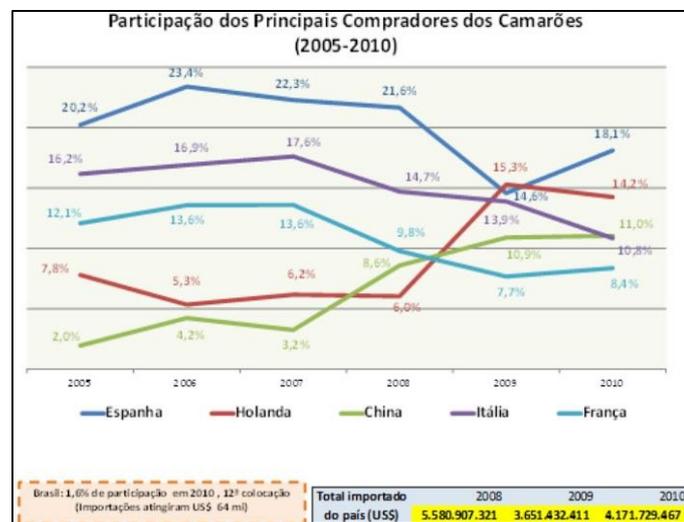
Por se tratar de um país com diversidade de recursos naturais, a economia está voltada para exportação de *commodities*. A agricultura é o setor que mais demanda mão de obra, se especializando no cultivo de cacau, café, algodão e borracha, com perspectiva de capacidade de crescimento a médio e longo prazo. A economia está estreitamente subordinada aos preços mundiais, mas permanece como líder econômico e comercial da região central africana, sendo considerado como umas das economias mais prosperam da África.

Sua economia é baseada na exportação de *commodities*, fortemente dependente dos preços mundiais e apesar de ser o líder econômico e comercial da região central africana, suas relações comerciais com os vizinhos são pouco desenvolvidas. Logo após sua independência, Camarões foi uma das economias mais prósperas da África (VISENTINI, 2010, p. 10-11). A agricultura constitui a chave da economia do Camarões, representando 40% do PIB e fornecendo 70% das exportações em valores. Camarões produz: cacau, café, algodão, borracha, madeira de lei, feijão, amendoim, trigo, banana, óleo de dendê e lã.

A pesca é intensiva, sendo 90% do pescado obtidos de maneira artesanal nos rios e no mar; o resto do produto da pesca é conseguido pelo setor marítimo industrial. Camarões é um país de autossuficiência alimentar. Até a década de 80 vivia da agricultura e da exportação de cacau e café. Possui indústrias de conservação de carne e de peixes, madeiras, bebidas, fábrica de pastas alimentares, fábrica de óleo de palma, óleo de amendoim, óleo de coco, fábrica para têxteis, fábrica de gás industrial, de matérias para solda, pintura e verniz; lajes, sabonetes, de móveis, perfumarias, calçados, cal, construções metálicas, fábrica de bicicletas e ciclomotores, pequenas construções navais. A silvicultura, voltada para a extração de madeiras também gera impacto na economia, com a criação de empregos diretos. Entretanto, reservas de cobalto, diamantes, bauxita, urânio, ferro, titânio e ouro são inexplorados no território. Nesse contexto, pode-se perceber que o setor agrícola possui perspectiva de capacidade de crescimento a médio e longo prazo.

Entre os anos de 2005 e 2010, os principais compradores da produção de Camarões foram: Espanha, Holanda, China, Itália e França, já o Brasil ocupou a 12ª colocação com 1,6% de participação, de acordo com os dados fornecidos pela APEX Brasil (BRASIL, [2012d]).

Gráfico 4 - Participação dos Principais Compradores dos Camarões (2005-2010)



Fonte: (BRASIL, 2012d, p. 11)

Nesse contexto, desde 1960, Brasil e Camarões têm diversificado a suas aproximações e fortalecido as relações bilaterais, tendo viabilizado diversas parcerias frutíferas para o desenvolvimento, além de fomentar a assistência para o progresso no comércio, nas relações diplomáticas e educação, como segue abaixo em ordem cronológica:

Cronologia das relações bilaterais:

- 1960 – Brasil reconhece a independência do Camarões francês, em 25 de janeiro, e do Camarões britânico, em 19 de setembro
- 1961 – Grupo parlamentar brasileiro visita o Camarões; em missão especial, Camarões visita o Brasil
- 1965 – Assinatura de Acordo Comercial entre Brasil e Camarões
- 1972 – Visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê; assinatura de Acordos de Cooperação Técnica e Cultural
- 1982 – Criação da Embaixada brasileira em Iaundê, cumulativa com o Chade e encarregada de acompanhar os assuntos relativos à República Centro-Africana (que não mantinha relações diplomáticas com o Brasil)
- 1984 – Abertura da Embaixada do Camarões em Brasília
- 1986 – Por ocasião da visita Iaundê do Chanceler brasileiro Roberto Abreu Sodré, realiza-se a I Comissão Mista Brasil-Camarões (novembro)
- 1999 – Devido a restrições orçamentárias, a Embaixada brasileira é desativada e as relações bilaterais passam a ser cumulativamente acompanhadas pela Embaixada do Brasil em Libreville (Gabão)
- 2004 – Assinatura de Memorando de Entendimento na Área de Educação
- 2005 – Reabertura da Embaixada do Brasil em Iaundê (abril); visitas do Chanceler Celso Amorim (janeiro) e do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (abril) ao Camarões; em agosto, é realizada em Brasília a II Comissão Mista Brasil-Camarões
- 2007 – Abertura de leitorado de língua e literatura brasileira na Universidade de Iaundê
- 2010 – Realização da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Camarões, em Brasília; Visita do Chanceler Camaronês, Henri Eyebe Ayissi, ao Brasil (fevereiro)
- 2010 – Visita ao Brasil do presidente da República do Camarões, Paul Biya (agosto)
- 2012 – Visita do Ministro Eyebe Ayissi, Delegado Junto à Presidência da República encarregado do Controle Superior do Estado (outubro)
- 2013 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camarões, Pierre Moukoko Mbonjo, ao Brasil (9 de maio)
- 2015 – Visita do Ministro Mauro Vieira ao Camarões, ocasião em que mantém encontro de trabalho com seu homólogo, o Chanceler Pierre Moukoko Mbonjo, e participa da abertura de encontro entre empresários dos dois países. O Chanceler brasileiro é recebido, entre outras autoridades, pelo Primeiro-Ministro Philemon Yang (31 de agosto) (BRASIL, 2017d, [s.n.]).

De acordo com os dados oferecidos pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do Brasil, em tabelas que fazem referência à Balança Comercial Brasileira, entre os anos de 2000 e 2017, pode-se perceber que Brasil e Camarões exercem ações em conjunto cuja finalidade é a de fortalecimento, contando para tanto com diversas iniciativas que contribuem

de maneira significativa para a evolução, a modernização das instituições políticas e das estruturas econômicas (BRASIL, 2018).

Para a análise das tabelas fornecidas pelo governo brasileiro, foram formulados gráficos a fim de exemplificar de forma didática a relação comercial existente entre Brasil e Camarões, sendo que os valores referentes à exportação serão expressos em US\$ FOB (*Free On Board*), em que o exportador é responsável pelo produto até ele ser depositado dentro do navio, para transporte, no porto que será indicado pelo comprador.

Assim, no que se refere ao intercâmbio comercial entre Brasil e Camarões, a tabela 1 expõe, com a formulação dos gráficos, que o Brasil tem exportando mais produtos do que importado. Sendo que, desde 2000 vêm crescendo substancialmente o número de envio de produtos do Brasil para Camarões, apresentando queda perceptível na análise em 2015 e 2016. Contudo, há elevação da relação já em 2017, que conta com saldo negativo para o Brasil apenas em 2000 e 2014, anos em que importou mais do que exportou.

Tabela 1 - Histórico do comércio entre Brasil e Camarões (continua)

Ano/Mês	INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO BRASIL Série Histórica								
	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		COBERTURA (A/B)
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	
	SH DEZ - 2017								
2000	55.118.919.865	0,00	100,00	55.850.663.138	0,00	100,00	-731.743.273	110.969.583.003	0,99
2001	58.286.593.021	5,75	100,00	55.601.758.416	-0,45	100,00	2.684.834.605	113.888.351.437	1,05
2002	60.438.653.035	3,69	100,00	47.242.654.199	-15,03	100,00	13.195.998.836	107.681.307.234	1,28
2003	73.203.222.075	21,12	100,00	48.325.566.630	2,29	100,00	24.877.655.445	121.528.788.705	1,51
2004	96.677.498.766	32,07	100,00	62.835.615.629	30,03	100,00	33.841.883.137	159.513.114.395	1,54
2005	118.529.184.899	22,60	100,00	73.600.375.672	17,13	100,00	44.928.809.227	192.129.560.571	1,61
2006	137.807.469.531	16,26	100,00	91.350.840.805	24,12	100,00	46.456.628.726	229.158.310.336	1,51
2007	160.649.072.830	16,58	100,00	120.617.446.250	32,04	100,00	40.031.626.580	281.266.519.080	1,33
2008	197.942.442.909	23,21	100,00	172.984.767.614	43,42	100,00	24.957.675.295	370.927.210.523	1,14
2009	152.994.742.805	-22,71	100,00	127.722.342.988	-26,17	100,00	25.272.399.817	280.717.085.793	1,20
2010	201.915.285.335	31,98	100,00	181.768.427.438	42,32	100,00	20.146.857.897	383.683.712.773	1,11
2011	256.039.574.768	26,81	100,00	226.246.755.801	24,47	100,00	29.792.818.967	482.286.330.569	1,13
2012	242.578.013.546	-5,26	100,00	223.183.476.643	-1,35	100,00	19.394.536.903	465.761.490.189	1,09
2013	242.033.574.720	-0,22	100,00	239.747.515.987	7,42	100,00	2.286.058.733	481.781.090.707	1,01
2014	225.100.884.831	-7,00	100,00	229.154.462.583	-4,42	100,00	-4.053.577.752	454.255.347.414	0,98
2015	191.134.324.584	-15,09	100,00	171.449.050.909	-25,18	100,00	19.685.273.675	362.583.375.493	1,11
2016	185.235.400.805	-3,09	100,00	137.552.002.856	-19,77	100,00	47.683.397.949	322.787.403.661	1,35
Janeiro	11.237.669.013	0,00	100,00	10.322.637.679	0,00	100,00	915.031.334	21.560.306.692	1,09
Fevereiro	13.342.876.253	18,73	100,00	10.301.097.607	-0,21	100,00	3.041.778.646	23.643.973.860	1,30

(Conclusão)

Ano/Mês	INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO BRASIL Série Histórica								
	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var.%	Part. %	US\$ FOB (B)	Var.%	Part. %	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTURA (A/B)
	5H DEZ - 2017								
Março	15.991.809.841	19,85	100,00	11.560.717.619	12,23	100,00	4.431.092.222	27.552.527.460	1,38
Abril	15.371.763.216	-3,88	100,00	10.509.741.662	-9,09	100,00	4.862.021.554	25.881.504.878	1,46
Maio	17.568.725.446	14,29	100,00	11.136.159.386	5,96	100,00	6.432.566.060	28.704.884.832	1,58
Junho	16.738.066.984	-4,73	100,00	12.769.486.773	14,67	100,00	3.968.580.211	29.507.553.757	1,31
Julho	16.328.206.520	-2,45	100,00	11.752.696.206	-7,96	100,00	4.575.510.314	28.080.902.726	1,39
Agosto	16.986.462.166	4,03	100,00	12.848.449.517	9,32	100,00	4.138.012.649	29.834.911.683	1,32
Setembro	15.800.119.615	-6,98	100,00	11.987.439.087	-6,70	100,00	3.812.680.528	27.787.558.702	1,32
Outubro	13.713.132.417	-13,21	100,00	11.375.442.181	-5,11	100,00	2.337.690.236	25.088.574.598	1,21
Novembro	16.215.928.363	18,25	100,00	11.462.652.908	0,77	100,00	4.753.275.455	27.678.581.271	1,41
Dezembro	15.940.640.971	-1,70	100,00	11.525.482.231	0,55	100,00	4.415.158.740	27.466.123.202	1,38
2017	217.739.177.077	17,55	100,00	150.749.452.949	9,59	100,00	66.989.724.128	368.488.630.026	1,44
Janeiro	14.908.251.428	0,00	100,00	12.197.812.220	0,00	100,00	2.710.439.208	27.106.063.648	1,22
Fevereiro	15.468.687.009	3,76	100,00	10.913.268.165	-10,53	100,00	4.555.418.844	26.381.955.174	1,42
Março	20.073.934.070	29,77	100,00	12.937.668.769	18,55	100,00	7.136.265.301	33.011.602.839	1,55
Abril	17.679.825.632	-11,93	100,00	10.716.651.947	-17,17	100,00	6.963.173.685	28.396.477.579	1,65
Maio	19.789.991.540	11,94	100,00	12.129.011.084	13,18	100,00	7.660.980.456	31.919.002.624	1,63
Junho	19.779.117.924	-0,05	100,00	12.595.230.268	3,84	100,00	7.183.887.656	32.374.348.192	1,57
Julho	18.758.761.617	-5,16	100,00	12.473.402.051	-0,97	100,00	6.285.359.566	31.232.163.668	1,50
Agosto	19.470.944.987	3,80	100,00	13.879.229.349	11,27	100,00	5.591.715.638	33.350.174.336	1,40
Setembro	18.659.331.625	-4,17	100,00	13.488.324.102	-2,82	100,00	5.171.007.523	32.147.655.727	1,38
Outubro	18.871.943.089	1,14	100,00	13.678.839.517	1,41	100,00	5.193.103.572	32.550.782.606	1,38
Novembro	16.683.104.126	-11,60	100,00	13.142.503.350	-3,92	100,00	3.540.600.776	29.825.607.476	1,27
Dezembro	17.595.284.030	5,47	100,00	12.597.512.127	-4,15	100,00	4.997.771.903	30.192.796.157	1,40

Fonte: (BRASIL, 2018.)

Gráfico 5 - Histórico do comércio entre Brasil e Camarões



Fonte: BRASIL, 2018.

Gráfico 6 - Histórico do comércio entre Brasil e Camarões



Fonte: (BRASIL, 2018)

Gráfico 7 - Histórico do comércio entre Brasil e Camarões



Fonte: (BRASIL, 2018)

Os produtos que o Brasil mais exporta para Camarões são os manufaturados, sendo pouquíssimos os semimanufaturados, cujo ápice da relação foi estabelecido em 2011, com maior número de exportação. Ressalta-se que os produtos que mais foram direcionados para Camarões são os Industriais Químicas e Industriais Conexas, Industriais Alimentares e Industriais Bebidas.

Pode-se perceber que, ao utilizarmos a Teoria de Pareto⁷², também conhecida como regra 80/20, que acaba por determinar quais os materiais são mais importantes e devem ter elevada atenção de quem está comercializando, os produtos classificados como Industriais Químicas e Industriais Conexas, foram os que o Brasil exportou 223% a mais do que importou de Camarões nos anos de 2016 e 2017.

Da mesma forma, os produtos Industriais Alimentares e Bebidas correspondem aos que o Brasil exportou 107% a mais do que importou de Camarões nos mesmos anos. Isso reflete o fato de que o Brasil tem oferecido mais produtos a Camarões, fator que tem contribuído para a economia e o avanço de ambos os países que têm estreitado a cooperação bilateral.

Tabela 2 - Comércio entre Brasil e Camarões (continua)

Descrição	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA CAMARÕES SEÇÕES E CAPÍTULOS DA NCM		
	2017 (JAN/DEZ)	2016 (JAN/DEZ)	Var. rel US\$ % 2017/2016
	Valor US\$ FOB	Valor US\$ FOB	JAN-DEZ
TOTAL GERAL	93.465.654	42.167.150	121,66
I - ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL	1.616.044	1.955.108	-17,34
01 - ANIMAIS VIVOS	-	-	--
02 - CARNES E MIÚDEZAS, COMESTÍVEIS	801.907	1.401.014	-42,76
03 - PEIXES E CRUSTÁCEOS, MOLUSCOS E OUTS. INVERTEBR. AQUÁTICOS	813.267	552.977	47,07
04 - LEITE E LATICÍNIOS; OVOS DE AVES; MEL NATURAL, ETC.	-	-	--
05 - OUTROS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	870	1.117	-22,11
II - PRODUTOS DO REINO VEGETAL	41.384	16.716	147,57
06 - PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	-	-	--
07 - PRODUTOS HORTÍCOLAS, PLANTAS, RAÍZES, ETC, COMESTÍVEIS	-	-	--
08 - FRUTAS, CASCAS DE CITRÍCOS E DE MELOES	-	-	--
09 - CAFÉ, CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	3.967	-	--
10 - CEREAIS	6.837	2.892	136,41
11 - PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE MOAGEM; MALTE; AMÍDOS, ETC.	-	-	--
12 - SEMENTES E FRUTOS OLEAGINOSOS, GRAOS, SEMENTES, ETC.	30.580	13.824	121,21
13 - GOMAS, RESINAS E OUTROS SUCOS E EXTRATOS VEGETAIS	-	-	--
14 - MATERIAS P/ENTRANCAR E OUTS. PRODS. DE ORIGEM VEGETAL	-	-	--
III - GORDURAS E OLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ETC.	2.644	1.913	38,21
15 - GORDURAS, OLEOS E CERAS ANIMAIS OU VEGETAIS, ETC.	2.644	1.913	38,21

⁷² A Análise de Pareto é uma técnica estatística utilizada na tomada de decisão que permite selecionar e priorizar um número pequeno de itens capazes de produzir grande efeito na melhoria dos processos. Ela utiliza o Princípio de Pareto (também conhecido como regra 80/20): a ideia de que 80% dos resultados corresponde a apenas 20% dos fatores, o que justifica a priorização. Ou, em termos de melhoria da qualidade, a grande maioria dos problemas (80%) são produzidos por apenas algumas causas essenciais (20%). O Princípio de Pareto tem muitas aplicações no controle de qualidade. É a base para o diagrama de Pareto, uma das principais ferramentas utilizadas no controle de qualidade total e Six Sigma. O PMBOK se utiliza de Pareto identificar e classificar as ocorrências e guiar as ações corretivas, ajudando a equipe do projeto a tomar medidas para corrigir os problemas que estão causando o maior número de defeitos. (AZEVEDO, [2018]).

(Continua)

Secretaria de Comércio Exterior	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA CAMARÕES SEÇÕES E CAPÍTULOS DA NCM		
	CAEXP DEZ - 2017		
	2017 (JAN/DEZ) Valor US\$ FOB	2016 (JAN/DEZ) Valor US\$ FOB	Var. rel US\$ % 2017/2016 JAN-DEZ
TOTAL GERAL	93.465.654	42.167.150	121,66
IV - PRODUTOS DAS INDUSTRIAS ALIMENTARES, BEBIDAS, ETC.	29.935.122	14.453.615	107,11
16 - PREPARAÇÕES DE CARNE, DE PEIXES OU DE CRUSTACEOS, ETC.	165.713	385.784	-57,05
17 - ACUCARES E PRODUTOS DE CONFEITARIA	28.879.010	12.672.137	127,89
18 - CACAU E SUAS PREPARAÇÕES	443.674	505.198	-12,18
19 - PREPARAÇÕES A BASE DE CEREAIS, FARINHAS, AMIDOS, ETC.	44.833	26.006	72,39
20 - PREPARAÇÕES DE PRODUTOS HORTICOLAS, DE FRUTAS, ETC.	2.441	7.612	-67,93
21 - PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS DIVERSAS	93.457	130.704	-28,50
22 - BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES	305.994	726.174	-57,86
23 - RESÍDUOS E DESPERDÍCIOS DAS INDUSTRIAS ALIMENTARES, ETC.	-	-	--
24 - TABACO E SEUS SUCCEDÂNEOS MANUFATURADOS	-	-	--
V - PRODUTOS MINERAIS	2.316.620	2.473.902	-6,36
25 - SAL; ENXOFRE; TERRAS E PEDRAS; GESSO, CAL E CIMENTO	2.262.450	1.888.000	20,22
26 - MINÉRIOS, ESCORIAS E CINZAS	-	-	--
27 - COMBUSTÍVEIS MINERAIS, ÓLEOS MINERAIS, ETC. CERAS MINERAIS	54.170	591.902	-90,85
VI - PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUÍMICAS OU INDUSTRIAS CONEX	46.722.209	14.462.061	223,07
28 - PRODUTOS QUÍMICOS INORGÂNICOS, ETC.	45.866.447	14.338.889	219,87
29 - PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS	379.611	233	--
30 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	-	-	--
31 - ADUBOS OU FERTILIZANTES	-	-	--
32 - EXTRATOS TANANTES E TINTORIAS, TANINOS E DERIVADOS, ETC.	266	94.617	-99,72
33 - ÓLEOS ESSENCIAIS E RESINOÍDES, PRODS. DE PERFUMARIA, ETC.	2.314	6.976	-66,83
34 - SABÕES, AGENTES ORGÂNICOS DE SUPERFÍCIE, ETC.	29.924	8.853	238,01
35 - MATERIAS ALBUMINOÍDES, PRODUTOS A BASE DE AMIDOS, ETC.	23.144	-	--
36 - POLVORAS E EXPLOSIVOS, ARTIGOS DE PIROTECNIA, ETC.	393.055	-	--
37 - PRODUTOS PARA FOTOGRAFIA E CINEMATOGRAFIA	-	-	--
38 - PRODUTOS DIVERSOS DAS INDUSTRIAS QUÍMICAS	27.448	12.493	119,71
VII - PLÁSTICOS E SUAS OBRAS, BORRACHA E SUAS OBRAS	1.331.296	845.892	57,38
39 - PLÁSTICOS E SUAS OBRAS	779.590	351.282	121,93
40 - BORRACHA E SUAS OBRAS	551.706	494.610	11,54
VIII - PELES, COURO, PELETERIA E OBRAS DESTAS MATERIAS, ETC	2.121	225	842,67
41 - PELES, EXCETO AS PELES COM PELO, E COURO	-	-	--
42 - OBRAS DE COURO; ARTIGOS DE CORREIRO OU DE SELEIRO, ETC.	2.121	225	842,67
43 - PELES COM PELO E SUAS OBRAS; PELES COM PELO ARTIFICIAIS	-	-	--
IX - MADEIRA, CARVAO VEGETAL E OBRAS DE MADEIRA, CORTICA	74	-	--
44 - MADEIRA, CARVAO VEGETAL E OBRAS DE MADEIRA	74	-	--
45 - CORTICA E SUAS OBRAS	-	-	--
46 - OBRAS DE ESPARTARIA OU DE CESTARIA	-	-	--
X - PASTA DE MADEIRA, ETC, PAPEL E SUAS OBRAS	3.439.220	2.815.496	22,15
47 - PASTAS DE MADEIRA OU MATERIAS FIBROSAS CELULOSICAS, ETC.	-	-	--
48 - PAPEL E CARTAO, OBRAS DE PASTA DE CELULOSE, DE PAPEL, ETC.	3.439.150	2.815.496	22,15
49 - LIVROS, JORNALS, GRAVURAS, OUTROS PRODUTOS GRAFICOS, ETC.	70	-	--
XI - MATERIAS TEXTEIS E SUAS OBRAS	139.732	100.240	39,40
50 - SEDA	-	-	--
51 - LA, PELOS FINOS OU GROSSEIROS; FIOS E TECIDOS DE CRINA	-	-	--
52 - ALGODAO	-	1.518	-100,00
53 - OUTRAS FIBRAS TEXTEIS VEGETAIS, FIOS DE PAPEL, ETC.	29.566	-	--
54 - FILAMENTOS SINTETICOS OU ARTIFICIAIS	-	1.687	-100,00
55 - FIBRAS SINTETICAS OU ARTIFICIAIS, DESCONTINUAS	23.874	45.730	-47,79
56 - PASTAS ("OUATES"), FELTROS E FALSOS TECIDOS, ETC.	-	-	--
57 - TAPETES, OUTS. REVESTIM.P/PAVIMENTOS, DE MATERIAS TEXTEIS	-	-	--
58 - TECIDOS ESPECIAIS, TECIDOS TUFADOS, RENDAS, TAPECARIAS, ETC.	-	-	--
59 - TECIDOS IMPREGNADOS, REVESTIDOS, RECOBERTOS, ETC.	36.015	23.423	53,76
60 - TECIDOS DE MALHA	-	-	--
61 - VESTUARIO E SEUS ACESSORIOS, DE MALHA	49.799	25.626	94,33
62 - VESTUARIO E SEUS ACESSORIOS, EXCETO DE MALHA	3	474	-99,37
63 - OUTROS ARTEFATOS TEXTEIS CONFECCIONADOS, SORTIDOS, ETC.	475	1.782	-73,34
XII - CALCADOS, CHAPEUS E ARTEFATOS DE USO SEMELHANTE, ETC	5.616	11.150	-49,63
64 - CALCADOS, POLAINAS E ARTEFATOS SEMELHANTES, E SUAS PARTES	5.511	5.890	-6,43
65 - CHAPEUS E ARTEFATOS DE USO SEMELHANTE, E SUAS PARTES	-	3.465	-100,00
66 - GUARDA-CHUVAS, SOMBRINHAS, GUARDA-SOIS, BENGALAS, ETC.	105	1.795	-94,15
67 - PENAS E PENUAGEM PREPARADAS, E SUAS OBRAS, ETC.	-	-	--
XIII - OBRAS DE PEDRA, GESSO, CIMENTO, ETC, PRODUTOS CERAMIC	113.860	202.798	-43,86
68 - OBRAS DE PEDRA, GESSO, CIMENTO, AMIANTO, MICA, ETC.	6.993	53.008	-86,81
69 - PRODUTOS CERAMICOS	97.060	107.027	-9,31
70 - VIDRO E SUAS OBRAS	9.807	42.763	-77,07
XIV - PEROLAS NATURAIS OU CULTIVADAS, PEDRAS PRECIOSAS, ETC	-	-	--
71 - PEROLAS NATURAIS OU CULTIVADAS, PEDRAS PRECIOSAS, ETC.	-	-	--

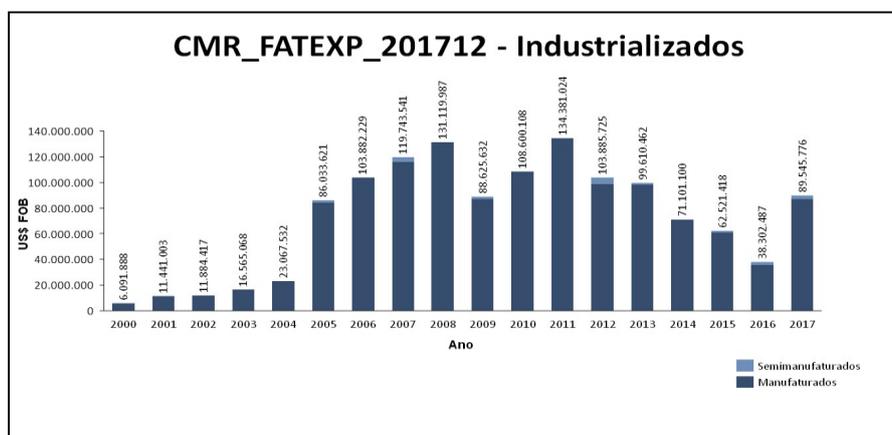
(Conclusão)

Descrição	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA CAMARÕES SEÇÕES E CAPÍTULOS DA NCM		
	CAPEXP DEZ - 2017		
	2017 (JAN/DEZ) Valor US\$ FOB	2016 (JAN/DEZ) Valor US\$ FOB	Var. rel US\$ % 2017/2016 JAN-DEZ
TOTAL GERAL	93.465.654	42.167.150	121,66
XV - METAIS COMUNS E SUAS OBRAS	1.115.568	910.066	22,58
72 - FERRO FUNDIDO, FERRO E AÇO	-	405.012	-100,00
73 - OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO	111.742	270.038	-58,62
74 - COBRE E SUAS OBRAS	183	309	-40,78
75 - NIQUEL E SUAS OBRAS	-	-	--
76 - ALUMÍNIO E SUAS OBRAS	7.292	6.033	20,87
78 - CHUMBO E SUAS OBRAS	-	-	--
79 - ZINCO E SUAS OBRAS	-	-	--
80 - ESTANHO E SUAS OBRAS	-	-	--
81 - OUTROS METAIS COMUNS, CERAMAS, OBRAS DESSAS MATERIAS	-	-	--
82 - FERRAMENTAS, ARTEFATOS DE CUTELARIA, ETC. DE METAIS COMUNS	996.154	227.111	338,62
83 - OBRAS DIVERSAS DE METAIS COMUNS	197	1.563	-87,40
XVI - MAQUINAS E APARELHOS, MATERIAL ELETRICO, SUAS PARTES	2.371.968	561.436	322,48
84 - CALDEIRAS, MAQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECANICOS	2.252.771	492.486	357,43
85 - MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAL ELETRICOS, SUAS PARTES, ETC	119.197	68.950	72,87
XVII - MATERIAL DE TRANSPORTE	3.533.874	2.768.183	27,66
86 - VEICULOS E MATERIAL PARA VIAS FERREAS, SEMELHANTES, ETC.	-	-	--
87 - VEICULOS AUTOMOVEIS, TRATORES, ETC. SUAS PARTES/ACessorIOS	3.533.874	2.768.183	27,66
88 - AERONAVES E OUTROS APARELHOS AEREOS, ETC. E SUAS PARTES	-	-	--
89 - EMBARCAÇOES E ESTRUTURAS FLUTUANTES	-	-	--
XVIII - INSTRUMENTOS E APARELHOS DE OPTICA, FOTOGRAFIA, E	9.971	92.773	-89,25
90 - INSTRUMENTOS E APARELHOS DE OPTICA, FOTOGRAFIA, ETC.	9.971	92.773	-89,25
91 - ARTIGOS DE RELOJOARIA	-	-	--
92 - INSTRUMENTOS MUSICAIS; SUAS PARTES E ACESSORIOS	-	-	--
XIX - ARMAS E MUNICOES, SUAS PARTES E ACESSORIOS	395.624	-	--
93 - ARMAS E MUNICOES; SUAS PARTES E ACESSORIOS	395.624	-	--
XX - MERCADORIAS E PRODUTOS DIVERSOS	372.707	484.737	-23,11
94 - MOVEIS, MOBILIARIO MEDICO-CIRURGICO, COLCHOES, ETC.	372.168	481.829	-22,76
95 - BRINQUEDOS, JOGOS, ARTIGOS P/ DIVERTIMENTO, ESPORTES, ETC.	-	1.735	-100,00
96 - OBRAS DIVERSAS	539	1.173	-54,05
XXI - OBJETOS DE ARTE, DE COLECAO E ANTIGUIDADES	-	-	--
97 - OBJETOS DE ARTE, DE COLECAO E ANTIGUIDADES	-	-	--
XXII - TRANSACOES ESPECIAIS	-	10.839	-100,00
99 - TRANSACOES ESPECIAIS	-	10.839	-100,00

OBS: "--" Quando VAR% maior que 999,99

Fonte: (BRASIL, 2018)

Gráfico 8 - Comércio entre Brasil e Camarões: industrializados



Fonte: (BRASIL, 2018)

Na sequência, o governo brasileiro, no que se refere ao comércio exterior, utiliza o Fator Agregado⁷³ para a base de exportação, dessa forma, foi realizada assimetria de dados entre Brasil e Camarões de acordo com as informações reveladas na próxima tabela, com o intuito de agrupar produtos em grandes classes (Básicos, Semimanufaturados, Manufaturados). Foi considerado para tanto a maior quantidade de transformação que a mercadoria avaliada sofreu no decorrer da produção até a venda. Salienta-se que foram acrescentados os industrializados e as Operações Especiais para complementação.

De acordo com os dados da tabela 4, 2009 foi o ano em que o Brasil realizou mais operações especiais em Camarões. Entre os anos de 2000 e 2017, o Brasil importou de Camarões em 2010 o maior número de produtos básicos, já em 2011 o Brasil exportou para Camarões o maior número de produtos industrializados, com queda nos anos seguinte e crescimento em 2017.

Tabela 3 - Comércio entre Brasil e Camarões: totais por fator agregado (continua)

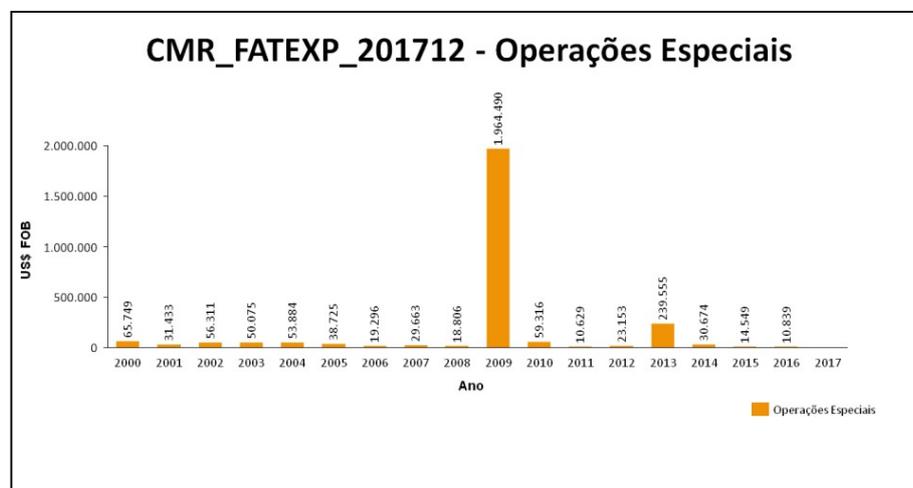
Ano/Mês	TOTAL		Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Industrializados	Operações Especiais	
	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB (A)	Var.%	US\$ FOB (B)	Var.%	US\$ FOB (A)+(B)	US\$ FOB	Var.%
	FATEXP DEZ - 2017										
2000	6.687.658	0,00	530.021	0,00	-	0,00	6.091.888	0,00	6.091.888	65.749	0,00
2001	13.114.975	96,11	1.642.539	209,90	-	0,00	11.441.003	87,81	11.441.003	31.433	-52,19
2002	13.140.487	0,19	1.199.759	-26,96	-	0,00	11.884.417	3,88	11.884.417	56.311	79,15
2003	19.670.831	49,70	3.055.688	154,69	-	0,00	16.565.068	39,38	16.565.068	50.075	-11,07
2004	28.819.047	46,51	5.697.631	86,46	-	0,00	23.067.532	39,25	23.067.532	53.884	7,61
2005	87.713.528	204,36	1.641.182	-71,20	1.817.159	0,00	84.216.462	265,09	86.033.621	38.725	-28,13
2006	104.457.024	19,09	555.499	-66,15	-	-100,00	103.882.229	23,35	103.882.229	19.296	-50,17
2007	121.114.920	15,95	1.341.716	141,53	4.155.771	0,00	115.587.770	11,27	119.743.541	29.663	53,73
2008	133.396.298	10,14	2.257.505	68,26	6.500	-99,84	131.113.487	13,43	131.119.987	18.806	-36,60
2009	103.006.013	-22,78	12.415.891	449,98	1.529.495	#####	87.096.137	-33,57	88.625.632	1.964.490	10.346,08
2010	109.667.924	6,47	1.008.500	-91,88	295.526	-80,68	108.304.582	24,35	108.600.108	59.316	-96,98
2011	137.798.671	25,65	3.407.018	237,83	563.584	90,71	133.817.440	23,56	134.381.024	10.629	-82,08
2012	106.959.305	-22,38	3.050.427	-10,47	5.284.626	837,68	98.601.099	-26,32	103.885.725	23.153	117,83
2013	105.961.501	-0,93	6.111.484	100,35	1.355.233	-74,36	98.255.229	-0,35	99.610.462	239.555	934,66
2014	83.500.053	-21,20	12.368.279	102,38	199.020	-85,31	70.902.080	-27,84	71.101.100	30.674	-87,20
2015	67.373.543	-19,31	4.837.576	-60,89	1.631.780	719,91	60.889.638	-14,12	62.521.418	14.549	-52,57
2016	42.167.150	-37,41	3.853.824	-20,34	2.607.304	59,78	35.695.183	-41,38	38.302.487	10.839	-25,50

⁷³ As exportações são apresentadas por fatores agregados (mercadorias e produtos industrializados, o último dividido em produtos manufaturados e semimanufaturados); por grupo de produtos; produtos primários por fator agregado; produtos primários por país; por país e bloco econômico; e por área de produção (estados da federação). As importações são apresentadas por grupos de produtos; por produtos primários divididos em fator agregado e país; por país e bloco econômico; por área de produção; e por maiores empresas, com uma divisão em empresas por faixa de valores. A balança comercial é também apresentada por país e bloco econômico, bem como por seção e capítulo da Classificação Comum do MERCOSUL (NCM) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, [s.n.]).

(Conclusão)

Ano/Mês		EXPORTAÇÃO BRASILEIRA CAMARÕES Totais por Fator Agregado											
		TOTAL		Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Industrializados		Operações Especiais	
		US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB (A)	Var.%	US\$ FOB (B)	Var.%	US\$ FOB (A)+(B)	US\$ FOB	Var.%	
FATEXP DEZ - 2017													
	Janeiro	834.547	0,00	75.609	0,00	-	0,00	758.938	0,00	758.938	-	0,00	
	Fevereiro	3.800.142	355,35	572.583	657,29	-	0,00	3.218.886	324,13	3.218.886	8.673	0,00	
	Março	7.717.427	103,08	100.944	-82,37	-	0,00	7.616.483	136,62	7.616.483	-	-100,00	
	Abril	1.037.618	-86,55	-	-100,00	-	0,00	1.037.618	-86,38	1.037.618	-	0,00	
	Mai	1.782.882	71,82	219.100	0,00	-	0,00	1.563.782	50,71	1.563.782	-	0,00	
	Junho	4.724.570	165,00	532.880	143,21	-	0,00	4.191.690	168,05	4.191.690	-	0,00	
	Julho	3.024.978	-35,97	150.541	-71,75	1.100.639	0,00	1.773.798	-57,68	2.874.437	-	0,00	
	Agosto	1.674.815	-44,63	287.945	91,27	188.730	-82,85	1.195.974	-32,58	1.384.704	2.166	0,00	
	Setembro	1.626.784	-2,87	180.999	-37,14	-	-100,00	1.445.785	20,89	1.445.785	-	-100,00	
	Outubro	8.030.583	393,65	980.036	441,46	544.962	0,00	6.505.585	349,97	7.050.547	-	0,00	
	Novembro	5.305.619	-33,93	219.052	-77,65	-	-100,00	5.086.567	-21,81	5.086.567	-	0,00	
	Dezembro	2.607.185	-50,86	534.135	143,84	772.973	0,00	1.300.077	-74,44	2.073.050	-	0,00	
2017		93.465.654	121,66	3.919.878	1,71	2.795.651	7,22	86.750.125	143,03	89.545.776	-	-100,00	
	Janeiro	5.020.969	0,00	525.883	0,00	-	0,00	4.495.086	0,00	4.495.086	-	0,00	
	Fevereiro	6.033.018	20,16	312.818	-40,52	-	0,00	5.720.200	27,25	5.720.200	-	0,00	
	Março	7.866.343	30,39	587.698	87,87	-	0,00	7.278.645	27,24	7.278.645	-	0,00	
	Abril	10.087.276	28,23	674.938	14,84	-	0,00	9.412.338	29,31	9.412.338	-	0,00	
	Mai	7.186.737	-28,75	5.431	-99,20	1.017.071	0,00	6.164.235	-34,51	7.181.306	-	0,00	
	Junho	12.973.294	80,52	420.000	7.633,38	802.070	-21,14	11.751.224	90,64	12.553.294	-	0,00	
	Julho	7.046.234	-45,69	211.128	-49,73	375.263	-53,21	6.459.843	-45,03	6.835.106	-	0,00	
	Agosto	9.120.418	29,44	262.187	24,18	416.640	11,03	8.441.591	30,68	8.858.231	-	0,00	
	Setembro	10.999.225	20,60	746.402	184,68	184.607	-55,69	10.068.216	19,27	10.252.823	-	0,00	
	Outubro	8.897.897	-19,10	58.554	-92,16	-	-100,00	8.839.343	-12,21	8.839.343	-	0,00	
	Novembro	6.191.775	-30,41	77.841	32,94	-	0,00	6.113.934	-30,83	6.113.934	-	0,00	
	Dezembro	2.042.468	-67,01	36.998	-52,47	-	0,00	2.005.470	-67,20	2.005.470	-	0,00	

Fonte: (BRASIL, 2018)

Gráfico 9 - Comércio entre Brasil e Camarões: operações especiais

Fonte: (BRASIL, 2018)

De acordo com os gráficos, percebe-se que, os dados da exportação e importação nacional revelam que, nos anos de 2016 e 2017, diversos produtos constam na lista que fomentam e mantêm o intercâmbio comercial entre Brasil e Camarões. Contudo, ao utilizarmos novamente a Teoria de Pareto e formularmos gráficos para melhor exemplificar, percebemos que Alumina Calcinar foi o produto que o Brasil mais exportou nesse período, com diferença de 220% se comparado a importação.

Outros produtos como açúcares de cana, beterraba e sacarose também são produtos de elevada exportação, constituindo 160% a mais do que o Brasil importou no mesmo período. Nos demais produtos da tabela, o Brasil permanece na frente no quesito exportação, com 39% a mais do que importa de Camarões, permanecendo com saldo positivo na cooperação.

Tabela 4 - Comércio entre Brasil e Camarões (continua)

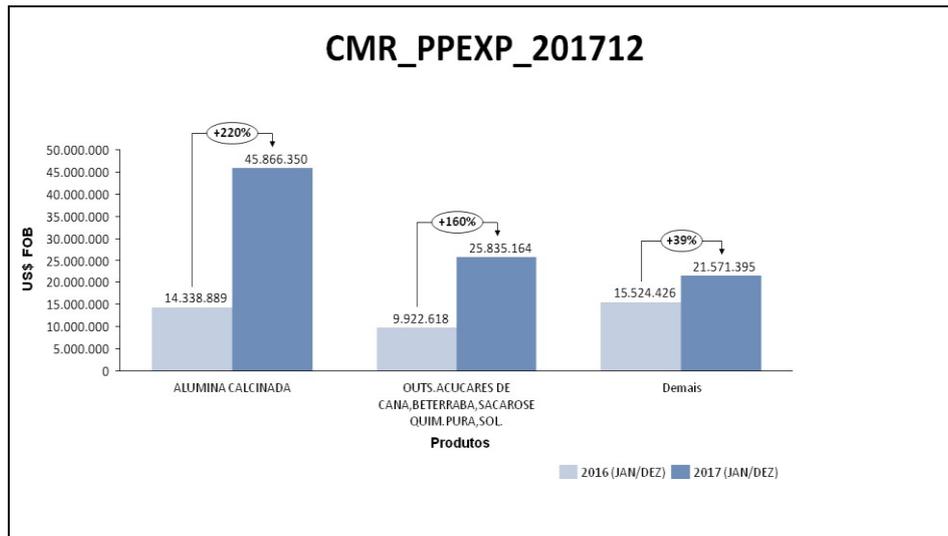
Secretaria de Comércio Exterior		EXPORTAÇÃO BRASILEIRA CAMARÕES PRINCIPAIS PRODUTOS							PPXP DEZ - 2017
Ord	NCM	Descrição	2017 (JAN/DEZ)			2016 (JAN/DEZ)			Var. rel US\$ 2017/2016 JAN-DEZ
			Valor US\$ FOB	Part %	Peso Kg	Valor US\$ FOB	Part %	Peso Kg	
TOTAL GERAL			93.465.654	100,00	336.217.095	42.167.150	100,00	185.242.014	121,66
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS			93.272.909	99,79	336.184.741	39.785.933	94,35	183.054.160	134,44
1	28182010	ALUMINA CALCINADA	45.866.350	49,07	153.352.510	14.338.889	34,00	62.488.000	219,87
2	17019900	OUTS.ACUCARES DE CANA,BETERRABA,SACAROSE QUIM.PURA,SOL.	25.835.164	27,64	58.309.760	9.922.618	23,53	23.147.000	160,37
3	17011400	OUTROS ACUCARES DE CANA	2.794.052	2,99	6.787.000	2.607.304	6,18	5.022.000	7,16
4	87021000	VEICULOS AUTOMOVEIS P/TRANSP=>=10 PESSOAS,C/MOTOR DIESEL	2.647.392	2,83	236.060	2.145.534	5,09	212.380	23,39
5	25010011	SAL MARINHO,A GRANEL,SEM AGREGADOS	2.262.450	2,42	108.450.000	1.882.000	4,46	82.000.000	20,22
6	48193000	SACOS DE PAPEL OU CARTAO,CUJA LARGURA DA BASE=>40CM	2.159.190	2,31	2.452.544	1.338.228	3,17	1.850.869	61,35
7	82024000	CORRENTES CORTANTES DE SERRAS,DE METAIS COMUNS	885.691	0,95	121.980	151.804	0,36	24.396	483,44
8	48025610	PAPEL FIBRA MEC<=10%,40<=P<=150G/M2,FLS.LADO<=260MM	849.844	0,91	1.151.013	815.888	1,93	1.149.137	4,16
9	84295199	OUTS.CARREGADORAS/PAS-CARREGADORAS,DE CARREGAM.FRONTAL	807.188	0,86	72.330	294.623	0,70	30.250	173,97
10	84291190	OUTROS "BULLDOZERS" E "ANGLEDZERS",DE LAGARTAS	794.106	0,85	75.792	--	--	--	--
11	02071200	CARNES DE GALOS/GALINHAS,N/CORTADAS EM PEDACOS,CONGEL.	585.843	0,63	420.475	930.704	2,21	650.441	-37,05
12	03038910	CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), CONGELADA	457.637	0,49	346.540	111.230	0,26	82.110	311,43
13	18069000	OUTROS CHOCOLATES E PREPARACOS ALIMENTICIAS CONT.CACAU	443.674	0,47	225.806	505.198	1,20	277.200	-12,18
14	39021020	POLIPROPILENO SEM CARGA,EM FORMA PRIMARIA	402.852	0,43	470.250	68.918	0,16	74.250	484,54
15	93033000	OUTRAS ESPINGARDAS/CARABINAS P/CACA/TIRO-AO-ALVO	395.624	0,42	1.125	--	--	--	--
16	36049090	OUTROS FOGUETES DE SINALIZACAO E ARTIGOS DE PIROTECNIA	393.055	0,42	342	--	--	--	--
17	03038920	PESCADAS (CYNOSCION SPP.), CONGELADAS	355.630	0,38	259.060	441.747	1,05	306.700	-19,49
18	94036000	OUTROS MOVEIS DE MADEIRA	322.269	0,34	240.488	332.763	0,79	255.360	-3,15
19	48025592	PAPEL KRAFT,FIBRA PROC.MEC<=10%,40G/M2<=P<=150G/M2	298.685	0,32	429.125	493.454	1,17	769.230	-39,47
20	17041000	GOMAS DE MASCAR,SEM CACAU,MESMO REVESTIDAS DE ACUCAR	241.764	0,26	98.135	67.215	0,16	26.632	259,69
21	40119090	OUTROS PNEUMÁTICOS NOVOS, DE BORRACHA	234.118	0,25	57.971	--	--	--	--
22	39011010	POLIETILENO LINEAR, DENSIDADE<=0,94, EM FORMA PRIMARIA	231.831	0,25	222.750	96.804	0,23	99.000	139,48
23	29224190	ESTERES E SAIS, DA LISINA	211.961	0,23	170.000	--	--	--	--
24	87019300	OUTROS TRATORES, COM UMA POTÊNCIA DE MOTOR SUPERIOR A 3	206.529	0,22	35.720	--	--	--	--
25	22071090	OUTROS ALCOOL ETILICO N/DESATURADO	203.316	0,22	223.400	677.822	1,61	828.996	-70,00
26	87042210	CHASSIS C/MOTOR DIESEL E CABINA,ST<CARGA<=20T	178.760	0,19	21.328	177.600	0,42	21.328	0,65
27	29054500	GLICEROL	167.650	0,18	240.000	--	--	--	--
28	87019590	OUTROS TRATORES, COM UMA POTÊNCIA DE MOTOR SUPERIOR A 1	163.319	0,17	29.080	--	--	--	--
29	87060010	CHASSIS C/MOTOR P/VEIC.AUTOMOVEIS TRANSP.PESSOAS=>=10	147.739	0,16	12.380	--	--	--	--
30	84294000	COMPACTADORES E ROLOS/CILINDROS COMPRESSORES,AUTOPROPIU	144.366	0,15	7.950	--	--	--	--
31	02071400	PEDACOS E MIUDEZAS, COMEST. DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	142.871	0,15	129.521	66.453	0,16	33.124	115,00
32	84323110	SEMEADORES-ADUBADORES, DE PLANTIO DIRETO	141.720	0,15	25.350	--	--	--	--
33	40169300	JUNTAS,GAXETAS,SEMELHS DE BORRACHA VULCAN.N/ENDURECIDA	118.371	0,13	2.981	109.229	0,26	438	8,37
34	87019490	OUTROS TRATORES, COM UMA POTÊNCIA DE MOTOR SUPERIOR A 7	116.922	0,13	22.000	--	--	--	--
35	40111000	PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	109.400	0,12	23.890	88.552	0,21	19.739	23,54
36	39012029	OUTROS POLIETILENOS S/CARGA,D>=0,94, EM FORMAS PRIMARIAS	106.336	0,11	99.000	173.988	0,41	173.250	-38,88
37	69072200	LADRILHOS E PLACAS (LAJES), PARA PAVIMENTAÇÃO OU REVEST	96.562	0,10	492.389	--	--	--	--
38	16025000	PREPARACOS ALIMENTICIAS E CONSERVAS, DE BOVINOS	85.514	0,09	44.669	230.833	0,55	121.704	-62,95
39	21011110	CAFE SOLUVEL, MESMO DESCAFEINADO	80.839	0,09	8.465	130.704	0,31	15.586	-38,15
40	22089000	OUTRAS BEBIDAS ALCOOLICAS	76.405	0,08	50.160	48.352	0,11	31.320	58,02
41	16023220	GALO/GALINHA C/CONT.CARNE/MIUD.>=57% EM PESO COZIDAS	74.233	0,08	40.875	153.055	0,36	77.217	-51,50
42	82014000	MACHADOS, PODOES E OUTRAS FERRAM.C/GUME,DE METAIS COMUNS	73.069	0,08	17.695	41.572	0,10	12.639	75,76
43	73211100	APARELHOS P/COZINHAR/AQUECER, DE FERRO,ETC.COMBUSTIV.GAS	72.959	0,08	22.259	115.538	0,27	35.543	-36,85
44	48042100	PAPEL KRAFT P/SACOS DE GDE.CAPACIDADE,CRU,EM ROLOS/FLS.	67.821	0,07	97.867	--	--	--	--
45	84328000	OUTS.MAQUINAS E APARS.AGRICOLAS,ETC.P/PREPAR.DO SOLO	63.700	0,07	7.685	--	--	--	--
46	48025793	PAPEL KRAFT,FIBRA MEC<=10%,40G/M2<=P<=150G/M2	63.274	0,07	95.626	--	--	--	--
47	84798912	OUTROS DISTRIBUIDORES/DOSEADORES DE SOLIDOS/LIQUIDOS	62.359	0,07	17	--	--	--	--
48	85318000	OUTROS APARELHOS ELETR.DE SINALIZACAO ACUSTICA/VISUAL	55.299	0,06	17	--	--	--	--
49	27132000	BETUME DE PETROLEO	54.170	0,06	193.030	582.761	1,38	2.735.720	-90,70

(Conclusão)

Secretaria de Comércio Exterior			EXPORTAÇÃO BRASILEIRA CAMARÕES PRINCIPAIS PRODUTOS					PPEXP DEZ - 2017	
Ord	NCM	Descrição	2017 (JAN/DEZ)			2016 (JAN/DEZ)			Var. rel US\$ 2017/2016 JAN-DEZ
			Valor US\$ FOB	Part %	Peso Kg	Valor US\$ FOB	Part %	Peso Kg	
TOTAL GERAL			93.465.654	100,00	336.217.095	42.167.150	100,00	185.242.014	121,66
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS			93.272.909	99,79	336.184.741	39.785.933	94,35	183.054.160	134,44
50	02064900	OUTRAS MIUDEZAS COMESTIVEIS DE SUINO, CONGELADAS	52.142	0,06	76.992	213.405	0,51	338.340	-75,57
51	40112090	OUTROS PNEUS NOVOS PARA ONIBUS OU CAMINHÕES	51.224	0,05	15.109	47.304	0,11	14.019	8,29
52	61130000	VESTUÁRIO CONFEC. DE TECIDOS MALHA C/PLÁSTICO/BORRACHA	47.404	0,05	1.919	20.944	0,05	363	126,34
53	84833010	MANEJIS S/ROLAM. MONTADOS C/BRONZES DE METAL ANTIFRÍCÇÃO	40.564	0,04	626	--	--	--	--
54	19053100	BOLACHAS E BISCOITOS ADICION. DE EDULCORANTES	33.007	0,04	19.300	15.204	0,04	9.358	117,09
55	12092900	OUTRAS SEMENTES FORRAGEIRAS, PARA SEMEADURA	30.580	0,03	4.400	13.824	0,03	2.560	121,21
56	59114000	TECIDOS FILTRANTES/ESPessos, UTIL. PRENSAS DE OLEO, ETC.	30.075	0,03	880	23.423	0,06	650	28,40
57	53050090	OUTS. FIB. TÊXTEIS VEG. ESTOPAS, DESPERD. TRAB.	29.566	0,03	23.400	--	--	--	--
58	94035000	MOVEIS DE MADEIRA P/QUARTOS DE DORMIR	28.464	0,03	23.470	75.020	0,18	60.802	-62,06
59	84336090	MAQS. P/LIMPAR/SELECIONAR OVOS E OUTS. PRODS. AGRICOLAS	27.433	0,03	2.166	--	--	--	--
60	40129010	FLAPS PARA PNEUS DE BORRACHA	24.805	0,03	2.157	3.241	--	367	665,35
61	55011000	CABOS DE NAILON OU DE OUTRAS POLIAMIDAS	23.874	0,03	1.468	45.730	0,11	2.936	-47,79
62	35061090	OUTS. PRODS. UTILIZADOS COMO COLAS OU ADESIVOS, PESO<=1KG	23.144	0,02	1.144	--	--	--	--
63	38089192	INSETICIDA A BASE DE CIPERMETRINA/PERMETRINA, OUTRO MODO	22.840	0,02	3.080	--	--	--	--
64	34022000	PREPARAÇÕES TENSOATIVAS, PARA LAVAGEM E LIMPEZA	21.938	0,02	8.478	5.481	0,01	1.620	300,26
65	84306100	MAQS. DE COMPRIMIR/COMPACTAR TERRA, ETC. EXC. AUTOPROPULS.	21.857	0,02	986	15.000	0,04	685	45,71
66	85015310	MOTOR ELETR. CORR. ALTERN. TRIF. 75KW<POT<=7500KW	21.805	0,02	5.209	--	--	--	--
67	84122190	OUTROS MOTORES HIDRAULICOS, DE MOVIMENTO RETILÍNEO	21.330	0,02	313	--	--	--	--
68	02062990	OUTRAS MIUDEZAS COMESTIVEIS DE BOVINO, CONGELADAS	21.051	0,02	26.646	--	--	--	--
69	39251000	RESERVATÓRIOS, CISTERNAS, CUBAS, ETC. DE PLÁSTICOS, CAP>300L	20.025	0,02	3.600	--	--	--	--
70	73081000	PONTES E ELEMENTOS DE PONTES, DE FERRO FUNDIDO/FERRO/ACO	19.501	0,02	689	--	--	--	--
71	84749000	PARTES DE MAQS. E APARS. P/SELECIONAR, ETC. SUBST. MINERAIS	18.717	0,02	560	7.614	0,02	759	145,82
72	94034000	MOVEIS DE MADEIRA P/COZINHAS	18.526	0,02	13.639	23.149	0,05	9.694	-19,97
73	84798999	OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS MECANICOS C/FUNÇÃO PRÓPRIA	17.441	0,02	51	9.200	0,02	350	89,58
74	82159910	COLHERES, GARFOS, CONCHAS, ESCUMADEIRAS, ETC. DE AÇOS INOX.	16.907	0,02	1.055	2.950	--	107	473,12
75	87089990	OUTRAS PARTES E ACESS. P/TRATORES E VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	12.844	0,01	998	13.129	0,03	538	-2,17
76	21069010	OUTRAS PREPARAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE BEBIDAS	12.618	0,01	5.000	--	--	--	--
77	87087010	RODAS DE EIXOS PROPULSOR. S/PARTES, P/"DUMPERS"/TRATORES	12.523	0,01	3.598	859	--	600	--
78	22041010	VINHOS DE UVAS FRESCAS, TIPO CHAMPANHA ("CHAMPAGNE")	12.089	0,01	2.905	--	--	--	--
79	73239300	OUTS. ARTES. DOMÉSTICOS, DE AÇOS INOXIDÁVEIS, E PARTES	11.385	0,01	765	12.635	0,03	711	-9,89
80	84139190	OUTS. PARTES DE BOMBAS P/LÍQUIDOS	11.294	0,01	49	6.185	0,01	12	82,60
81	19053200	WAFFLES E WAFERS	11.060	0,01	5.045	4.405	0,01	1.940	151,08
82	87043190	OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSIVO, CARGA<=5T	10.331	0,01	1.300	--	--	--	--
83	87089200	SILENCIOSOS E TUBOS DE ESCAPE P/TRATORES/VEIC. AUTOMOV.	10.267	0,01	845	141	--	--	--
84	87168000	OUTROS VEÍCULOS NÃO AUTOPROPULSORES	10.080	0,01	9.803	14.219	0,03	14.004	-29,11
85	40159000	OUTS. VESTUÁRIOS E ACESSÓRIOS, DE BORRACHA VULCAN. N/ENDUR	10.080	0,01	580	--	--	--	--
86	85161000	AQUECEDORES ELETR. DE ÁGUA, INCL. DE IMERSÃO, USO DOMÉSTICO	10.037	0,01	466	--	--	--	--
87	84814000	VALVULAS DE SEGURANÇA OU DE ALÍVIO	9.907	0,01	105	225	--	3	--
88	84799090	OUTS. PARTES DE MÁQUINAS E APARS. MECAN. C/FUNÇÃO PRÓPRIA	9.023	--	12	4	--	--	--
89	39241000	SERVÍCIOS DE MESA/OUTS. ARTIGOS MESA/COZINHA, DE PLÁSTICOS	8.808	--	1.407	1.035	--	72	751,01
90	17049020	BOMBONS, CARAMELOS, CONFEITOS E PASTILHAS, SEM CACAU	8.030	--	3.618	--	--	--	--
91	22042100	OUTS. VINHOS, MOSTOS DE UVAS, FERM. IMPED. ALCOOL, RECIPI<=2L	7.476	--	1.749	--	--	--	--
92	87087090	OUTRAS RODAS, SUAS PARTES E ACESS. P/VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	7.279	--	300	1.644	--	215	342,76
93	85122011	FAROIS P/AUTOMÓVEIS E OUTROS CICLOS	7.000	--	164	4.875	0,01	62	43,59
94	68138190	OUTS. GUARNIÇ. P/FREIOS (TRAVÕES)CONT. AMIANTO	6.993	--	237	53.008	0,13	19.188	-86,81
95	34012090	OUTROS SABOES	6.939	--	1.907	--	--	--	--
96	10063019	OUTROS TIPOS DE ARROZ SEMIBRANQUEADO, ETC. PARBOILIZADO	6.837	--	9.000	2.892	--	2.160	136,41
97	39249000	OUTROS ARTIGOS DE HIGIENE OU DE TOUCADOR, DE PLÁSTICO	6.744	--	1.681	22	--	1	--
98	84219999	OUTS. PARTES DE APARS. P/FILTRAR OU DEPURAR LÍQUIDOS, ETC.	6.416	--	222	--	--	--	--
99	76151000	ART. USO DOM. E PART. ESPONJAS, ESFREGAO, LUVA. P/LIM. ALU.	6.408	--	714	6.033	0,01	401	6,22
100	82152000	OUTS. SORTIDOS DE COLHER, GARFO, CONCHA, ETC. DE MET. COMUNS	6.348	--	524	1.753	--	84	262,12
DEMAIS PRODUTOS			192.745	0,21	32.354	2.381.217	5,65	2.187.854	-91,91

Fonte: (BRASIL, 2018)

Gráfico 10 - Comércio entre Brasil e Camarões



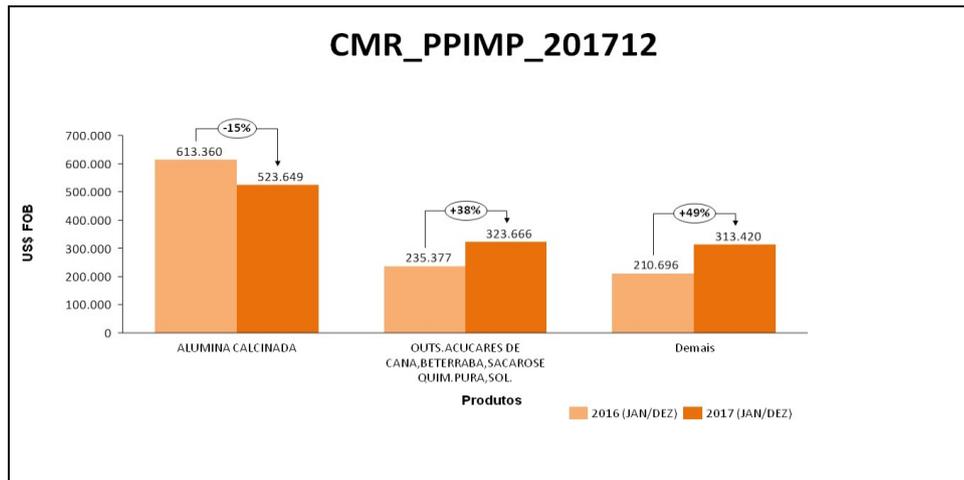
Fonte: (BRASIL, 2018)

Tabela 5 – Comércio entre Brasil e Camarões

Secretaria de Comércio Exterior		IMPORTAÇÃO BRASILEIRA CAMARÕES PRINCIPAIS PRODUTOS						PPIMP	
		2017 (JAN/DEZ)			2016 (JAN/DEZ)			DEZ - 2017	
Ord	NCM	Descrição	Valor US\$ FOB	Part %	Peso Kg	Valor US\$ FOB	Part %	Peso Kg	Var. rel US\$ 2017/2016 JAN-DEZ
TOTAL GERAL			1.160.735	100,00	284.439	1.059.433	100,00	353.963	9,56
TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS			1.160.735	100,00	284.439	1.059.433	100,00	353.963	9,56
1	44089090	FOLHAS P/FOLHEAD. ETC. DE OUTS. MADEIRAS	523.649	45,11	121.654	613.360	57,90	140.751	-14,63
2	44089010	FOLHAS P/FOLHEAD. ETC. DE OUTS. MAD. ESTRATIF.	323.666	27,88	67.282	235.377	22,22	51.735	37,51
3	44083910	FOLHAS DE MADEIRA, DE CEDRO, ESPESSURA<=6MM	153.466	13,22	36.837	--	--	--	--
4	40012990	BORRACHA NATURAL EM OUTRAS FORMAS	135.038	11,63	57.960	78.316	7,39	55.440	72,43
5	90318099	OUTS. INSTRUMENTOS, APARELHOS E MAQS. DE MEDIDA/CONTROLE	7.805	0,67	1	--	--	--	--
6	85423120	MICROPROCESSADORES MONT. P/SUPERF.(SMD)	6.331	0,55	1	--	--	--	--
7	90292020	ESTROBOSCOPIOS	2.798	0,24	8	--	--	--	--
8	12119090	OUTRAS PLANTAS E PARTES, P/PERFUMARIA, MEDICINA E SEMELHS	2.624	0,23	187	4.935	0,47	30	-46,83
9	84835090	VOLANTES E OUTRAS POLIAS	1.928	0,17	42	157	0,01	4	--
10	85423939	OUTROS CIRCUITOS INTEGRADOS MONOLÍTICOS	920	0,08	1	--	--	--	--
11	83062900	OUTRAS ESTATUETAS/OBJETOS DE ORNAMENT. DE METAIS COMUNS	880	0,08	83	--	--	--	--
12	85044090	OUTROS CONVERSORES ELETRICOS ESTATICOS	440	0,04	2	--	--	--	--
13	44201000	ESTATUETAS E OUTROS OBJETOS, DE MADEIRA, P/ORNAMENTACAO	326	0,03	156	--	--	--	--
14	82057000	TORNOS DE APERTAR, SARGENTOS E SEMELH. DE METAIS COMUNS	312	0,03	202	--	--	--	--
15	39269069	OUTS. ANEIS DE SECAO TRANVERSAL CIRCULAR, DE PLASTICO	201	0,02	3	--	--	--	--
16	85065010	PILHAS/BATERIAS ELETR. DE LITIO, VOL<=300CM3	177	0,02	--	--	--	--	--
17	84716052	TECLADOS P/MAQUINAS AUTOMAT. PROC. DADOS	88	--	--	--	--	--	--
18	65069900	CHAPEUS E OUTROS ARTEFS. DE OUTROS MATERIAS, EXC. DE MALHA	50	--	19	--	--	--	--
19	96019000	OUTRAS MATERIAS ANIMAIS P/ENTALHAR, TRABALHADOS E OBRAS	19	--	1	--	--	--	--
20	84717029	OUTRAS UNIDADES DE DISCOS OPTICOS	9	--	--	--	--	--	--
21	84879000	PARTS. OUTS. MÃQS. APARS. S/CONEXÃO ELÉTR. ETC.	8	--	--	--	--	--	--
22	40011000	LATEX DE BORRACHA NATURAL, MESMO PRE-VULCANIZADO	--	--	--	109.143	10,30	105.500	-100,00
23	44079990	OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS, ETC. ESP>6MM	--	--	--	10.856	1,02	386	-100,00
24	90019010	OUTRAS LENTES N/MONTADAS	--	--	--	4.813	0,45	108	-100,00
25	85365090	OUTS. INTERRUPTORES, ETC. DE CIRCUITOS ELETR. P/TENSAO<=1KV	--	--	--	875	0,08	--	-100,00
26	85444200	OUTS. COND. ELÉTR. TEN. <=100V, C/PEÇAS DE CONEXÃO	--	--	--	447	0,04	4	-100,00
27	84733099	OUTRAS PARTES E ACESS. P/MAQUINAS AUTOMAT. PROC. DADOS	--	--	--	348	0,03	1	-100,00
28	85049040	PARTES DE CONVERSORES ELETRICOS ESTATICOS	--	--	--	299	0,03	1	-100,00
29	90251990	OUTROS TERMOMETROS E PIROMETROS	--	--	--	169	0,02	1	-100,00
30	84733041	PLACAS-MAE MONTAD. P/MAQS. PROC. DADOS (CIRCUITO IMPRESSO)	--	--	--	129	0,01	1	-100,00
31	85411022	DIODOS MONTADOS P/MONTAG.SUPERF. INTENSID. CORRENTE<=3A	--	--	--	119	0,01	--	-100,00
32	85322410	OUTS. CONDENSADORES FIXOS C/DIELETR. CERAM. MONTAG.SUPERF.	--	--	--	88	--	1	-100,00
33	40169300	JUNTAS, GAXETAS, SEMELHS. DE BORRACHA VULCAN. N/ENDURECIDA	--	--	--	2	--	--	-100,00
DEMAIS PRODUTOS			-	0,00	-	-	0,00	-	--

(Fonte: BRASIL, 2018)

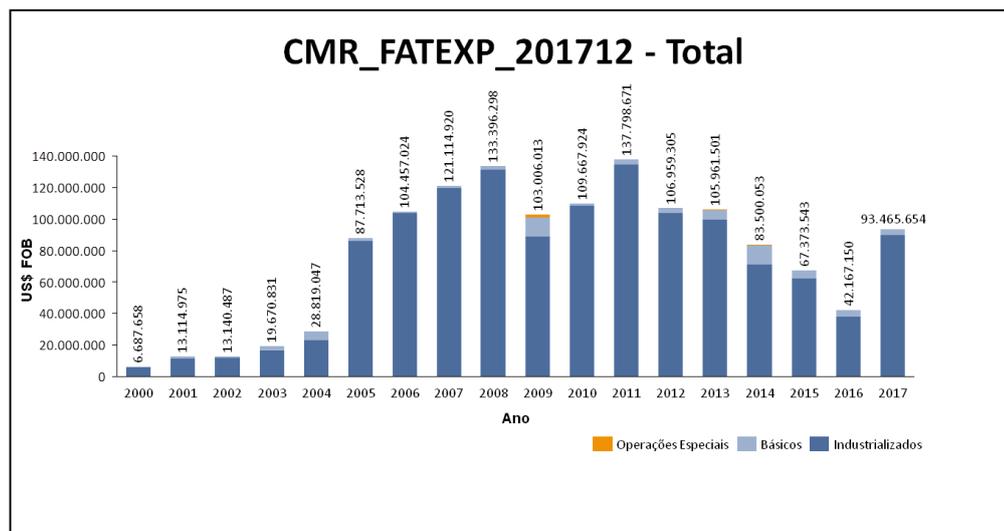
Gráfico 11 - Comércio entre Brasil e Camarões.



Fonte: (BRASIL, 2018)

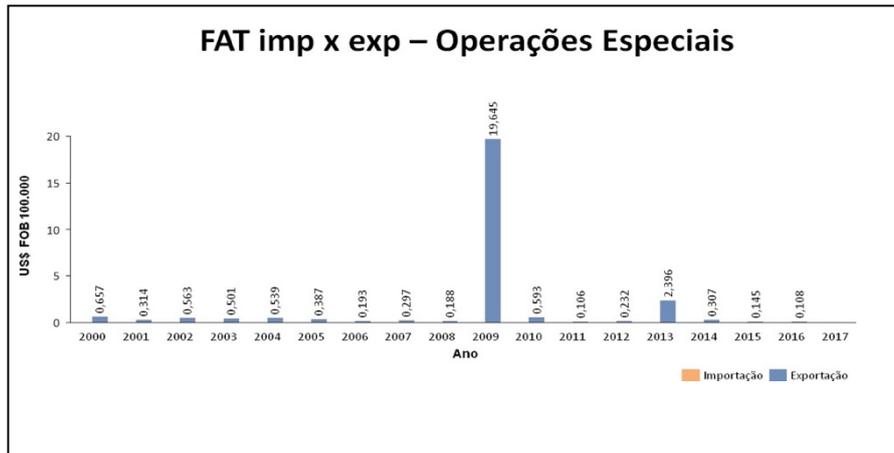
Com isso, se compararmos o fator exportação e importação do Brasil em relação a Camarões, podemos perceber que o Brasil oferece mais produtos aquele país do que recebe, entretanto, a movimentação econômica está configurada em ambas as partes.

Gráfico 12 - Comércio entre Brasil e Camarões: operações especiais



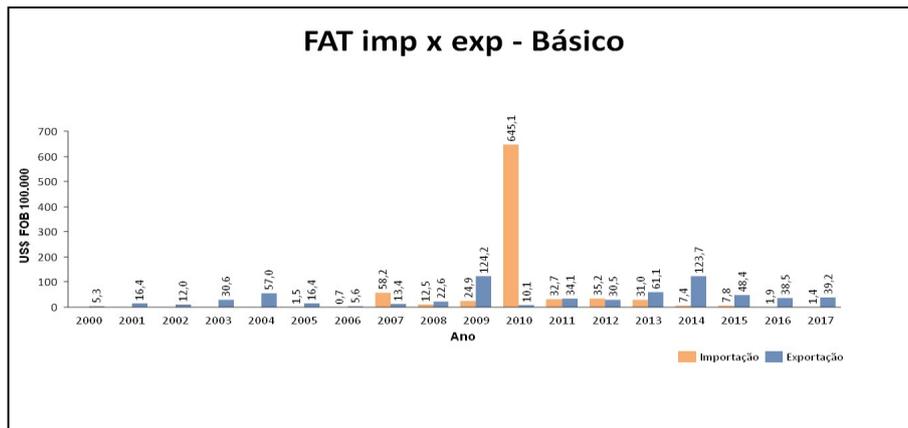
Fonte: (BRASIL, 2018)

Gráfico 13 - Comércio entre Brasil e Camarões: operações especiais



Fonte: (BRASIL, 2018)

Gráfico 14 – Comércio entre Brasil e Camarões: básico



Fonte: (BRASIL, 2018)

Gráfico 15 - Comércio entre Brasil e Camarões



Fonte: (BRASIL, 2018)

De acordo com o apresentado, Brasil e Camarões estabeleceram ao longo dos anos diversas parcerias nas áreas geopolítica e econômica, criando mecanismos para aprimorarem e estreitarem as suas relações ao se influenciarem mutuamente em setores financeiros, por exemplo, viabilizando a cooperação entre esses países.

Como apontado no primeiro capítulo, o Atlântico Sul é o principal local de comércio internacional brasileiro e, de acordo com a PND e a END, a África, o Caribe, a Antártida e a América do Sul são partes do entorno estratégico brasileiro e a cooperação com a África litorânea permitirá a integração do Atlântico Sul, que funcionará como espaço fundamental para a segurança e a defesa, tendo em vista que o oceano liga os dois continentes e permite intercâmbios e controle do tráfego no local.

Camarões é a sede do Centro Regional de Controle (CIC), órgão multilateral – que tem o propósito de coordenar as atividades de segurança marítima da região do Golfo da Guiné –, possui Forças Armadas composta pela Marinha, Exército e Aeronáutica, com bases localizadas nas cidades como Garoua, Yaoundé, Douala e Bamenda, com cerca de 14.200 homens, sendo que desses 12.500 pertencem ao exército, 1.300 a Marinha e os 400 restantes a Aeronáutica, além disso, 9000 pessoas são responsáveis pelo policiamento e controle da região, garantindo a soberania nacional (BRASIL, 2015).

As parcerias entre essas nações amigas são diversas. No Exército, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) recebe alunos para formação de cadetes⁷⁴ e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME)⁷⁵ realiza Exercícios de Terrenos com oficiais de Camarões. Na Marinha, o navio-patrolha Araguari passou por diversos países africanos para realizar exercícios conjuntos e treinamentos, incluindo o porto de Doula em Camarões⁷⁶. O ministro da Defesa brasileiro recebeu em 2015, na 10ª LAAD Defence & Security, o ministro da Defesa de Camarões para fortalecer a cooperação na área de defesa⁷⁷.

⁷⁴ Em 2017, 465 cadetes receberam o espadim das mãos de seus respectivos padrinhos, em formatura no Pátio Tenente Moura. Além de jovens de várias partes do Brasil, também foram entregues espadins a cadetes de cinco nações amigas: Camarões (BRASIL, [s.d.]).

⁷⁵ Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), escola de mais alto nível do exército Brasileiro, realiza (...) a Fase ECEME do Exercício no Terreno de Operações Táticas (...) oficiais das nações amigas, oriundos (...) Camarões (...) (WILTGEN, 2017).

⁷⁶ Marinha do Brasil já conta com o terceiro e último dos navios-patrolha oceânicos (NPaOc) adquiridos junto à BAE Systems, no Reino Unido (...) foram feitas escalas em Lisboa (Portugal); e nos portos africanos de Mindelo (Cabo Verde), Lagos (Nigéria), Douala (Camarões) (BRASIL, 2012d).

⁷⁷ Nos dois primeiros dias (14 e 15 de abril) da 10ª LAAD Defence & Security – maior feira da América Latina do setor –, o ministro da Defesa, Jaques Wagner, cumpriu agenda de compromissos que incluiu diversas reuniões bilaterais (...). Os encontros serviram para fortalecer a cooperação na área de defesa entre o Brasil e as nações-amigas (BRASIL, 2015).

No contexto de parcerias bilaterais, o Brasil, por meio da Marinha, iniciou projeto para fortificar esses países em 2014. Foram realizadas viagens oficiais com seus representantes, de acordo com os anexos, permitindo a negociação de frentes de cooperação para que o Brasil fornecesse subsídios para crescimento e fortalecimento de Camarões, contribuindo para o crescimento a médio e longo prazo do poderio brasileiro, robustecendo, assim, o entorno estratégico local.

O convite em anexo, realizado por meio do Estado Maior da Armada ao Contra-Almirante Jean Mendonça, faz referência ao plano de cooperação para 2018 e 2019, que refletirá também nos anos seguintes, isso porque na reunião de cooperação bilateral, ambos os lados discutiram o incremento da Consciência Situacional Marítima (CSM), apoio técnico e formação e treinamento de pessoal.

Esse engajamento produzirá efeitos com a doação do sistema SISTRM IV como sistema de gerenciamento de tráfego marítimo no Centro de Operações Marítimas (MOC, em inglês) de Camarões e no Centro Multinacional de Cooperação (CMC), convites para Cursos e Estágios do Ensino Naval destinados a Pessoal Extra Marinha (CENPEM), curso baseado no Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM), permitindo a expansão e domínio do entorno estratégico brasileiro.

De acordo com a entrevista em anexo, realizada com o Capitão de Mar e Guerra Emilson Paiva de Faria do Departamento de Relações Internacionais, o incentivo da cooperação das Marinhas do Brasil e de Camarões seria um privilégio por contribuir para a elevação da segurança marítima no Golfo da Guiné, local em que se configura pirataria marítima e roubo armado nos navios, além de viabilizar que a África ocidental possua capacidade para garantir a soberania nacional nas suas águas jurisdicionais, aproximando ainda os países da região.

Dessa forma, a cooperação entre as marinhas de Camarões e do Brasil, ainda que incipiente, é promissora e foi recebida com receptividade pelas partes envolvidas, podendo permitir efeitos significativos nas áreas de segurança e defesa com desdobramento das atividades no Golfo da Guiné e na interligação da América do Sul, especificamente o Brasil, com a África por meio do Atlântico Sul.

O segundo capítulo pretendeu ressaltar o vínculo histórico do Brasil com a África, especificamente tratando da bilateralidade entre Brasil e Camarões por meio da cooperação. Ressaltaram-se as parcerias entre os dois países que resultam em impactos nas áreas econômica, política, de segurança e de Defesa, por exemplo. Também foi abordado como essas parcerias auxiliarão uma maior projeção do Atlântico Sul no cenário internacional, por ser essa área de interesse e com concentração de riquezas. Ademais, o acordo entre as marinhas de Camarões e

do Brasil é a exteriorização da vontade bilateral de países para o fortalecimento regional e controle do tráfego marítimo, culminando na produção de pessoal e material para salvaguarda da região.

Com isso, o próximo e último capítulo – A ZOPACAS e a Teoria da Interdependência – funcionará como vínculo entre os dois outros capítulos, já que a cooperação existente entre Brasil e Camarões é fruto de estudo de parceria e, como será demonstrado, a ZOPACAS, possibilitará esse intercâmbio, colaborando para projeção elevada do Brasil no cenário internacional, já que acontecimentos de um determinado Estado influenciará em outro, tratando-se de um mundo globalizado.

3. A ZOPACAS E A TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA

*“Não é propriamente o mar que é imenso,
mas a nossa insignificância diante dele”.*
Carlos Drummond de Andrade

3.1. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

O Oceano Atlântico, denominado inicialmente por *Mare Atlanticum*, representado em livros de história, científicos e cartas marítimas, separa, a Oeste, a Europa e a África Leste das Américas. A linha do Equador estabelece a divisão norte e sul: ao norte, está ligado ao Oceano Ártico e ao sul, ao Oceano Antártico. À Sudoeste faz divisa com o Oceano Pacífico, e à Sudeste com o Oceano Índico. Como explica Viegas Filho:

Situado praticamente entre a América do Sul e o continente africano, o Atlântico Sul tem uma importância vital nas relações e comunicações entre os dois continentes. Além disso, é através dele que se estendem as linhas de comunicação mais meridionais do Ocidente, constituindo a via natural das ligações marítimas dos países que banha e dos portos do Atlântico Norte com o Pacífico, pelo Cabo Horn, e com o Índico, pelo contorno do extremo sul do continente africano (2016, p. 19).

Historicamente, podemos perceber que, com a expansão europeia no séc. XVI, o Oceano Atlântico ocupou papel de destaque para o estabelecimento das potências imperiais europeias, redefinindo os conceitos traçados sobre o mar desde a Antiguidade. Nesta época, por desconhecimento das áreas longínquas, sinalizava a existência de monstros, abismos e grande porção de água, passando a ser de vital importância para a obtenção de informações relativas ao Novo Mundo⁷⁸.

Contudo, ainda assim, o Oceano Atlântico não foi imediatamente incluído nos mapas por diversos cartógrafos daquele tempo, mesmo proporcionando mudanças na massa oceânica (LOIS; GARCIA, 2009). Foram os cartógrafos portugueses os primeiros a descreverem o novo

⁷⁸ Termo que se refere às nações do hemisfério Ocidental que foram colonizadas e povoadas muito tempo depois do hemisfério Oriental (MOYA, 2009).

ambiente marítimo com contornos cartográficos e políticos próprios, por acreditarem em um triângulo entre o Equador, o Trópico de Capricórnio e o Círculo Polar.

Ressalta-se que, apenas no século XIX, os cartógrafos da majestade britânica, no ápice da corrida interimperial europeia, solidificaram a formalização do Oceano Atlântico em seus mapas, cujo intuito principal da inserção era o de projetar a supremacia dos britânicos nos mares ocidentais, correspondendo, portanto, a expressão de domínio, controle e conhecimento da área, conforme afirma Pimentel:

O *Mare Atlanticum* ganhou diferentes contornos cartográficos e políticos, nas mentes dos exploradores portugueses, espanhóis, neerlandeses, britânicos e franceses, cujos interesses se entrecruzavam na longa faixa oceânica atlântica, gerando uma rica confluência que moldaram lentamente a imagem geoestratégica desse oceano. Mais especificamente, a subdivisão do Atlântico Sul começa a surgir no século XVI, pelas mãos de cartógrafos portugueses que vislumbavam o triângulo entre o Equador, o Trópico de Capricórnio e o Círculo Polar como um condomínio exclusivo da coroa lusa. A consagração da figura do *South Atlantic* seria posteriormente consolidada, no século XIX, no auge da corrida interimperial europeia (2013, p. 115).

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial (SGM) em 1945, o Atlântico Sul ganhou evidência por configurar ambiente estratégico de comunicação marítima, com rotas de comércio e intenso tráfego. Para aumentar a segurança na região, o Brasil, devido à sua posição geográfica meridional, mesmo com as suas limitações de equipamento adequado para combate, instituiu a Força Naval do Nordeste⁷⁹, participando do conflito europeu.

Por meio da missão da Marinha do Brasil no conflito armado, o país patrulhou essa área marítima e protegeu os comboios de navios mercantes que trafegavam entre o Mar do Caribe e o litoral sul brasileiro de possíveis ataques de submarinos e navios corsários germânicos e italianos. Na sequência, recebeu apoio dos Estados Unidos da América com materiais e armamentos apropriados, fortalecendo sua atuação em força conjunta na guerra em desfavor do submarino.

A missão da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi patrulhar o Atlântico Sul e proteger os comboios de navios mercantes que trafegavam entre o Mar do Caribe e o nosso litoral sul contra a ação dos submarinos e navios corsários germânicos e italianos. A

⁷⁹ A criação da Força Naval do Nordeste, pelo Aviso n o 1.661, de 5 de outubro de 1942, foi parte de um rápido e intenso processo de reorganização das nossas forças navais para adequar-se à situação de conflito. Sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Alfredo Carlos Soares Dutra, a recém-criada força foi inicialmente composta pelos seguintes navios: Cruzadores Bahia e Rio Grande do Sul, Navios Mineiros Carioca, Caravelas, Camaquã e Cabedelo (posteriormente reclassificados como corvetas) e os caça-submarinos Guaporé e Gurupi (BRASIL, 2006).

capacidade de combate da Marinha do Brasil no alvorecer do conflito era modesta se comparada com as grandes Esquadras em luta no Atlântico Norte e no Pacífico (BRASIL, 2006, p. 154).

Nos anos posteriores à SGM, o Atlântico Sul, apesar de não ter a sua visibilidade se intensificado mais no eixo sul-sul, foi palco de iniciativas de cooperação no que se refere à segurança, estimuladas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) por intermédio da Junta Interamericana de Defesa (JID)⁸⁰, que, por sua função, se preocupava com os movimentos comunistas, por estar relacionada a cuidados com assuntos voltados para temas da área militar e de defesa no Hemisfério Ocidental.

MISSÃO: Fornecer à OEA e aos seus Estados membros consultoria técnica e consultiva, bem como serviços educacionais de alto nível, em questões militares, de defesa e assuntos conexos, com ampla cobertura e inovação constante para antecipar as necessidades do Hemisfério, com especial atenção para os estados mais vulneráveis; executar o trabalho dentro do seu escopo de competência; contribuir para gerar cooperação e confiança na região; igualmente, facilitar as relações entre as diferentes organizações internacionais de natureza similar⁸¹ (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2017, p. 2, tradução nossa).

Nessa conjunção de acontecimentos, surgiram os exercícios navais UNITAS⁸², que passaram a ser realizados periodicamente por diversas armadas latino-americanas, com apoio dos Estados Unidos da América, com o intuito de proporcionar interação e interoperabilidade em toda América. Se caracteriza como sum treinamento militar entre marinheiros de países dessa região, cuja base de esforços está voltada para a solidariedade e a defesa.

Além disso, em 1967, foi formada a Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS) para monitoramento do tráfego marítimo continental na zona em evidência, que monitora uma área de 32 milhões de Km². A entidade possui um coordenador, responsável por perpetuar a missão

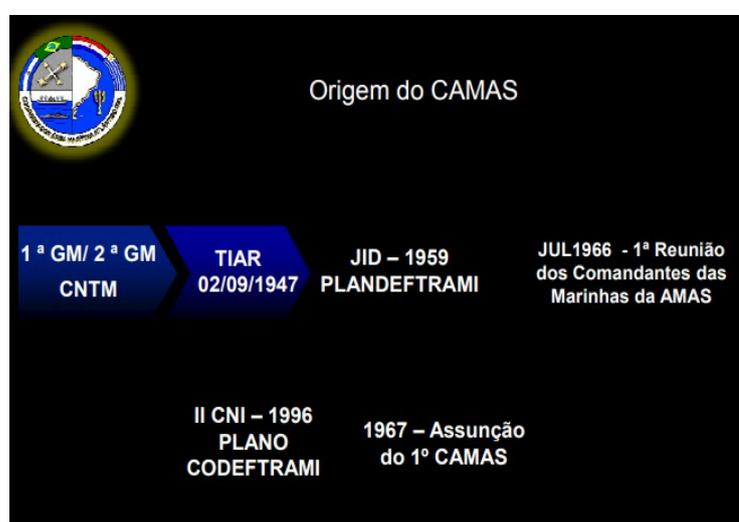
⁸⁰ Criada em 30 de março de 1942, a Junta Interamericana de Defesa (JID) é a organização regional de defesa mais antiga do mundo. Seu principal propósito é prestar à Organização dos Estados Americanos (OEA) e a seus Estados membros serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em assuntos relacionados a temas militares e de defesa no Hemisfério, a fim de contribuir para o cumprimento da Carta da OEA. A JID goza de autonomia técnica para cumprir o propósito e atribuições constantes de seu Estatuto, levando em conta os mandatos da Assembleia Geral da OEA, da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA e do Conselho Permanente da OEA. Atualmente, possui 28 Estados Membros e sua estrutura é composta pelo Conselho de Delegados, pela Secretaria e pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID), reunindo representantes civis e militares dos diversos países americanos.

⁸¹ *MISIÓN: Proveer a la OEA y a sus Estados Miembros asesoramiento técnico y consultivo, así como servicios educativos de alto nivel, en temas militares, de defensa y asuntos conexos, con amplia cobertura y constante innovación para anticiparnos a las necesidades del Hemisferio, con especial atención a los Estados más vulnerables; realizar trabajos dentro de su ámbito de competencia; contribuir a generar cooperación y confianza en la región; asimismo, facilitar la relaciones entre los diferentes organismos internacionales de naturaleza similar* (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2017, p. 2).

⁸² A UNITAS é um exercício anual e multi-nacional realizado na área de responsabilidade da 4ª Frota da US Navy e visa a cooperação e interoperabilidade entre as marinhas participantes.

e que garante o êxito nas atividades e iniciativas de cooperação, voltando as suas ações para a direção, o controle e a proteção do tráfego, contribuindo para a segurança das Linhas de Comunicação Marítimas. Esse sistema permite o compartilhamento de informações para a Segurança Marítima, viabilizando a troca de informações, compartilhamento de mensagens com dados de navios mercantes, integração de sistemas, um centro Regional do Tráfego Marítimo da AMAS e o sistema Criptográfico Átria, proporcionando a vigilância, a detecção, a identificação e classificação, otimizando os recursos provenientes do Poder Naval.

Figura 5 - Sobre o CAMAS



Fonte: (CAMAS, 2016)

Figura 6 - Sobre o CAMAS



Fonte: (CAMAS, 2016)

Na sequência de criação de iniciativas que asseguram um maior controle marítimo da região, a África do Sul liderou, inicialmente, uma proposta de criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), em 1966 – uma organização sul-atlântica nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁸³ –, empenhando esforços para atrair o Brasil, Argentina e Chile para o novo tratado militar. Sua motivação se apresentava como esforço de diplomacia para tentar barrar e romper com o crescente isolamento a que o país estava sendo subjugado pela comunidade internacional. A iniciativa, entretanto, não avançou por falta de apoio, conforme explica Penna Filho:

Como parte integrante da ofensiva diplomática sul-africana da *outward policy*, lançada pelo primeiro ministro sul-africano Voster, em 1966, Pretória tentou atrair o Brasil, a Argentina e o Chile para a constituição de um tratado militar voltado para a defesa do Atlântico Sul. A iniciativa sul-africana foi um complemento do esforço de sua diplomacia para tentar barrar e mesmo romper o crescente isolamento a que o país estava sendo submetido pela comunidade internacional, sobretudo pela pressão dos países africanos, asiáticos e socialistas no âmbito das Nações Unidas (2003, p.3).

Em 1977, o Uruguai retomou a discussão para estabelecimento da OTAS, com o discurso de promoção da defesa do hemisfério Sul contra a expansão comunista, inserindo os EUA e Londres, que por sua vez não viam com bons olhos a projeção militar de países na região. O acordo foi negado pelo governo brasileiro, que não entendia ser interessante a aproximação com o regime sul-africano. Dada à falta de condições para o devido funcionamento, a organização foi perdendo força e não perdurou.

A proposta de uma organização sul-atlântica de defesa foi colocada em pauta novamente em 1977 pelo comandante da marinha uruguaia. A organização que deveria ser conhecida como Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), seguiria o modelo da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). O governo brasileiro, na ocasião, refutou a proposta uruguaia (PEREIRA, 2013).

Apesar de optar por não dar suporte à OTAS, o Brasil demonstrou constante interesse no Atlântico Sul, por observar a carência do ambiente que sofria com ameaças soviéticas⁸⁴ no

⁸³ O limite meridional da OTAN é determinado pelo Trópico de Câncer. O limite oriental da “zona de segurança” do texto em vigor do TIAR é determinado, no Atlântico Sul, pelo meridiano que passa a 24° de latitude oeste (VIEGAS FILHO, 2016).

⁸⁴ Almirante Harry Train II, atual comandante supremo das Forças Navais Aliadas no Atlântico, perante o 4º Simpósio Internacional sobre Poder Marítimo (Newport, Rhode Island, julho de 1981): O expansionismo soviético no Oceano Índico e no Atlântico Sul causa grande impacto entre nós... Estamos perfeitamente cientes de que os soviéticos vêm operando (no Atlântico Sul) durante os últimos dez anos com frequência cada dia maior, a partir de pontos de apoio na África Ocidental. O almirante Hayward, da Marinha dos EUA, identificou

contexto final da Guerra Fria. Esse empenho funcionava como estratégia de inserção internacional brasileira que, durante a década de 70, pleiteou a expansão do Mar Territorial para 200 milhas, o que provocaria impactos na economia e na defesa e ampliariam a soberania do país. Ressalta-se que, embora a presença naval soviética no Atlântico Sul tenha crescido nesse período, nem os EUA nem a URSS possuíam bases nessa parte do Oceano.

Durante a década de 1970, outro evento marca a importância do Atlântico Sul para a política externa brasileira: o pleito da diplomacia nacional, em favor da expansão dos limites ultramarinos do país, objetivo concretizado em 1970 por meio do decreto-lei 1098, que expandiu para 200 milhas o mar territorial brasileiro (PIMENTEL, 2016, p. 7).

Com a impossibilidade da implantação da OTAS, o Brasil, permanecia preocupado e atraído pelas questões relacionadas ao Atlântico Sul e tratava a região como prioritária por considerá-la como parte do espaço geográfico imediato e como o meio que permite o desenvolvimento do país no estabelecimento, em sua grande parte, da relação brasileira com o mundo.

Para o Brasil, o Atlântico Sul é uma região prioritária, pois faz parte de nosso espaço geográfico imediato e é o meio de circulação através do qual se desenvolvem nossas relações com o mundo. Nossos interesses nele são diretos e imediatos, enquanto que, do ponto

de vista das superpotências, como já foi assinalado, a área apresenta importância secundária e derivada de suas preocupações estratégicas globais (VIEGAS FILHO, 2016, p. 99)

Dessa forma, o Brasil iniciou a articulação entre os países costeiros dessa região para uma nova organização, voltada para princípios relacionados à paz e à cooperação nesse ambiente, formulando proposta da criação da ZOPACAS e obtendo apoio dos países litorâneos. Assim, em 1986, com a Resolução 41/11 aprovada pela Assembleia das Nações Unidas, foi criado esse instrumento, com voto contrário de Washington, como pode-se ver abaixo:

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi estabelecida em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Desde 1986, a Assembleia-Geral aprovou 22 resoluções sobre ZOPACAS. A resolução mais recente foi adotada em 2015 e enfatizou o papel da ZOPACAS como fórum para interação crescente e apoio mútuo entre os Estados do Atlântico Sul (BRASIL, 2010b, [s.n.]).

E ainda:

também, nesse mesmo Simpósio, o Atlântico Sul como a “área marítima que encerra maiores possibilidades de servir de palco a confrontações (VIEGAS FILHO, 2016, p. 35).

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que surge como uma tentativa de supressão da presença de armamento nuclear na região, bem de como estabelecer mecanismos de cooperação em diversos âmbitos entre os países a se tornarem membros. Cabe ressaltar que o contexto em que esse processo se desenvolve é o de conflito no Atlântico Sul. A Guerra das Malvinas enfraquecia a Argentina, um dos três grandes países com projeção de poder como Brasil e África do Sul. Além disso, a década em questão era de transição política – muitos Estados passavam por um período de redemocratização (SOUZA et al, 2016, p. 5).

Essa proposta foi baseada na tese do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (IRBr) do então Conselheiro José Viegas Filho, aprovada no ano de 1982 pela banca examinadora do V CAE que afirmava ser este tema relevante e de interesse de pesquisa para as relações internacionais e política externa brasileira. Desta forma, propôs um Tratado de Cooperação do Atlântico Sul, afirmando a diplomacia brasileira ao realizar contribuição ao multilateralismo e aos propósitos de paz e segurança internacional.

A Segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África, tese do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (IRBr) do então Conselheiro José Viegas Filho, aprovada no ano de 1982 pela Banca Examinadora do V CAE. Trata-se de obra de reconhecido mérito e referência para pesquisas sobre tema de permanente interesse para as relações internacionais e a política externa brasileira. O trabalho não apenas apresenta análise acurada da questão da segurança marítima nas fronteiras do Brasil, na ótica brasileira à época da Guerra Fria, como é também complementado por proposta de criação de um Tratado de Cooperação do Atlântico Sul (VIEGAS FILHO, 2016, p. 5).

Na década de 80, o Brasil possuía quatro eixos principais⁸⁵ de interesse no Atlântico Sul que envolviam as rotas marítimas de visibilidade do país, sendo que o Arquipélago de Cabo Verde, o Cabo da Boa Esperança, Cano Horn e Estreito de Magalhães, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e as áreas do Estuário do Prata eram consideradas áreas críticas para a o tráfego marítimo⁸⁶. Na época, para o Brasil, algumas regiões mereciam destaque, são elas:

⁸⁵ a) o continental costeiro, ao longo do qual se desloca a navegação de cabotagem e o tráfego interamericano, de Bahía Blanca até os EUA; b) o eixo na direção da África Ocidental, a caminho de Angola e do Golfo da Guiné; c) o eixo na direção do Norte da Europa e do Mediterrâneo; e d) o eixo na direção da África do Sul, a caminho do Golfo Pérsico, do Índico e da Ásia (VIEGAS FILHO, 2016, p. 23).

⁸⁶ As rotas marítimas apresentadas anteriormente estabelecem, no Atlântico Sul, as seguintes áreas focais para o tráfego marítimo, apresentadas no sentido dos ponteiros do relógio: • Área do Estreito de Drake • Área de Bahía Blanca • Área do Estuário do Prata • Área Vitória-Santos • Área do Saliente do Nordeste Brasileiro • Área do Estuário Amazônico • Área de Trinidad • Área Cabo Verde-Dacar • Área do Golfo da Guiné • Área do Cabo da Boa Esperança (VIEGAS FILHO, 2016, p. 24).

- a) o polígono de concentração industrial, representativo da maior parcela do potencial nacional;
- b) as de atividades de exploração de petróleo na plataforma continental, sobretudo na costa do estado do Rio de Janeiro;
- c) os complexos portuários e as instalações de apoio e reparo relacionados com as atividades marítimas, localizadas principalmente no Rio Grande, Porto Alegre, Santos, Rio de Janeiro e na Baía de Todos os Santos
- d) os terminais petrolíferos e as refinarias de petróleo localizadas nas proximidades do litoral; e
- e) as bases navais brasileiras situadas no Rio de Janeiro, São Pedro da Aldeia, Salvador (Aratu), Natal e Belém, além da base aeronaval projetada para a ilha de Trindade. (VIEGAS FILHO, 2016, p. 23- 24).

Além dos fatores referidos, a motivação da criação de uma cooperação no Atlântico Sul fomentada pelo Brasil se deu pela comercialização do petróleo e o volume transacionado na época, nos dois sentidos, que atingiram a ordem de 175 milhões de toneladas, caracterizando crescimento exponencial da frota de navios e atingindo a capacidade de 8,2 milhões de TPB (toneladas por barril) em abril de 1981.

Salienta-se que, pelos fatos anteriormente citados, pode-se perceber que o Brasil articulava uma política para a área e buscava a perpetuação do caráter de instrumento pacífico da região bem como o intercâmbio entre os países em desenvolvimento que margeiam o Atlântico Sul, com aperfeiçoamento e desenvolvimento naval e aeronáutico, possíveis por meio de ações em conjunto para o crescimento econômico, político e estratégicos regional.

Finalmente, para medir os interesses comerciais do Brasil na área, diga-se que 96% de nosso comércio exterior realiza-se por mar. Em 1980, o volume transacionado nos dois sentidos foi de mais de 175 milhões de toneladas. A frota mercante brasileira passou de 857 navios em 1977 para 1472 navios em 1980 e atingiu a capacidade total de 8,2 milhões de TPB em abril de 1981 (VIEGAS FILHO, 2016, p. 26).

Como apontado anteriormente, apesar de o Brasil notabilizar a relevância das rotas comerciais e valorizar a sua atuação naval nessa parte do Oceano, a Marinha atuava na preservação da soberania, para manter o país a salvo das tensões internacionais. Por esta razão, percebe-se uma análise política e não militar, levando em conta as necessidades apresentadas pelos países ribeirinhos e não pelas grandes potências. Entretanto, deu-se a projeção e o domínio naval brasileiros: “foram incorporados à Marinha do Brasil seis novas fragatas, três submarinos, seis navios varredores, cinco navios de patrulha fluvial e nove helicópteros “Sea Lynx” (VIEGAS FILHO, 2016, p. 108).

Além disso, outra razão que motivou o interesse brasileiro na década de 1980 para a criação de uma cooperação no Atlântico Sul foi o elemento econômico, isso porque o comércio

exterior brasileiro estava em constante crescimento e a África se tornava, cada vez mais, uma parceira de destaque e com potencial para formalização de negócios. A parceria resultou na circulação de milhões de reais, por comportar um dos maiores mercados de comércio de petróleo, formalizando, portanto, uma troca de produtos industrializados brasileiros por petróleo africano, o que era positivo para ambas as partes.

Apesar de já ser ele significativo em valor, a característica mais marcante do comércio brasileiro com o grupo africano do Atlântico Sul é a novidade e, por conseguinte, a grande potencialidade que ainda apresenta. Cerca de 90% de nossas exportações em 1981 concentraram-se em quatro dos vinte países do grupo: Nigéria (770 milhões de dólares), Angola (107 milhões), Zaire (78 milhões) e Congo (73 milhões). As importações brasileiras acham-se ainda mais concentradas, pois 98% delas, em 1981, provieram também de quatro países – Nigéria (729 milhões), Gabão (208 milhões), Angola (156 milhões) e Congo (111 milhões) – e o petróleo correspondeu praticamente à totalidade das importações provenientes dos três últimos. Observe-se que o grau de resposta comercial dos nossos fornecedores de petróleo dessa área é consideravelmente maior que no caso do Oriente Médio. O percentual das importações cobertas pelas exportações brasileiras é de 81% no caso dos quatro países referidos (Nigéria, Angola, Congo e Gabão) e de 95% no caso dos três primeiros (VIEGAS FILHO, 2016, p. 113).

Ademais, as intensificações das cooperações técnica, econômica e cultural, constituíam outra forma de intercâmbio e aproximação concreta que atingia interesses mútuos, entre o Brasil e a África. Isso permitiu o aprofundamento dos vínculos por meio da política africana que reforçava a percepção do continente e transparecia a relevância de uma política voltada para o Atlântico Sul.

Assim, com a criação do projeto de dimensão inicial multidimensional, a ZOPACAS foi estabelecida para atingir três grandes áreas de concentração, são elas: a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social e a promoção da paz e da segurança na região, com esforços pela desmilitarização e não militarização do Atlântico Sul.

O Atlântico Sul é considerado um espaço de paz e cooperação, livre de armas de destruição em massa, condição, inclusive, reafirmada por iniciativa brasileira, com a criação, pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Tal fórum teve por objetivo fomentar o diálogo e a cooperação no âmbito dessa região e afirmar a identidade desse espaço geopolítico como zona de paz (GHELLER; GONÇALVES; MELO, 2015, p. 12).

A ZOPACAS foi um marco para os países localizados no eixo Sul-Sul, que conseguiram iniciar parcerias de cooperação, elevando as expectativas de integração sul-

atlântica. Salienta-se que, na década da criação da ZOPACAS, diversas mudanças foram realizadas na política nacional e internacional, como o retorno dos países localizados no Cone Sul à democracia, com afastamento do governo militar, e o fim do regime do Apartheid na África do Sul, firmando uma nova fase para os países da África do Sul.

As expectativas brasileiras com a constituição da ZOPACAS continham os seguintes contornos estratégicos:

i) tentar evitar a possibilidade de militarização do Atlântico Sul, seja por iniciativa da África do Sul, seja por iniciativa de qualquer outro país de fora da área; ii) surgiu em um contexto em que o Brasil começava a colher os frutos de uma aproximação comercial e política com os países da África, sendo que tal iniciativa foi muito bem recebida pelos países africanos que, àquela altura, tinham a África do Sul como inimiga e a percepção de que uma zona desmilitarizada era interessante para todos, ao mesmo tempo em que reforçava os laços políticos e cooperativos entre o Brasil e os países membros da Zona; iii) pela consciência de que o mar se constitui como uma área estratégica para o desenvolvimento e para a segurança do Brasil, pensamento este refletido em todo o esforço realizado pela diplomacia brasileira para ter o reconhecimento dos direitos do país em torno da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental; e iv) foi influenciada, pelo menos parcialmente, pela presença naval britânica no Atlântico Sul e por sua demonstração de força quando da Guerra das Malvinas, além do próprio contexto da Guerra Fria, que ainda persistia. Aliás, neste tópico é importante, inclusive, observar que a Inglaterra acaba sendo, na prática, um ator relevante no Atlântico Sul, uma vez que está presente na região com a posse de ilhas como as Falklands/Malvinas, Tristão da Cunha, Santa Helena e Ascensão – assim como a França acaba sendo um ator a ser considerado no contexto pan-amazônico por estar presente na região com o Departamento da Guiana Francesa (GHELLER; GONÇALVES; MELO, 2015, p. 159).

Baseada na cooperação regional e na manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul, a ZOPACAS é formada por vinte e quatro países. Desses apenas três são sul-americanos e os demais africanos. Desde a formação da Zona, foram realizadas, até o momento, sete reuniões ministeriais nos seguintes locais: Rio de Janeiro (1988), Abuja (1990), Brasília (1994), Somerset West (1996), Buenos Aires (1998), Luanda (2007) e Montevideu (2013).

O Brasil, se comparado com os demais países da ZOPACAS, é composto por uma Marinha solidificada, com recursos e capacidade dissuasória. Em contraste, os países africanos detêm baixo poder naval, com focos de instabilidades, entre eles o litoral da Nigéria que possui grande concentração de petróleo e enfrenta ataques de piratas, o que resulta na insegurança marítima no litoral africano.

O mais problemático é o litoral da Nigéria, país que se projeta internacionalmente por ser considerado emergente e um dos grandes produtores de petróleo no continente africano.

Entretanto, os ataques de piratas não se restringem a esse país. Somente na zona Atlântica, portanto excluindo os frequentes incidentes no Índico, entre 2001 e 2008, verificaram-se ataques em 21 países (GHELLER; GONÇALVES; MELO, 2015, p. 171).

Isso permitiu que grandes potências, localizadas fora da região do Atlântico Sul, ocupassem o espaço marítimo daquela localidade, como é o caso da presença norte-americana no Golfo da Guiné, área com concentração de petróleo. “Isso acaba abrindo espaço para que países de fora da região ocupem espaços e se façam presentes no Atlântico Sul, como é o caso do incremento da presença norte-americana em águas do Golfo da Guiné” (GHELLER; GONÇALVES; MELO, 2015, p. 160).

Por outro lado, como demonstrado, os interesses brasileiros na região perpetuam, e a ZOPACAS possui relativa importância no que diz respeito à exportação brasileira, uma vez que estimula e movimenta o comércio, reforçando as relações bilaterais e geoestratégicas no Atlântico Sul. Fica, portanto, a cargo do Brasil dar suporte aos países liminhos da África, por ter economia valorizada e desenvolvimento, se comparado aos demais países da Zona, conforme se observa nas tabelas abaixo:

Tabela 6 - Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil (2010-2012).

(Em US\$ bilhões)				
Descrição	2010	2011	2012	Δ % 2010-2012
Exportações brasileiras para a Zopacas	24,4	30,8	25,8	5,9
<i>Participação no total do Brasil (%)</i>	<i>12</i>	<i>12</i>	<i>11</i>	<i>n.a.</i>
Importações brasileiras originárias da Zopacas	23,9	29,3	27,6	15,8
<i>Participação no total do Brasil (%)</i>	<i>13</i>	<i>13</i>	<i>12</i>	<i>n.a.</i>
Intercâmbio comercial Brasil-Zopacas	48,3	60,1	53,5	10,8
<i>Participação no total do Brasil (%)</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>10</i>	<i>n.a.</i>
Saldo comercial Brasil-Zopacas	0,6	1,5	-1,8	n.a.

Fonte: (GHELLER; GONÇALVES; MELO, 2015, p. 161)

Um marco na cooperação para o Brasil foi o acordo realizado na Namíbia em 1994, com a formação de quadros na embrionária Marinha namibiana, sendo ampliado em 2011, ano em que a Marinha do Brasil estabeleceu nova cooperação naval, ampliando a relação e oferecendo ao país africano, conforme informam Gheller, Gonçalves e Melo (2015).

Assistência na organização no âmbito naval da República da Namíbia, de um serviço de Patrulha Marítima, embarcações capazes de satisfazer às necessidades navais e assistência no planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações (2015, p. 165).

Outro fator decisivo para o Brasil foi a descoberta do Pré-Sal em 2006, que movimentou a economia local, gerando empregos diretos e indiretos, traçando visibilidade internacional, estimulando o estudo da academia no que se refere à área marítima, dada a grande quantidade de recursos naturais considerados fonte de riqueza energética.

As reservas descobertas na camada pré-sal ao longo da costa, entre o Espírito Santo e Santa Catarina, inseriram o Brasil no mapa geopolítico do petróleo. Este foi um dos fatores, inter alia, que provavelmente levaram o presidente George W. Bush a restaurar a IV Frota, para o Atlântico Sul, sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o terrorismo e a pirataria que ameaça o fluxo do livre comércio nos mares do Caribe e da América do Sul. Porém, o próprio almirante Gary Roughead, chefe de Operações Navais, anunciou [...] que se havia decidido restabelecer a IV Frota, em virtude da imensa importância da segurança marítima no sul do hemisfério (BANDEIRA, 2008, p. 68).

O Atlântico Sul, como demonstrado anteriormente, possui amplo sentido de estímulo na política, na economia e na gestão estratégica para o Brasil e “em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do País” (BRASIL, 2012c, p. 39). Sendo assim, a apresentação da ZOPACAS no âmbito do entorno estratégico brasileiro faz com que medidas para projeção e reconhecimento da Zona venham a ser tomadas, para isso o Brasil permanece constantemente mobilizando pessoal civil e militar, estimulando esforços diplomáticos entre os membros, fortalecendo a presença militar na região e encorajando a inteligência para ações e possíveis ameaças.

3.2. A Teoria da Interdependência no Ambiente Cooperativo

Os diversos acontecimentos econômicos e políticos que surgem no decorrer dos anos influenciam as tomadas de decisões e o *status quo* dos Estados que, para permanecerem estabelecidos e oferecerem solidez aos seus cidadãos, deverão reconhecer e dimensionar a sua capacidade de desempenho para assuntos mundiais. Para tanto, eles se envolvem e criam meios administrativos capazes de fortificar os seus governos ao longo dos anos, colaborando para processos de ataques e segurança.

Isso faz com que os Estados acabem influenciando o comportamento uns dos outros, ainda que sejam soberanos por natureza, a passo que, para se preservarem, eles deverão estar atentos as variadas situações, se propondo rotineiramente a discutir a política mundial de cada época frente à complexidade das relações políticas e econômicas internacionais que envolvem

as diferentes regiões, deixando de lado a tendência isolacionista para a política externa, havendo, portanto, equilíbrio de poder.

Nesse sentido, destacamos que a maximização dos interesses e do poder de cada Estado proporciona a construção da visão de reciprocidade de forma que, a compreensão abrangente dos benefícios do conhecimento do que está acontecendo dentro de cada sociedade, faria crescer o apoio a políticas externas, desenvolvendo a interligação de proveito e valores de diferentes localidades.

Nesse contexto, com o intuito de discutir a política mundial, ora em manutenção, os teóricos Keohane e Nye desenvolvem uma teoria, cujo objetivo era o de discutir o poder, para isso salientaram a promoção de que tanto para a economia, tecnologia ou valores, o mundo se caracterizava por sua natureza interdependente, contudo, até então não se observava essa leitura em intensidade relacionada a essas mudanças.

Diferente dos tradicionalistas e dos realistas que, por meio de uma teoria hegemônica, entre as décadas de 1950 e 1960, se formalizaram como sendo o principal interlocutor de *Power and Interdependence* (Poder e Interdependência), que, de acordo com Keohane e Nye há possibilidade de guerra entre os Estados soberanos e a balança de poder funcionaria como estabilidade do sistema internacional.

A Teoria Realista, desenvolvida por diversos pesquisadores como Carr, Morgenthau, Waltz, Mearsheimer, Krasner, de acordo com Keohane e Nye, integrava três pressupostos para a sua formação são eles: um os estados como unidades coerentes, sendo considerados como os atores dominantes na política mundial, dois os realistas assumem que a força é um instrumento utilizável e eficaz de política e por fim os realistas reconhecem uma hierarquia de questões na política mundial, envolvendo a segurança militar.

Para os realistas políticos, a política internacional, como todas as outras políticas, é uma luta pelo poder, mas, ao contrário da política doméstica, uma luta dominada pela violência organizada. Nas palavras do livro mais influente da pós-guerra: “Toda a história mostra que as nações na política internacional estão continuamente se preparando, estão ativamente envolvidas ou se recuperando da violência organizada sob a forma de guerra”. Três pressupostos são parte integrante da visão realista. Primeiro, os estados como unidades coerentes são os atores dominantes na política mundial. Esta é uma hipótese dupla: os estados são predominantes; e eles atuam como unidades coerentes. Em segundo lugar, os realistas assumem que a força é um instrumento de política utilizável e eficaz. Outros instrumentos também podem ser empregados, mas usar ou ameaçar a força é o meio mais eficaz de exercer o poder. Em terceiro lugar, em parte por sua segunda suposição, os realistas assumem uma hierarquia de questões na política mundial, liderada por questões de segurança militar: a “alta política” da segurança militar

domina a “baixa política” dos assuntos econômicos e sociais ⁸⁷ (KEOHANE; NAYE, 1987, p. 19, tradução nossa).

Embora a estrutura do sistema internacional da época se pautasse, no entendimento realista, para as questões mundiais, podem-se observar discrepâncias. Isso porque, dentre inúmeros fatores o petróleo, produto finito e sujeito a limites de produção, nascido no século XIX e consolidado no século XX como recurso energético, com caráter estratégico mundial é um insumo essencial para importantes atividades econômicas ligadas a indústria e a produção, por isso, ao longo do tempo foi base e alvo para disputas entre Estados e embargos comerciais no que se refere à exploração⁸⁸ do produto.

O petróleo consolidou-se como a principal fonte de energia e o mais importante recurso estratégico do mundo moderno. Sua conturbada trajetória, que acompanha de perto episódios críticos de nossa história recente, é marcada por renhidas disputas por controle e pela alternância entre períodos de escassez e bonança. Apesar da natureza cíclica dos movimentos do petróleo no mercado internacional, identifica-se tendência de consumo claramente ascendente (PIMENTEL, 2011, p. 31).

Em meio ao período de produção e concentração petrolífera, acima demonstrada, havia pouca intervenção estatal de domínio ficando a cargo de empresas privadas realizarem a atividade, contudo, os governos, ao analisarem o fluxo comercial gerado pelas reservas de petróleo, começaram a exteriorizar interesse na produção, fomentando a confecção de leis e regulamentações para o controle estatal da exploração.

Durante a década de 1970 diversas foram as mudanças em que os Estados se envolveram e os EUA, como um dos principais atores, enfrentavam diversas transformações no que diz respeito à política e a economia. Esses fatores correspondem a resposta a Guerra do

⁸⁷ *For political realists, international politics, like all other politics, is a struggle for power but, unlike domestic politics, a struggle dominated by organized violence. In the words of the most influential postwar textbook, “All history shows that nations active in international politics are continuously preparing for, actively involved in, or recovering from organized violence in the form of war.” Three assumptions are integral to the realist vision. First, states as coherent units are the dominant actors in world politics. This is a double assumption: states are predominant; and they act as coherent units. Second, realists assume that force is a usable and effective instrument of policy. Other instruments may also be employed, but using or threatening force is the most effective means of wielding power. Third, partly because of their second assumption, realists assume a hierarchy of issues in world politics, headed by questions of military security: the “high politics” of military security dominates the “low politics” of economic and social affairs (KEOHANE; NAYE, 1987, p.19).*

⁸⁸ Exploração é um termo técnico usado para referir-se à retirada, extração ou obtenção de recursos naturais, geralmente não renováveis, para fins de aproveitamento econômico, pelo seu beneficiamento, transformação e utilização (MINING, 2017).

Vietnã⁸⁹ (1965-1975), a corrida armamentista nuclear⁹⁰, a crise do petróleo⁹¹, o colapso do sistema de Bretton Woods⁹² que estava relacionado as taxas de câmbio vinculantes, a influência das organizações não governamentais⁹³ e dos atores não estatais, a independência dos países

⁸⁹ A Guerra do Vietnã, ocorrida entre os anos de 1965 e 1975, foi um dos conflitos mais importantes, se não o mais, da chamada Guerra Fria. A importância do conflito não está somente no fato de ter sido considerada a maior derrota já sofrida pelos Estados Unidos, mas também pelas consequências que ela provocou na política interna e externa norte-americana. Oficialmente, a intervenção militar direta dos Estados Unidos teria começado no final de janeiro de 1965, mas, desde o início dos anos de 1950, já havia uma grande participação indireta norte-americana na organização política do Vietnã, juntamente com os franceses que tentavam manter seus “direitos” de colonizadores da região. A história política contemporânea do Vietnã é bastante complexa. O país nunca gozou de uma liberdade política efetiva, foi constantemente alvo de ações imperialistas, tanto por parte dos países ocidentais, principalmente a França, quanto por potências orientais como a China e o Japão. Com isso, a história do Vietnã, a partir de meados da Segunda Guerra Mundial, é marcada por séries de revoltas visando à independência do país (PEDROSO, 2015, p. 5).

⁹⁰ A União Soviética era incapaz de acompanhar os Estados Unidos na corrida armamentista, especialmente naquele contexto, em que o presidente Reagan planejava incrementar o orçamento do Pentágono, de 171 bilhões em 1981 para 376 bilhões de dólares em 1986. O projeto militar norte-americano incluía o desenvolvimento do avião “invisível” B-1, os submarinos nucleares Trident, a instalação na Europa de foguetes Tomahawk e Pershing-2 de médio alcance, os sistemas de defesa antibalísticos BMD e as armas antissatélite Asat. No mesmo ano da ascensão de Andropov, Reagan aprovava o projeto Iniciativa de Defesa Estratégica, com orçamento de 26 bilhões de dólares. O enorme déficit fiscal que supunha esse esforço armamentista e que duplicaria em poucos anos a dívida externa dos Estados Unidos não parecia preocupar a Ronald Reagan, convertido ao credo neoliberal de que o crescimento da economia absorveria sem sacrifícios todos os desequilíbrios (RIBEIRA, 2012).

⁹¹ Desde 1967, com o fechamento do Canal do Suez e com a decisão árabe de impedir o fornecimento de petróleo aos Estados Unidos e à Inglaterra, o mundo se viu manipulado pelos detentores deste insumo. Caracterizando-se por uma demanda inelástica, os países ocidentais podiam apenas acatar as imposições de tais oligopolistas. Em 1970, a Líbia se estabelece como principal fornecedora do ocidente graças à explosão do oleoduto Iraque Líbano, e logo aplica um aumento de seus preços de venda. Os outros membros da OPEP a seguiram e aplicaram outros aumentos, pressionando cada vez mais os consumidores, como consta a tabela 2, que inclui os principais exportadores de petróleo. O resultado disto foi que, no curto intervalo de outubro de 1973 a janeiro de 1974, os preços tiveram uma elevação de, praticamente, quatro vezes (MELO, 2008).

⁹² Deste modo, em julho de 1944 os representantes da Aliança das Nações Unidas se reuniram em Bretton Woods para estruturar um novo padrão monetário internacional. As negociações, contudo, ocorreram antes, entre 1942-1944. O lado britânico, representando os devedores, foi liderado por J. M. Keynes, e o lado americano, representando os credores, por H. D. White. De forma resumida, o Plano Keynes propunha a criação de uma Câmara de Compensações Internacionais (International Clearing Union, ICU), um tipo de Banco Central dos bancos centrais, que de posse de um grande volume de recursos e centralizando o sistema de pagamentos em âmbito global, teria a função de corrigir os desequilíbrios dos balanços de pagamentos dos países de forma ordenada, contemplando credores e devedores. Neste sentido, a Clearing Union cumpriria o papel de “*international lender of last resort*”. Intentava-se, com isso, suprimir o ajuste concebido como automático e deflacionário do balanço de pagamentos, no caso dos países deficitários, conforme sugerido pela escola quantitativista à lá Hume e Ricardo, a partir da introdução de “mecanismos corretores globais” (OLIVEIRA; MAIA; MARIANO, 2008).

⁹³ As Organizações Não Governamentais (ONGs) são entidades que não têm fins lucrativos e realizam diversos tipos de ações solidárias para públicos específicos. Elas podem atuar nas áreas da saúde, de educação, de assistência social, econômica, ambiental, entre outras, em âmbito local, estadual, nacional e até internacional. A atuação da ONG é na esfera pública, embora não estatal, ou seja: apesar de não pertencer ao Estado, oferta serviços sociais, geralmente de caráter assistencial, que atendem a um conjunto da sociedade maior do que apenas os fundadores e/ou administradores da organização (SEBRAE, [s.d.]).

afro –asiáticos⁹⁴, a demanda por uma nova agenda que defendia uma reforma do sistema econômico e as crescentes disputas comerciais entre os EUA e o Japão⁹⁵.

Assim, o conceito realista, de acordo com Keohane e Nye, não seria suficiente para abarcar as questões mundiais que aconteciam de forma rápida entre os Estados e acabavam por refletir em diversas mudanças no âmbito da política, da segurança e da economia que a intensificação da interdependência estaria ocasionando no sistema internacional, por estarem os Estados por meio das suas capacidades interligados.

A estrutura de um sistema refere-se à distribuição de capacidades entre unidades similares. Nos sistemas políticos internacionais, as unidades mais importantes são Estados; e as capacidades relevantes foram consideradas como seus recursos de poder. [...] A estrutura é, portanto, distinguida do processo, que se refere ao comportamento de alocação ou barganha dentro de uma estrutura de poder⁹⁶ (KEOHANE; NYE, 1989, p.20-21, tradução nossa).

Ressalta-se que, no que se refere a interdependência, os Estados terão um poder potencial. Por outro lado, no realismo, a capacidade de cada Estado está ligada à quantidade de poder inerente a cada localização, o que não trás diagnóstico abrangente das transformações. Os autores Keohane e Nye ressaltam que a questão da interdependência unicamente apresentaria discrepâncias no sentido de que se apresenta apenas como uma carência natural, deixando de lado o fato de que representa as políticas inerentes aos Estados. Também demonstram o entendimento de que, ao analisarem essas teorias, bem como as suas tendências, o custo das relações entre os Estados, ao agirem de forma isolada em detrimento apenas de interesses próprios, gerando ganhos absolutos, é diferente do ganho relativo, tratado por eles como sendo o mais apropriado, ao passo que não estariam livres dos ganhos distributivos.

Isso será possível, ainda que viabilize situações de dependência mútua, pois não se pode falar que há precisão de equilíbrio entre as partes envolvidas, porque estas podem estar

⁹⁴ O processo de descolonização da Ásia e da África ganhou um grande impulso após a Segunda Guerra Mundial, em parte devido ao declínio internacional de potências coloniais como a França e a Grã-Bretanha, em parte devido ao crescimento de movimentos de libertação nacional dentro das próprias colônias. O primeiro grande movimento de descolonização, ocorrido durante a década de 1940, atingiu principalmente os países asiáticos - Índia, Paquistão, Birmânia, Ceilão, Indonésia. Já nos anos 50, tal movimento deslocou-se para a África, onde se assistiu à independência de países como Gana, Quênia, Senegal e Congo Belga, além do início do movimento de libertação nacional na Argélia. Cientes de que possuíam um perfil histórico e econômico-social próprio, esses Estados nascentes procuraram articular suas similaridades e demandas internacionais nas

⁹⁵ Na década de 1980, eventos como a disputa comercial entre EUA e Japão e pela controvérsia gerada pelos acordos envolvendo o programa FSX. Em ambos os eventos houve a percepção por parte dos norte-americanos que os japoneses deveriam contribuir com mais do que ajuda financeira para os encargos da estabilidade mundial.

⁹⁶ *The structure of a system refers to the distribution of capabilities among similar units. In international political systems the most important units are states; and the relevant capabilities have been regarded as their power re- sources. [...] Structure is therefore distinguished from process, which refers to allocative or bargaining behavior within a power structure (KEOHANE; NYE, 1989, p.20-21).*

desbalanceadas diante das assimetrias de cada Estado perante o outro, que envolvem aspectos políticos, educacionais, de segurança e de orçamento, influenciando nas decisões de cada ator.

É importante ter cuidado para não definir inteiramente a interdependência em termos de situações de dependência mútua uniformemente equilibrada. São assimetrias em dependência que são mais propensas a fornecer fontes de influência para os atores em suas relações entre si. Os atores menos dependentes geralmente podem usar a relação interdependente como fonte de poder na negociação sobre um problema e talvez para afetar outra questão. No outro extremo da simetria pura, é pura dependência (às vezes disfarçada ao chamar a interdependência da situação); mas também é raro. A maioria dos casos está entre estes dois extremos. E é aí que o coração do processo de negociação política da interdependência reside⁹⁷ (KEOHANE; NYE, 1989, p.10-11).

Diante desses fatores, o conceito de poder foi reformulado, se contrapondo ao Realismo, para elucidar a política mundial. Os autores ressaltam que “o poder pode ser pensado como a capacidade de um ator para fazer com que outros façam algo que de outra forma não fariam (e a um custo aceitável para o outro ator). O poder também pode ser concebido em termos de controle sobre os resultados”⁹⁸ (KEOHANE; NYE, 1989, p.11, tradução nossa).

Dessa forma, a interdependência complexa possui três fatores: canais que integram a sociedade; a agenda das relações interestaduais consiste em múltiplos problemas que não estão organizados em uma hierarquia clara ou consistente; e a força militar não é utilizada pelos governos da mesma região e interdependência, podendo ser utilizada com os demais. Esses fatores são apontados como se deixados de lado pelas teorias tradicionais, que, por outro lado, negam a interdependência complexa:

1. Vários canais conectam sociedades, incluindo: laços informais entre elites governamentais, bem como acordos formais no exterior; laços informais entre as elites não-governamentais (face-to-face e através de telecomunicações); e organizações transnacionais (como bancos multinacionais ou corporações). Esses canais podem ser resumidos como relações interestatais, transgêneros e

⁹⁷ *We must also be careful not to define interdependence entirely in terms of situations of evenly balanced mutual dependence. It is asymmetries in dependence that are most likely to provide sources of influence for actors in their dealings with one another. Less dependent actors can often use the interdependent relationship as a source of power in bargaining over an issue and perhaps to affect other issue. At the other extreme from pure symmetry is pure dependence (sometimes disguised by calling the situation interdependence); but it too is rare. Most cases lie between these two extremes. And that is where the heart of the political bargaining process of interdependence lies (KEOHANE; NYE, 1989, p.10-11).*

⁹⁸ *“power can be thought of as the ability of an actor to get others to do something they otherwise would not do (and at an acceptable cost to the other actor). Power can also be conceived in terms of control over outcomes.” (KEOHANE; NYE, 1989, p.11).*

transnacionais. As relações interestaduais são os canais normais assumidos pelos realistas. O ‘transgovernamental’ aplica-se quando relaxamos a suposição realista de que os estados atuam de forma coerente como unidades; A transnacional aplica-se quando relaxamos a suposição de que os estados são as únicas unidades.

2. A agenda das relações interestaduais consiste em múltiplos problemas que não estão organizados em uma hierarquia clara ou consistente. Essa ausência de hierarquia entre questões significa, entre outras coisas, que a segurança militar não domina consistentemente a agenda. Muitas questões surgem do que costumava ser considerado política interna, e a distinção entre questões domésticas e estrangeiras torna-se desfocada. Essas questões são consideradas em vários departamentos governamentais (não apenas em escritórios estrangeiros) e em vários níveis. A coordenação inadequada das políticas nestas questões envolve custos significativos. Diferentes questões geram coalizões diferentes, tanto dentro dos governos quanto entre elas, e envolvem diferentes graus de conflito. A política não para na margem das águas

3. A força militar não é utilizada pelos governos em relação a outros governos da região ou nas questões, quando prevalece a interdependência complexa. No entanto, pode ser importante nas relações desses governos com governos fora dessa região, ou em outras questões. A força militar poderia, por exemplo, ser irrelevante para resolver desentendimentos sobre questões econômicas entre os membros de uma aliança, mas, ao mesmo tempo, ser muito importante para as relações políticas e militares dessa aliança com um bloco rival. Para as relações anteriores, essa condição de interdependência complexa seria cumprida; para o último, não seria⁹⁹ (KEOHANE; NYE, 1989, p.20-21, tradução nossa).

Por isso, destaca-se, com a teoria da Interdependência Complexa, as consequências pelo caráter dos níveis de interligação domésticos e internacionais, sendo que a agenda do

⁹⁹ 1. *Multiple channels connect societies, including: informal ties between governmental elites as well as formal foreign office arrangements; informal ties among nongovernmental elites (face-to-face and through telecommunications); and transnational organizations (such as multinational banks or corporations). These channels can be summarized as interstate, trans-governmental, and transnational relations. Interstate relations are the normal channels assumed by realists. Tran-sgovernamental applies when we relax the realist assumption that states act coherently as units; transnational applies when we relax the assumption that states are the only units.*

2. *The agenda of interstate relationships consists of multiple issues that are not arranged in a clear or consistent hierarchy. This absence of hierarchy among issues means, among other things, that military security does not consistently dominate the agenda. Many issues arise from what used to be considered domestic policy, and the distinction between domestic and foreign issues becomes blurred. These issues are considered in several government departments (not just foreign offices), and at several levels. Inadequate policy coordination on these issues involves significant costs. Different issues generate different coalitions, both within governments and across them, and involve different degrees of conflict. Politics does not stop at the waters' edge.*

Military force is not used by governments toward other governments within the region, or on the issues, when complex interdependence prevails. It may, however, be important in these governments' relations with governments outside that region, or on other issues. Military force could, for instance, be irrelevant to resolving disagreements on economic issues among members of an alliance, yet at the same time be very important for that alliance's political and military relations with a rival bloc. For the former relationships, this condition of complex interdependence would be met; for the latter, it would not (KEOHANE; NYE, 1989, p.20-21).

exterior não é tratada como tendo uma hierarquia definida e rígida de temas que envolvem segurança internacional.

These actors are important not only because of their activities in pursuit of their own interests, but also because they act as transmission belts, making government policies in various countries more sensitive to one another. As the scope of governments' domestic activities has broadened, and as corporations, banks, and (to a lesser extent) trade unions have made decisions that transcend national boundaries, the domestic policies of different countries impinge on one another more and more. Transnational communications reinforce these effects. Thus, foreign economic policies touch more domestic economic activities than in the past, blurring the lines between domestic and foreign policy and increasing the number of issues relevant to foreign politics. Parallel developments in issues of environmental regulation and control over technology reinforce this trend (KEOHANE; NYE, 1989, p.26).

No mesmo sentido:

Muitas questões surgem do que costumava ser considerado política interna, e a distinção entre questões domésticas e estrangeiras torna-se desfocada. Essas questões são consideradas em vários departamentos governamentais (não apenas em escritórios estrangeiros) e em vários níveis¹⁰⁰ (KEOHANE; NYE, 1989, p.25, tradução nossa).

Esses apontamentos permitem que os resultados da interdependência complexa convertam a relação dos Estados em resultados de processos políticos dentro do que se esperava com o empenho das atividades, sendo responsáveis pelos poderes de recurso e influência em relação do diferentes regimes e organizações internacionais. Para tanto, serão levados em conta atores e processos políticos para o envolvimento dos Estados que acabam por impactar as questões de ordem mundial.

O estudo de caso entre as Marinhas do Brasil e de Camarões é resultado da aproximação entre os dois países e a importância do Continente Africano, como apresentado no capítulo dois. Dessa forma, por meio da Teoria da Interdependência, que assegura que eventos que ocorrem em determinado Estado influenciam outros por estarem as regiões interligadas. Além disso, a ZOPACAS, composta por diversos países de diferentes continentes, será o meio pelo qual permitirá a aproximação entre os Estados e fortalecerá o Atlântico Sul, facilitando a cooperação entre os países, o domínio e a projeção do Brasil no ambiente internacional.

¹⁰⁰ *Many issues arise from what used to be considered domestic policy, and the distinction between domestic and foreign issues becomes blurred. THESE issues are considered in several governments departments (not just foreign offices), and at several levels. (KEOHANE; NYE, 1989, p.25*

4. CONCLUSÃO

*“Navegar é preciso”
Fernando Pessoa*

Ao me aventurar no estudo e na pesquisa sobre o Atlântico Sul, a ZOPACAS, a Cooperação e a relação entre as Marinhas do Brasil e a de Camarões podemos constatar a caracterização de laços históricos entre os países dessa parte do Atlântico bem como a valorização dessa porção de água, por ser um ambiente com riquezas naturais, tráfego marítimo elevado, fonte de energia, fluxo contínuo de bens, serviços e pessoas.

Neste trabalho buscou-se demonstrar que com as mudanças no cenário internacional, tendo como marco histórico para aprofundar o estudo, a partir do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve avanços nas questões marítimas, sendo relevante a análise ora em evidência, por ter o oceano linhas de comunicação, contando ainda com o controle e acesso marítimo, influenciando em áreas como a economia, a defesa, a política, a segurança e a estratégia dos Estados.

Dispusemo-nos a demonstrar que o Atlântico Sul detém importância geoestratégica nacional e internacional, e, apesar dos Estados se basearem em princípios como o da soberania, o da não intervenção, o da defesa da paz, o da solução pacífica dos conflitos e o da democracia, a promoção do desenvolvimento de práticas da boa governança e de cooperação quando unidas aos agentes estatais e as agências locais promovem o desenvolvimento e permitem o ganho das partes envolvidas.

De acordo com o conceito de cooperação apresentado no primeiro capítulo, que faz referência ao elo criado entre os Estados, que nem sempre se encontram em harmonia, mas que são capazes de se unir para um bem maior, podemos perceber que diversas regiões, permanecem em constantemente guerra umas com as outras por terem interesses incompatíveis, contudo, tendo a opção de estabelecer parceria, é mais benéfico criar vínculo entre as partes do objeto do que desertar.

Como o apresentado, a cooperação entre os Estados está atrelada ao aspecto imaterial das Relações Internacionais juntamente com os temas que se referem à segurança e à isonomia coletiva. Por isso, quando os agentes designados para criarem o planejamento dos seus Estados estabelecem os objetivos de curto, médio e longo prazo, a suas análises micro e macroeconômica e os seus projetos de segurança e defesa poderão direcionar as suas atividades

para escolherem apropriadamente com quem será adequado requerer firmar, em ordem de preferência, parcerias de crescimento, segurança e defesa para proteção e salvaguarda do território nacional.

Assim, a Teoria da Cooperação, respeitando o interesse próprio de cada agente e as suas escolhas, se preocupa com o bem-estar dos demais agentes envolvidos, pelo reflexo das tomadas de decisões. Entretanto, isso não quer dizer que a proximidade com uma nação amiga será suficiente para que os países cooperem em benefício mútuo por haver relação de consideração, sendo necessário o ganho.

De acordo com o apresentado, a cooperação nesse contexto, irá se justificar na medida em que existe um ambiente complexo, no qual é necessário que a tomada de decisão seja rápida, eficiente e eficaz. Para tanto, se recomenda que o agente estatal responsável pela tomada de decisão concatene as informações que necessita sobre cada envolvido e estabeleça um ambiente apropriado, envolvendo fatores de coerência, de forma concisa para que não haja uma deserção autodestrutiva.

Por meio do Dilema do Prisioneiro e do Equilíbrio de Nash, a estratégia dos Estados que permitirá obter melhor resultado para os envolvidos, está atrelada a perspectiva de tomada de decisão dos jogadores. Vale ressaltar que ainda que se tenha acesso a diversas dicas, se faça um apanhado de reputação e histórico de comportamento de cada agente, nem sempre é possível definir quais serão as atitudes dos jogadores. Sendo que por diversas vezes os interesses na relação podem ser antagônicos e o planejamento das atitudes não gere conflito, mas, ainda assim, a cooperação permite resultado favorável.

Nesse sentido, destacamos que quando os Estados expõem os seus interesses e as suas áreas de atuação, a maximização da perspectiva e do poder de cada país proporciona a construção da visão da necessidade de estabelecer reciprocidade de forma que, a compreensão abrangente dos benefícios do conhecimento do que está acontecendo dentro de cada sociedade, faria crescer o apoio a políticas externas, desenvolvendo a interligação de proveito e valores de diferentes localidades.

Com o intuito de discutir a política mundial, ora em manutenção, os teóricos Keohane e Nye desenvolveram a Teoria da Interdependência, cujo objetivo era o de discutir o poder e para isso salientaram a promoção de que tanto para a economia, tecnologia ou valores, o mundo se caracterizava por sua natureza interdependente, haja vista que os acontecimentos que ocorrem em um determinado local poderá influenciar rapidamente diversas outras regiões, nas áreas da política, da defesa, da segurança e da economia, por não estarem os Estados alienados uns dos outros ainda que venham a agir separadamente.

A aproximação de Estados para definirem as suas tomadas de decisões permite a minimização de vetores desfavoráveis, fortalecendo as relações e permitindo o crescimento, como exemplo de cooperação, com isso, os países do Atlântico Sul, no ambiente da Guerra Fria (1947-1989), criaram a ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), por iniciativa do Brasil abraçada pela Organização das Nações Unidas, baseada na política de que os países dessa parte do oceano deveriam se juntar por compatibilidade de interesses em suas riquezas, como petróleo e gás, evitando que rivalidades e tensões não acabassem por afetar as relações econômicas e políticas.

A ZOPACAS, integrada por vinte e quatro países, funciona como elo entre os países costeiros da África e da América do Sul, primando pela permissão e estímulo para o desenvolvimento socioeconômico dos países desse ambiente no contexto internacional, acabando por aproximar as duas margens do Atlântico, fortalecendo a relação histórica e as capacidades de crescimento das políticas econômicas do comércio dos Estados e das suas organizações.

No que se refere ao Entorno Estratégico, o Brasil de acordo com a PND e a END a o por ser parte do Atlântico Sul faz parte do seu entorno estratégico, por ser detentor de reservas naturais, petróleo e gás, rotas marítimas, ecossistemas e meio ambiente adequado para proliferação de cardumes e áreas turísticas e uma zona de projeção de poder dos países das suas duas costas.

A aproximação do Brasil com a África é histórica e a política externa local dispõe pela preservação do relacionamento sul-sul uma vez que o país almeja a elevação do reconhecimento mundial por ser provedor de cooperação técnica. Isso permite que a África entenda que pode usufruir de benefícios, aprender e tirar proveito dessa relação por ter estreitado os laços com o Brasil, sendo favorável que os agentes tomadores de decisões se engajem e aprofundem em parcerias prioritárias para o desenvolvimento.

Nesse diapasão, a Marinha do Brasil, no evento n. 289/1 da Portaria n. 232/EMA/2015, advinda do Memorando de Entendimentos de Yaoundé, estabelecido pela Comunidade Econômica Centro Africana (ECCAS em inglês); Comunidade Econômica do Oeste Africano (ECOWAS em inglês) e a Comissão do Golfo da Guiné, de acordo com os documentos oficiais do Anexo, realizou uma visita a Camarões, em fevereiro de 2015 com o intuito de prospectar possíveis pontos de cooperação entre as marinhas dos dois países e a estrutura de segurança marítima do Golfo da Guiné.

Ocorre que em data anterior, 10 a 13 de fevereiro de 2015, a Marinha do Brasil recebeu a visita da Delegação da República de Camarões e seus respectivos membros, cujo objetivo era

o de conhecer o Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) e suas estruturas. O chefe do Estado-Maior da Marinha da República de Camarões apresentou demandas para incrementar a consciência situacional na área do GoG, são elas: apoio na melhoria da capacitação de recursos humanos e colaboração para proposta de intercâmbio de equipes técnicas entre os países para a qualificação pessoal, tendo apoio do CM da MB.

O chefe do Estado-Maior da Marinhada República de Camarões afirmou que para a total operacionalização do Centro, que englobará a costa oeste africana, do Senegal a Angola, a qualificação dos recursos humanos e a operacionalidade e funcionalidade do Centro Multinacional de Coordenação (CMC), Douala, são fundamentais. As Resoluções da ONU, 2018/2012 e 2039/2013 inclusive fazem referência aos acordos de Yaoundé e Camarões para Segurança Marítima no Golfo da Guiné, firmado por três organizações sub-regionais: ECCAS, ECOWAS e GGC abrangendo 25 países do GoG.

Dessa forma, podemos observar que além da aproximação histórica do Brasil com Camarões, na área de economia, diplomacia e defesa, é perceptível o interesse entre as regiões para estabelecerem cooperação e, as marinhas dos dois países por seus representantes pretendem firmar acordos. Por isso, o Brasil, em respeito as diretrizes da PND e da END, tem estreitado os laços e projetado a firmação de diversas parcerias com Camarões que em muito fortalecerão o entorno estratégico brasileiro e projetarão o Brasil no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma entidade regional no Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política*: [S.l.]: 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00005.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2017.
- ABREU, Fernando José Marroni de. A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil. *Mural Internacional*. Rio de Janeiro, v. 4, nº2, jul- dez, 2013.
- AEROMAGAZINE. *Embraer reforça atendimento na África*. [S.l.]: UOL, 2 ago 2012. Disponível em: <http://aeromagazine.uol.com.br/artigo/embraer-reforca-atendimento-na-africa_649.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- AGÊNCIA BRASIL. *Com 54 países, a África é um continente repleto de diferenças*. 5. jan. 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-05/com-54-paises-africa-e-um-contidente-repleto-de-diferencas>>. Acesso em: 5 mar. 2018.
- ALTMAN, Max. Hoje na História: 1960 – *Camarões dá início a onda independentista na África*. [S.l.]: UOL, 01 jan. 2003. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/26336/hoje+na+historia+1960++camaroes+da+inicio+a+onda+independentista+na+ africa.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- AMORIM, Celso L. N. *O Brasil e o “renascimento africano”*. In: Folha de São Paulo, p. A3, 25 mai. 2003.
- _____. *Breves narrativas diplomáticas*. Rio de Janeiro: Benvirá, 2013.
- _____. *Discurso de posse*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2003. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=166:o-brasil-e-as-origens-da-uniao-latina&catid=36:publicacoes&Itemid=72> . Acesso em: 23 jun. 2017.
- AXELROD, Robert. *On Six advances in Cooperation Theory*. [S.l.]: Analyse & Kritik, 2000.
- _____. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984. p.105-108.
- _____. *The evolution of cooperation*. New York: Basics Books, 1984, p 73-87.
- AZEVEDO, J. S. Farias. *Análise de Pareto passo a passo*. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Recife: [2018]. Disponível em: <https://www.trf5.jus.br/downloads/Artigo_22_Analise_de_Pareto_Passo_a_Passo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- BACHELET, M. *Ingerência ecológica: direito ambiental em questão*. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 1995.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Padrão especial de disseminação de dados*. Brasília: [s.n.], 2010. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/balcom_p.htm>. Acesso em: 9 jan. 2018.

BANDEIRA, Luiz A. M. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. *Revista Espaço Acadêmico*, n^o 89. [S.l]: out. 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/219520854/A-Importancia-Geopolitica-Da-America-Do-Sul-Na-Estrategia-Dos-Estados-Unidos>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

BOLSA FAMÍLIA. *Fome Zero*. [S.l]: Kerdna [2010?]. Disponível em: <http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. *Decreto n^o 99.165. de 12 de março de 1990 (publicação original)*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Poder Executivo, 1990. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. *Decreto n^o 6.703. de 18 de dezembro de 2008*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Poder Executivo, 2008a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6703-18-dezembro-2008-584917-publicacaooriginal-107779-pe.html>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. *Convenção de Viena, Parte I. Decreto n^o 7.030, de 14 de dezembro de 2009*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Poder Executivo, 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 2 mar. 2018.

_____. Congresso Nacional. *Atribuições*. Brasília: Poder Executivo, [2007]. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Constituição (1988). *Lei Complementar n^o 97, de 9 de junho de 1999*. Brasília: Poder Executivo, 1999.

_____. Marinha do Brasil. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha. *Acordos de Cooperação*. Brasília: Poder Executivo, [2010c]. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secctm/node/28>>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. Marinha do Brasil. *Introdução à história marítima brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

_____. Ministério da Defesa. *Aberta a consulta pública dos Documentos Estratégicos de Defesa*. Brasília: Poder Executivo, 2017a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/2-uncategorised/30969-consulta-publicados-documentos-estrategicos-de-defesa>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Cooperação Internacional*. Brasília: Poder Executivo, 2014a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/cooperacao-internacional>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Defesa disponibiliza PND, END e LBDN para consulta*. Brasília: 2017b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/31104-defesa-disponibiliza-pnd-end-e-lbdn-para-consulta-publica>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Poder Executivo, 2012a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Poder Executivo, 2012b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Lei de Fomento à Base Industrial de Defesa*. Brasília: Poder Executivo, 2014b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília: Poder Executivo, 2012c. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Navio-patrolha oceânico Araguari já integra frota da Marinha do Brasil*. Brasília: Poder Executivo, 2012d. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/4422-26-09-2013-defesa-navio-patrolha-oceanico-araguari-ja-integra-frota-da-marinha-do-brasil>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Plano de Articulação e Equipamento de Defesa*. Brasília: Poder Executivo, 2013a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/industria-dedefesa/paed>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Poder Executivo, 2013b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Poder Executivo, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *O Ministério da Defesa faz 12 anos e consolida-se como um dos símbolos do Brasil democrático*. Brasília: Poder Executivo, 2011. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/3720-10062011-defesa-ministerio-da-defesa-faz-12-anos-e-consolida-se-como-um-dos-simbolos-do-brasil-democratico>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Ministério da Defesa. *Jaques Wagner recebe dez ministros da Defesa e 15 vice-ministros durante a LAAD*. Brasília: Poder Executivo, 2015. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/15478-jaques-wagner-recebe-oito-ministros-da-defesa-e-15-vice-ministros-durante-a-laad-2015>>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Cadetes do primeiro ano da aman recebem o espadim, cópia do sabre de caxias e símbolo da honra militar*. Brasília: Poder Executivo, [s.d.]. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/amazonlog17/noticias/-/asset_publisher/BsJDxIc4XCbS/content/cadetes-do-primeiro-ano-da-aman-recebem-o-espadim-copia-do-sabre-de-caxias-e-simbolo-da-honra-militar-/8032597>. Acesso em 23 jul. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. *O histórico da OCDE e a recente aproximação entre o Brasil e o organismo internacional*. Brasília: Poder Executivo, [2004]. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Balança Comercial Brasileira – países e blocos jan/dez 2017*. Brasília: Poder Executivo, 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Poder Executivo, 2003.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. *Acordos Vigentes*. Brasília: Poder Executivo, [2011]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Brasília: Poder Executivo, [2009a]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15554-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. *Conceito*. Brasília: Poder Executivo, [2009b]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/conceito>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Cooperação Técnica*. Brasília: Poder Executivo, [2009c]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Departamento da África*. Brasília: Poder Executivo, [2017c]. Disponível em: http://deaf.itamaraty.gov.br/pt-br/divisao_da_africa_i_.xml>. Acesso em: 2 nov. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto 23. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto*. Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N102_1Sem_2008.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução técnica com países em desenvolvimento – CTPD - no período de 1995-2005*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, [2010c]. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/715-Cooperacao_Tecnica_Horizontal_Brasileira_como_Instrumento_da_Politica_Externa_A.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Guia de Negócios – Camarões*. Brasília: Poder Executivo, [2012d]. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/GNCamaroes.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Manual de Gestão de Cooperação Técnica SulSul*. 1ª edição. Brasília: Edição da ABC, 2013b. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_v4.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *República do Cameroun*. Brasília: Poder Executivo, [2017d]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4905&Itemid=478&cod_pais=CMR&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 24 de nov.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *República da Namíbia*. Brasília: Poder Executivo, [2017e]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5593&Itemid=478&cod_pais=NAM&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 24 de nov. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 92*. Brasília: Poder Executivo, [2003]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf>. Acesso em: 24 de nov. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *União africana*. Brasília: Poder Executivo, [2010a]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3681-uniao-africana>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Brasília: Poder Executivo, [2010b]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

_____. Presidência da República. *Política Nacional de Defesa. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005*. Brasília: Poder Executivo, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm>. Acesso em: 5 jan. 2018.

BRANCHI, Fábio Dal Pont. *Trading Companies*. Rio Grande do Sul: ZNA, 2010. Disponível em: <<http://zna.adv.br/quem-somos/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de Direito Internacional Público*. Lisboa/Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 89.

BUENO, Clodoaldo. Política Externa. In: *DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org). Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Unesp; Fundap, 2015.

BURNS, Shawn, *War Gamer's Handbook – A guide for professional war gamers*. Newport RI: Defense Automated Printing Service, [s.d.].

CAMAS. *Iniciativas de cooperação no Atlântico Sul*. In: SEMINÁRIO CEPE-EGN: SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL. Rio de Janeiro, 15 jul 2016. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/seminario-2-2016/-%203%20-%20SEMINARIO%20EGN%202016%20-%20CAMAS%20-%20VERSÃO%209.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: [s.n.], 2012.

CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA O MAR BRASILEIRO - CEMBRA. *O Brasil e o Mar no Século XXI: relatório dos tomadores de decisão do país*. Niterói, RJ: BHMN, 2012. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/cembra-2a_ed.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

COLOMBO, S. *O Princípio da Soberania dos Estados Face ao Direito Internacional do Ambiente*. v. 9, n. 1, p. 5-12. Londrina: UNOPAR Científica, mar. 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A ÁFRICA-CEA. 2017. Disponível em: <<http://pt.reingex.com/CEA-Comissao-Economica-Nacoes-Unidas-Africa.asp>>. Acesso em: 10 jan 2018.

CONFERÊNCIA DE PARIS (1919-1920). Guia de estudos. [S.l.]: Simuna, [s.d.].

CPLP. *Conheça-nos melhor*. Lisboa: [2017]. Disponível em: <<http://www.cplp.org/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DA SILVA, Daniele D. *O Atlântico de língua portuguesa em perspectiva comparada de segurança e defesa – dos documentos políticos às elaborações estratégicas (1996 a 2013)*. Tese (Histórica Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes/teses/177-o-atlantico-de-lingua-portuguesa-em-perspectiva-comparada-de-seguranca-e-defesa-dos-documentos-politicos-as-elaboracoes-estrategicas-1996-a-2013/file>>. Acesso em: 5 de mar. 2018.

DIALLO, Alfa Omar. *A nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD) – Paradigma para o desenvolvimento*. Tese (Especialização em Direito), Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7484/000546092.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DW. *Apartheid*. 16 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/apartheid/t-36853559>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

EMBAIXADA DO CAMEROUN. *Política*. Disponível em: <<http://www.embcameroun.org.br/index.php?page=politica>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Escalada: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

FRANCO, Augusto. *Uma Teoria de Cooperação Baseada em Maturana*. Revista Aminoácidos, vol. 4 Brasília: AED, 2012.

GATES JR., Henry Louis. In *Africa: The Art of a Continent*. London: Tom Phillips, Royal Academy of Arts, 1996, pp. 29 - 30. Disponível em: <<http://archive.unu.edu/africa/africaday/files/2001/MillenniumAfricaPlan.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

GHELLER, Gilberto F.; GONZALES, Selma L. M.; MELO, Laerte P. *Amazônia a Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. Brasília: Ipea, 2015.

GILBERT, Martin. *A Segunda Guerra Mundial*. Tradução: Ana Luísa Faria e Miguel Serras Pereira. [S.l.]: Casa da Palavra, 2014.

GRAHAN, Helen. *Guerra civil espanhola*. [S.l.]: L&PM, [2013]. Disponível em: <http://lpm.com.br/livros/Imagens/guerra_civil_espanhola_encyclopaedia_2013.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

HARSCH, Ernest. *New african initiative stirs cautious hope*. Africa Recovery: October, 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/en/africarenewal/vol15no3/153init.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

HÖRING, Jéssica da Silva; WEBER, Leonardo; CLOSS, Marília Bernardes. *A presença das potências extrarregionais como ameaça à manutenção da Zona de Paz e Cooperação*. UFRGSMUN, vol. 2, p.479-529. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2014. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/files/ZOP1.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

IBGE. *Mapas*. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/escolares/publico-infantil/brasil/paises-vizinhos.html>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011-2013*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161017_livro_cobradi_2011_2013.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. *Ponte sobre o Atlântico – Brasil e África Subsariana – parceria Sul-Sul para o crescimento*. IPEA: 2011, p.27). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreatlanticopor2.pdf>. Acesso em: 29. nov. 2017.

JUSBRASIL. *Câmara aprova Política Nacional de Defesa*. Brasília: [2014a]. Disponível em: <<https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/100680453/camara-aprova-politica-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. *Plenário aprova Política Nacional de Defesa*. Brasília: [2014b]. Disponível em: <<https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/100407907/plenario-aprova-politica-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

KEOHANE, R. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. New Jersey: Princeton University Press, 1984. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4884/1/2006_B%C3%A1rbara%20Oliveira%20Ramos.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

_____; NAYE, Joseph S. *Power and Interdependence revisited*. International Organization, vol. 41, nº 4 (Autumn, 1987), p. 725-753. [S.l.]. The MIT Press, 1987.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da*

Silva. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/842-Brasil_e_a_Cooperacao_Sul_Sul_em_tres_momentos_de_Politica_Externa_O.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

LIMA, Marco Aurélio de Andrade. *Atlântico Sul: ameaças e cooperação*. Monografia (Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2015.

LOIS Carla; GARCIA, João C. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico sul. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. vol.17 n° 2. São Paulo: Jul/Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200003>. Acesso em: 2 mar. 2018.

LOPES, L. L. Alves. *Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. UNESP - UNICAMP, PUC-SP: 2008. p. 74.

MACMILLAN, Margaret. *Prefácio. Paz em Paris, 1919: a Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra*. RJ: Nova Fronteira, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003. 5ª ed.

_____.; _____. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2012. 7ª ed. (especial).

MEDEIROS, Sabrina E. Modelos de reputação internacional e paradigmas de política externa. *Contexto Internacional* – vol. 33, n. 2, julho/dezembro 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n2/a07v33n2.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. *Paradigmas da Cooperação depois de 11 de setembro de 2001*. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/746518/Paradigmas_da_Cooperacao_depois_do_11_de_Setembro/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. PINTO, Danielle Jacon Ayres. *International reputation and smart power: Brazil's strategies lumping together reliability and power projection*. FLACSO-ISA Joint International Conference, [s.d.]. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/be03eaf9-7432-4cdd-a0bf-b6daec83bflc.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MELO, Isabela E. *As crises do petróleo e seus impactos sobre a inflação do Brasil*. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Isabela_Esterminio_de_Melo.pdf> Tese (Economia). PUC-Rio: 2008.

MERCOSUL. *Saiba mais sobre o Mercosul*. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

MINING. *Exploração x exploração – dois termos graficamente parecidos, porém com significados distintos*. [S.l.]: Infomine, 21 mar. 2017. Disponível em: <<http://noticiasmineracao.mining.com/2017/03/21/explotacao-x-exploracao-dois-terminos-graficamente-parecidos-porem-com-significados-distintos/>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MOYA, José C. *Um continente de imigrantes: transformações pós-coloniais no hemisfério ocidental*. Caderno AEL, v.15, n.27, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2576/1986>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

MUNIZ, Camille B. A. *Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

MUSUMECI, Martino Gabriel. *Análise semiótico-pragmática comparada das Políticas de Defesa Nacional brasileiras (1996 e 2005)*. In: 3º Encontro Nacional ABRI 2011. 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais – USP Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300024&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 22 Feb. 2018.

NEPAD. *New Paterneship for Africa's Development*. África: [s.d.], 2001. Disponível em: <<http://www.nepad.org/content/about-nepad#aboutourwork>>. Acesso em 10 jan. 2018.

OHLIN, Jens David. Nash equilibrium and international law. *European Journal of International Law*, v. 23, n. 4, p.111-222, [S.l.], mar. 2012. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ejil/article/23/4/915/546126>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

OLIVEIRA, Giuliano C.; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. *Revista Pesquisa & Debate*, vol. 19, nº 2 (34) p. 195-219. São Paulo, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Cooperação Sul-Sul*. Brasília: [2017a]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/cooperacaosulsul/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. PNUD. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Brasília: [2017b]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Plan Estratégico de la Junta Interamericana de Defensa*. Vigencia del 1 de enero de 2017 al 31 de diciembre 2021, página 02. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bx8yHQ_oK0EwNnFMbktzWEpKSjA/view>. Acesso em: 2 mar. 2018.

PEDROSO, Rodrigo A. A. *A Guerra do Vietnã e suas representações nas histórias em quadrinhos do Capitão América (1965-1970)*. *Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX*, Ano 5, nº 8, 2015, vol. 2. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/17%29%20Rodrigo%20Aparecido%20de%20Arau_jo%20Pedroso.pdf>

PENNA FILHO, P. *African Renaissance e a política externa sul-africana*. *Boletim Meridiano*, 47, nº 1. [S.n]: [s.l.], 2011.

_____. *Regionalismo, segurança e cooperação: o Atlântico Sul como espaço de possibilidades entre o cone sul e África Austral*. In: XXVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG: 21 a 25 out. 2003. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt21-18/4291-ppennafilho-regionalismo/file>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

PEREIRA, Ana. L. O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v.2, n.4. [s.n]: [s.l.], Jul-Dez 2013. p.33-47. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=A+proposta+de+uma+organiza%C3%A7%C3%A3o+sul-atl%C3%A2ntica+de+defesa+foi+colocada+em+pauta+novamente+em+1977+pelo&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gws_rd=cr&dcr=0&ei=kdqdWsrJDsqDwgTPkre4Cw>. Acesso em: 2 mar. 2018.

PIMENTEL, Cauê R. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. *Tenso s Mundiais*. v. 12, n. 22. [s.n.]: Fortaleza, 2016. p. 113-143.

PIMENTEL, Fernando. *O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira*. Brasília: Funag 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/838-Fim_da_Era_do_Petroleo_e_a_Mudanca_do_Paradigma_Energetico_Mundial_O.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

PUENTE, Carlos A. I. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília: Funag, 2010.

RIBEIRO, Cláudio O. A política africana do Brasil no pós-guerra fria. *Revista de Sociologia Política*. vol. 18, nº 35. Curitiba: 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000100005>. Acesso em: 6 mar. 2018.

RIBEIRA, Ricardo. *A Guerra Fria: breves notas para um debate / the cold war: brief notes for a debate*. MARÍLIA: Novos Rumos, v. 49, n. 1, jan-jun, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Do silêncio à afirmação: relações do Brasil com a África. In: Cervo, Amado Luiz (org.). *O Desafio Internacional*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

SHELLING, Thomas C. *The strategy of conflict*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

_____. The role of war games and exercises. In A. Carter, J. Steinbruner, & Zraket, C. (Eds.), *Managing nuclear operations*. Washington, DC: The Brookings Institution, 1987.

SCHROEDER, Paul. *Metternich's Diplomacy at Its Zenith, 1820-1823*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1969, 126 p.

SEBRAE. *O que é uma organização não governamental (ONG)?* Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/portalsebrae/artigos/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong,ba5f4e64c093d510vgnvcm1000004c00210arcd>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

SILVA, Luís Inácio Lula da. *Discurso de Posse no Congresso Nacional*. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

SILVA, Kayo Moura da. *A pirataria no Atlântico Sul: securitização e cooperação*. Relatório do Instituto de Relações Internacionais – PUC-RJ. Rio de Janeiro: PUC, [s.d.]. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/IRI/IRI-Kayo%20Moura%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

_____; BITTENCOURT, B. *Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento - Perspectivas Brasileiras de Interação para o século XXI*. In: *XXXI International Congress of Latin American Studies Association-LASA* 2013. Washington: 2013.

SIMON, Silvana, A. S. *De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à europa (1944-1952)*. Curitiba: Revista Unicuritiba, 2011. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/viewFile/196/171%20pagina%2037>> Acesso em: 5 mar. 2018.

SOARES, Guido. *A Cooperação Técnica Internacional*. In: *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. Jacques Marcovitch (org.). EDUSP: São Paulo, 1994.

SOUSA, Fernando. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª ed. Revista e Aumentada. Porto: Edições Afrontamento CEPESE, 2008, p. 54.

SOUZA, M. O.; BRIGE, Amanda; DATTOLI, F.; BARRETO, L.; NEVES, M.; NETO, N. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e os desafios para a defesa brasileira uma leitura geopolítica. In: *XIII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional*, 2016, Rio de Janeiro. Anais, 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pacto da sociedade das nações – 1919. Biblioteca virtual de direitos humanos. São Paulo: USP, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

UNFPA BRASIL. Cooperação Sul-Sul. [S.d.]. Disponível em: <<http://unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/cooperacao-sul-sul>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

VIEGAS FILHO, José. *A segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África*. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2016.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *O livro na Rua – Camarões*. Theasaurus Editora: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/781-Livro-Na-Rua-Camaroes.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A política africana do governo Lula*. Rio Grande do Sul: UFRGS, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

WALTZ, Kenneth. *O homem, o estado e a guerra – uma análise teórica*. São Paulo: Martins fontes, 2004.

WHITE HOUSE. *Woodrow Wilson*. [S.d.]. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/woodrow-wilson/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

WILTGEN, Guilherme. *Fase ECEME do Exercício no Terreno de Operações Táticas*. Rio de Janeiro: Defesa Aérea e Naval, 2017. Disponível em: <http://www.defesaaereanaval.com.br/fase-eceme-do-exercicio-no-terreno-operacoes-taticas/> . Acesso em: 18 ago. 2017.

ZECA, Emílio Joyando. Geopolítica do Mar: Conflito, Cooperação e Segurança Marítima na Era da Globalização. *Revista Científica do ISCTAC. Resolução de Conflitos e Mediação*, Vol. 1, Nº 02, Ano I, Out. – Dez. 2014. Disponível em: <<http://isctac.org/revista/index.php/revistacientifica/article/view/18/16>>. Acesso em: 2 mar. 2018

ANEXOS

ANEXO I – ATA DA AUDIÊNCIA CONCEDIDA PELO COMANDANTE DA MARINHA (CM) À COMITIVA DA REPÚBLICA DOS CAMARÕES (CONTINUA)

Ata de Audiência concedida pelo Comandante da Marinha (CM) à Comitiva da República dos Camarões.

1 – INTRODUÇÃO

O propósito desta ata é apresentar as informações de interesse relativas à audiência concedida pelo CM à Comitiva da República dos Camarões, realizando visita oficial à Marinha do Brasil e ao Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS), ocorrida no dia 12 de fevereiro de 2015.

2 – PRESENTES

Marinha do Brasil:

Alte Esq EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – CM;

Alte Esq ELIS TREIDLER ÖBERG – Comandante de Operações Navais/ Diretor-Geral de Navegação (CON/ DGN);

V Alte CELSO LUIZ NAZARETH – Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha (GCM);

C Alte GILBERTO CEZAR LOURENÇO - Subchefe de Operações do Comando de Operações Navais (ComOpNav) e CAMAS; e

CF ADRIANO MARCELINO BATISTA – Secretário Militar.

Comitiva da República dos Camarões:

Sr. MARTIN A. MBENG - Embaixador da República dos Camarões no Brasil e Chefe da Comitiva;

C Alte JEAN MENDOUA - Chefe do Estado-Maior da Marinha da República dos Camarões (Comandante da Marinha da República dos Camarões) e Presidente de Estrutura Operacional do Centro de Coordenação Inter-Regional da Segurança Marítima no Golfo da Guiné (CIC); Sr. GEORGES ELANGA OBAN - Assessor Técnico do Primeiro-Ministro da República dos Camarões para Assuntos de Defesa e Segurança;

Coronel URBAIN NGOM - Adido de Defesa da República dos Camarões no Brasil;

Sr. MARTIAL PAULIN TCHENZETTE - Chefe de Serviço de Assuntos Políticos, Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores da República dos Camarões; e

ANEXO I – ATA DA AUDIÊNCIA CONCEDIDA PELO COMANDANTE DA MARINHA (CM) À COMITIVA DA REPÚBLICA DOS CAMARÕES (CONTINUA)

CF ATONFACK GUEMO CYRILLE SERGE - Relator do Núcleo Operacional do Comitê Nacional de Acompanhamento e Secretário Militar do Chefe do Estado-Maior da Marinha da República dos Camarões.

3 – INFORMAÇÕES DE INTERESSE

O CM iniciou a audiência apresentando as boas vindas ao Embaixador da República dos Camarões, ao Chefe do Estado-Maior da Marinha e aos demais membros da Comitiva. Enfatizou que compartilhamos um mesmo oceano (Atlântico) e que o que ocorre nas águas jurisdicionais dos países da costa oeste africana afeta a todos que são banhados por tal oceano. Reforçou o interesse brasileiro e da Marinha em estreitar laços de cooperação com os países africanos.

O Embaixador agradeceu a reunião concedida pelo CM, e acrescentou que era a 1ª oportunidade em que uma delegação da República dos Camarões realizava visita oficial à Marinha do Brasil (MB), ressaltando que, apesar disso, a relação entre os países eram profundas e promissoras, em especial na área de defesa, onde já possuem uma série de acordos em vigor.

O Chefe do Estado-Maior da Marinha da República dos Camarões expressou sua satisfação por ser recebido pela MB, que, segundo sua análise, é uma grande potência naval. Além disso, reconheceu o voluntarismo, a marcante presença brasileira no continente africano e o desejo de ampliar os laços com a República dos Camarões. Explanou que seu país tem buscado melhorar a presença do Estado no controle das águas jurisdicionais e no combate aos ilícitos, mas que a estruturação e organização dos órgãos responsáveis por tais atividades é considerada deficiente. Uma das iniciativas para melhorar tais óbices foi a implementação do CIC, cuja liderança regional foi atribuída à República dos Camarões e conta com pleno apoio do seu Presidente.

O Chefe do Estado-Maior da Marinha da República dos Camarões apresentou suas demandas concretas para incrementar a consciência situacional na área do Golfo da Guiné, solicitando à MB, num primeiro momento, apoio na melhoria da capacitação e preparação de recursos humanos e, neste contexto, segundo sua análise, a organização já existente no CAMAS e no Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (ComConTraM), poderiam colaborar positivamente, propondo o intercâmbio de equipes técnicas entre os países para a qualificação de pessoal.

O CM ressaltou o desejo de apoiar as solicitações apresentadas, principalmente na área de pessoal, e disponibilizou o Comando de Operações Navais, na figura do C Alte Lourenço (CAMAS) para atuar como POC e apoiar na criação e operacionalização do CIC.

O Chefe do Estado-Maior da Marinha da República dos Camarões enfatizou que, para a completa operacionalidade do Centro, cuja área de atuação englobará a costa oeste africana, seria interessante, inicialmente, investir na qualificação dos recursos humanos e tornar operacional e funcional uma unidade pequena, localizada na costa de seu país, responsável pelo controle da área marítima regional comum aos países

ANEXO I – ATA DA AUDIÊNCIA CONCEDIDA PELO COMANDANTE DA MARINHA (CM) À COMITIVA DA REPÚBLICA DOS CAMARÕES (CONCLUSÃO)

vizinhos. E assim, com este modelo em funcionamento, e servindo de exemplo, poderia avançar para os demais países africanos, compondo o CIC.

O Comandante de Operações Navais aludiu que o primeiro passo seria identificar as necessidades, o que poderia ser feito através de visita de oficiais do ComConTraM à República de Camarões, buscando, posteriormente, avançar para a realização de intercâmbio e cursos.

O Sr. ELANGA OBAN agradeceu por toda a hospitalidade e afirmou que as tratativas para o intercâmbio de oficiais serão formalizadas por uma carta oficial do Primeiro-Ministro.

Não havendo mais nada a ser dito, a audiência foi encerrada.

ANEXO II – RELATÓRIO DA VISITA DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA DE CAMARÕES À MARINHA DO BRASIL (CONTINUA)

Anexo (3), do Of nº 30-25/2015, do ComOpNav ao EMA.

RELATÓRIO DA VISITA DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA DE CAMARÕES À MARINHA DO BRASIL

Apêndice: Programa de Eventos da Delegação de Camarões.

No período de 10 a 13 de fevereiro, a Marinha do Brasil recebeu visita da Delegação da República de Camarões, composta pelos seguintes membros: o Embaixador de Camarões no Brasil Sr. Martin Agbor MBENG, Chefe da Delegação; o Contra-Almirante Jean MENDOUA, Comandante da Marinha da República de Camarões e Presidente do Grupo de Trabalho para a criação da estrutura operacional do Centro de Coordenação Inter-Regional (CIC) de Segurança Marítima no Golfo da Guiné; o Sr. Georges ELANGA OBAN, Assessor Técnico para assuntos de Defesa do Primeiro Ministro da República de Camarões; o Coronel Urbain NGOM, Adido de Defesa da República de Camarões no Brasil, o Sr. Martial Paulin TCHENZETTE, Chefe do Serviço de Assuntos Políticos para o Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores da República de Camarões; e o Capitão-de-Fragata ATONFACK GUEMO Cyrille Serge, Relator do Núcleo Operacional do Comitê Nacional de Acompanhamento e Secretário do CA MENDOUA.

O Subchefe de Operações do ComOpNav e Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS), Contra-Almirante Gilberto Cezar LOURENÇO, foi designado Almirante anfitrião e recebeu a delegação no Rio de Janeiro, dia 10 de fevereiro, dando as boas vindas em nome da Marinha do Brasil.

No dia 11 de fevereiro o Embaixador e o Comandante da Marinha da República de Camarões, acompanhados pelos demais integrantes da comitiva, foram recebidos, na entrada principal do edifício Almirante Tamandaré e em seguida, no ComOpNav, receberam as palavras de boas vindas do Chefe do Estado-Maior, Contra-Almirante OLSEN e em seguida se deslocaram para o Centro de Controle do Teatro de Operações Marítimas (CCTOM) para abertura das reuniões de trabalho.

Durante a exposição, do CA Lourenço, os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer a estrutura da MB e do CAMAS, além das operações, cursos e exercícios de Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM) existentes e realizados.

Após a palestra no CCTOM, a delegação visitou o COMCONTRAM, onde foram recebidos pelo Comandante, Capitão-de-Mar-e-Guerra MARCO LUCIO Malschitzky, momento em que foi feita a foto oficial do evento e realizada uma apresentação sobre o COMCONTRAM, enfocando de que maneira a OM se insere na estrutura da MB e do CAMAS, sua missão e tarefas. Também foi enfatizada a versatilidade do Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), seus sistemas vinculados de entrada e suas saídas, seus novos recursos, além das possibilidades de integração a outros sistemas nacionais e estrangeiros, em prol do incremento da Consciência Situacional Marítima, da segurança da navegação e da salvaguarda da vida humana no mar.

Em seguida, ainda no COMCONTRAM, a delegação assistiu a duas apresentações, ministradas pelos Assessores do CAMAS, a primeira sobre a rede AIS da AMAS, que proporciona a troca de informações entre os quatro países constituintes da área; e a segunda sobre as publicações que fundamentam a Organização, começando pelo Plano para a Coordenação da Defesa do Tráfego Marítimo Interamericano, Plano CODEFTRAMI, onde são definidas quatro áreas marítimas, da qual a AMAS faz parte e é a única estruturada e em

ANEXO II – RELATÓRIO DA VISITA DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA DE CAMARÕES À MARINHA DO BRASIL (CONTINUA)

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do Anexo (3), do Of nº 30-25/2015, do ComOpNav ao EMA.....)

funcionamento. Foi observado o interesse da Marinha de Camarões em ter apoio na formação de pessoal e conformação da estrutura operacional do CIC no Golfo da Guiné nos mesmos moldes do existente na AMAS.

As apresentações foram seguidas de um almoço na Praça D'Armas do COMCONTRAM, momento em que o Embaixador MBENG e o CA MENDOUA agradeceram a oportunidade da visita.

Após o almoço teve início a reunião de trabalho, onde o CA MENDOUA explicou a situação de sua região e a necessidade de uma melhor organização de sua Marinha, contou que nos últimos quatro anos muitos avanços foram alcançados, principalmente pelo apoio político e diplomático que vem recebendo de seu país, e que a República de Camarões possui uma posição de liderança para as questões de segurança do Golfo da Guiné. O Almirante da República de Camarões comentou sobre a forte presença do Brasil na África e da necessidade de apoio, a ser provido pela MB, para a implantação, a princípio, de um Centro de Controle local e, posteriormente, ampliando este controle para regional, de forma a atender as demandas da área. Tal ajuda se constituiria na formação de pessoal, com a expertise dos militares da Marinha brasileira, e na orientação para a equipagem/estruturação do CIC.

Acrescentou que a Costa da África, na área do Golfo da Guiné, está dividida em zonas de responsabilidade e que a República de Camarões é integrante da zona D, em fase de estruturação, da qual também fazem parte: Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe, sendo sua a liderança do grupo.

A MB conhecendo as necessidades da República de Camarões ofereceu ajuda por intermédio de um Acordo de Cooperação, a ser elaborado por ambas as partes, para o intercâmbio de informações usando os sistemas e a experiência que a Força possui. Desta forma, o futuro Centro de Controle da República de Camarões poderá contar com os países da AMAS, mas acima de tudo com o Brasil, principalmente por ser oportunidade para aproximação com África, componente do entorno estratégico brasileiro e por ser o Centro de Dados Regional do Sistema *Long Range Identification and Tracking* LRIT do Atlântico Sul.

A partir da solicitação de apoio, por parte de Camarões, foi feito um convite para que a República de Camarões participe do "Seminário Sobre Vigilância Marítima, Sistema de Monitoramento e Comunicação para a Segurança Marítima para os Países Africanos Lusófonos", a ser realizado de 23 a 25 de fevereiro de 2015, e que contará com a presença dos países da AMAS, dos países da África de língua portuguesa e de integrantes da Organização Marítima Internacional (IMO). O evento está sendo organizado pelo ComOpNav, com a participação do COMCONTRAM, e será uma grande oportunidade para a República de Camarões debater, juntamente com os países convidados, assuntos de segurança marítima comuns, além de ter acesso ao apoio e as orientações da IMO.

Ao final da reunião os integrantes se deslocaram para o hotel e tiveram a noite livre.

No dia 12 de fevereiro a delegação visitou o NaPaOc Apa, atracado na BNRJ. O navio participou da Operação OBANGAME EXPRESS, que é realizada na África com a participação do Brasil e de países da OTAN. Na visita a comitiva assistiu a uma apresentação do Comandante, que abordou as possibilidades/características do meio e detalhes sobre a Operação OBANGAME 2015.

ANEXO II – RELATÓRIO DA VISITA DA DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA DE CAMARÕES À MARINHA DO BRASIL (CONCLUSÃO)

MARINHA DO BRASIL
(Continuação do Anexo (3), do Of nº 30-25/2015, do ComOpNav ao EMA.....)

No mesmo dia, o Embaixador e o Comandante da Marinha da República de Camarões foram recebidos em audiência pelo Comandante de Operações Navais, Almirante-de-Esquadra Elis Treidler OBERG, e posteriormente pelo Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar LEAL FERREIRA.

O CM iniciou a audiência dando as boas vindas ao Embaixador MBENG, ao CA MENDOUA e aos demais membros da delegação. Enfatizou o fato de ambos os países compartilharem um mesmo oceano e que os problemas na costa africana passam a ser de todos que são banhados pelo Atlântico. O Embaixador agradeceu a reunião e ressaltou o fato de ser a primeira visita oficial de uma delegação de Camarões à MB e que mesmo assim já existem vários acordos em vigor na área de Defesa entre os dois países. O CA MENDOUA expressou satisfação pela visita à MB e relatou as suas necessidades para a estruturação de sua Marinha, no sentido de combater aos ilícitos em suas águas jurisdicionais, e para atingir tal objetivo, solicitou apoio para a qualificação de pessoal e operacionalização de um pequeno Centro regional para o controle de área marítima. O CM concordou em apoiar à Marinha da República de Camarões e designou o CA LOURENÇO como POC para o início das tratativas. Por fim o Sr. ELANGA OBAN, agradeceu toda hospitalidade e afirmou que uma carta oficial do Primeiro Ministro, formalizando os convites para intercâmbio, será providenciada.

No dia 13 de fevereiro, antes da partida da Delegação, houve uma última reunião, coordenada pelo CA LOURENÇO para a definição dos próximos passos a serem dados. Foram estabelecidas as seguintes metas iniciais: levantamento das necessidades para a assinatura de um Acordo de Cooperação futuro e participação da República de Camarões no Seminário de Segurança da Navegação da IMO, que ocorrerá no Rio de Janeiro sob coordenação da MB. Para o levantamento das necessidades, no que tange à qualificação de pessoal e apoio para formação do Centro de Controle marítimo da República de Camarões, os critérios serão analisados bilateralmente. O Sr. ELANGA OBAN disse, na ocasião, que será expedida Carta oficial do Primeiro Ministro formalizando convites para este intercâmbio ou visita de Oficiais brasileiros à Camarões de modo que seja possível iniciar levantamento das ditas necessidades. Acrescentou ainda que contatos horizontais seriam realizados antes da expedição de qualquer documento oficial.

Desta forma, se encerrou a visita da delegação da República de Camarões, com a sensação de que a vinda ao Brasil, daquele país amigo, muito frutificará para a ampliação da projeção da Marinha do Brasil no Atlântico Sul, divulgação das atividades do CAMAS e principalmente para o incremento da segurança no entorno estratégico brasileiro.

GILBERTO CEZAR LOURENÇO
Contra-Almirante
Subchefe de Operações
Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul
ASSINADO DIGITALMENTE

ANEXO III – MENSAGEM OFICIAL DA INAUGURAÇÃO DO CENTRO INTERREGIONAL DE COORDENAÇÃO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ (CONTINUA)

De Brasemb Iaundê para Exteriores em 11/09/2014 (MNSP)

CODI=

CARAT=Ostensivo

DEXP=

BLEGIS=

PRIOR=Normal

DISTR=CGDEF/DMAE/DNU/COCIT/DAF I

DESCR=PDEF-BRAS-AFRI

RTM=FRABREM,ONUBRMS,LONREPR

RTM/CLIC=GRPAFRICA

REF/ADIT=TEL 350

CATEG=MG

//

Defesa. Atlântico SUI.

Pirataria no Golfo da Guiné.

Inauguração do Centro Inter-

regional de Coordenação.

Conferência de Iaundê.

//

Nota da DCA: Redistribuído para CGDEF/DMAE/DNU/COCIT/DAF I/DPAZ em 15/09/2014.

Nr. 00356

Rogo retransmissão via CLIC para as Embaixadas na África.

Retransmissão automática para Brasemb Paris, DELBRASONU e REBRASLON

RESUMO=

Centro Inter-regional de Coordenação (CIC) sobre segurança marítima no Golfo da Guiné foi inaugurado hoje, dando cumprimento às decisões da Cúpula de Iaundê de 2013. Fica patente a importância atribuída pelo Governo do Cameroun à instalação do organismo regional na capital camaronesa - inclusive pelo prazo com que o Centro foi montado. Desejo de contar com conhecimento e apoio brasileiro.

Em cerimônia presidida pelo Ministro da Defesa Edgard Alain Mbe Ngo'o, foi inaugurado hoje, em Iaundê, o Centro Inter-regional de Coordenação (CIC) dos países da CEEAC, CEDEAO e da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), responsável pela governança dos órgãos e mecanismos de vigilância e controle marítimo, nas duas regiões de mar do Golfo da Guiné: a CRESMAC (jurisdição e águas territoriais dos países da CEEAC) e a CRESMAO (idem, para os países da CEDEAO).

ANEXO III – MENSAGEM OFICIAL DA INAUGURAÇÃO DO CENTRO INTERREGIONAL DE COORDENAÇÃO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ (CONTINUA)

2. A instalação do CIC conclui a componente material do chamado "processo de Iaundê", que consiste na implementação das decisões dos Chefes de Estado e de Governo adotadas durante a Cúpula de Iaundê sobre Segurança no Golfo da Guiné (tels. 290 e 294 de 2013). A criação do CIC dá cumprimento, também - no formato decidido pelos líderes da CEEAC e CEDEAO - às Resoluções 2018 e 2039 do CSNU, desdobradas nos documentos emanados da Cúpula de Iaundê.

3. O CIC deverá portanto (i) cumprir e fazer cumprir as demais decisões emanadas da Cúpula de Iaundê, lavradas no "Código de Conduta", na "Declaração Política" e na Estratégia conjunta a ser elaborada, relativa ao combate à pirataria no Golfo da Guiné. Além de encarregar-se dos aspectos estratégicos, o CIC (i) coordenará, por mandato dos Chefes de Estado, o orçamento para essa estratégia, a alocação e levantamento de recursos; (iii) supervisionará as ações de vigilância, patrulhamento e combate à pirataria atribuídas aos órgãos nacionais ou regionais (marinhas, guardas costeiras, centros de controle, frotas dos países costeiros ou de terceiros países).

4. No caso do Cameroun, por exemplo, a principal atividade de vigilância e patrulhamento é feita sob coordenação do Centro Multinacional de Controle (CMC) de Duala, unidade multinacional que conta portanto com equipe composta por oficiais das diferentes marinhas da CEEAC. Toda ação de combate à pirataria em águas camaronesas, mesmo quando empreendida pela marinha do próprio Cameroun, é acompanhada pelo CMC. Em caso de perseguição por águas de mais de um país, sobretudo, o CMC deve ser ativado para mobilizar e organizar apoio e articulação. Na realidade, como se vê, a coordenação para ações multinacionais já existia, no âmbito de cada um dos grupos de países - CEEAC e CEDEAO. Agora, com o CIC, também as ações entre países desses dois agrupamentos passarão a ser integradas "além de haver doravante estratégia e planejamento conjuntos.

5. O principal elemento substantivo do CIC deverá ser o fato de que, como expressão do acordo firmado em nível de Chefe de Estado, o Centro detém a capacidade de tomar e implementar decisões tomadas no mais alto nível, em matéria de atuação conjunta dos países do Golfo da Guiné. Ou seja, poderá tomar as decisões de forma independente de outras estruturas, de nível nacional ou sub-regional, que já existem, tanto nos países da CEDEAO, quanto da CEEAC. Esse aspecto não é trivial, uma vez que, como muitos participantes das reuniões não se abstiveram de apontar, há sérias indagações em relação a possível duplicação de

ANEXO III – MENSAGEM OFICIAL DA INAUGURAÇÃO DO CENTRO INTERREGIONAL DE COORDENAÇÃO SOBRE SEGURANÇA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ (CONCLUSÃO)

funções, entre o Centro Inter-regional de Coordenação e outras instituições da África Ocidental e da África Central.

5. O Diretor-Executivo do CIC será o Coronel senegalês Dieng Abdourahmane, da CEDEAO. Nos contatos com a Secretária Lais Garcia e comigo, Abdourahmane frisou o interesse em ?agora, [instalado o CIC] precisamos visitar o Brasil a fim de conhecer o mesmo trabalho que vocês já fazem há muito tempo?. Referiu-se tanto à experiência de montagem e gestão do trabalho conjunto das marinhas sulamericanas no Atlântico Sul, quanto aos sistemas adotados. De sua parte, a Embaixadora Véronique Roger-Lacan (representante da França e do G7 para temas de segurança no Golfo da Guiné), voltou a sublinhar o interesse geral e o desejo da equipe diretora do CIC de poder contar com especialista da marinha brasileira, capaz de apoiar o CIC a desenvolver a estratégia de segurança marítima para o Golfo da Guiné.

6. O imóvel do CIC, novo e bem localizado, pode ser considerado de excelente padrão, em Iaundê. Está corretamente mobiliado, embora ainda não conte com equipamento de escritório informatizado. Está claro que não foi resolvida a totalidade das necessidades de custeio e aparelhamento do CIC. Conforme as apresentações e discussões havidas nas diferentes reuniões havidas, desde o último dia 2, o levantamento de recursos e financiamento total do orçamento do CIC efetivamente persistem como interrogações abertas.

7. Compareceram à inauguração do CIC, que contou com a presença do Secretário-Geral da CEEAC, Allam-Mi Ahmad; da Secretária-Executiva Adjunta da Comissão do Golfo da Guiné, Florentina Adenike Ukonga; do Representante Especial do SGNU para a África Central, Abdoulaye Bathily, grande número de Ministros de Estado do Cameroun (Relações Exteriores, Finanças, Administração Territorial, Justiça, Saúde, Economia e Planejamento) ? o que denota a importância atribuída ao fato de Iaundê poder contar com organismos regional relevante em questões de segurança marítima, de interesse para França, EUA, Noruega, Canadá e outros atores de maior presença no Golfo da Guiné.

8. Relato das demais reuniões (Conferência sobre Segurança Marítima no GG; reunião do G7+FOGG) seguirá por expediente em separado.

Nei Futuro Bitencourt, Embaixador

ANEXO IV – CARTA DE COOPERAÇÃO COM A MARINHA NACIONAL DE CAMARÕES



MARINHA DO BRASIL

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Esplanada dos Ministérios - Bloco "N" - 7º andar

CEP: 70055-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3429-1077 - ema.secom@marinha.mil.br

Carta nº 30-1/2017-EMA
940

Brasília, 8 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Contra-Almirante **JEAN MENDOUA**
Chefe do Estado-Maior da Marinha de Camarões**Assunto: Cooperação com a Marinha Nacional de Camarões**

Senhor Chefe do Estado-Maior,

1. Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, tenho a satisfação de convidar uma Delegação do seu país para visitar Organizações Militares (OM) da Marinha do Brasil (MB) sediadas no Rio de Janeiro-RJ, no período de 6 a 8 de março de 2017, em prosseguimento às tratativas ocorridas na viagem da Delegação da MB à República de Camarões, no período de 24 a 27 de outubro de 2016.
2. Este Estado-Maior sentir-se-á honrado com esse evento, ao qual sugerimos que sejam efetuadas visitas ao Comando de Operações Navais, à Escola Naval, ao Centro de Análises de Sistemas Navais e ao Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo, de acordo com o interesse demonstrado nas reuniões anteriores. Considerando que haverá disponibilidade de tempo, oferecemos, também, visita às OM de ensino do Corpo de Fuzileiros Navais, quando poderão conhecer a capacidade anfíbia da MB.
3. A MB oferece estada no Hotel de Trânsito no Rio de Janeiro e traslado nos trajetos do aeroporto, hotel e OM a visitar. As despesas com passagem aérea serão de responsabilidade do Governo de Camarões.
4. Por oportuno, coloco à disposição, para detalhar a programação e esclarecimentos adicionais, o Capitão de Mar e Guerra (RM1) EMILSON PAIVA DE FARIA, telefone: 55-61-3429-1732 e e-mail: paiva@marinha.mil.br.

Atenciosamente,

LUIZ GUILHERME SÁ DE GUSMÃO
Almirante de Esquadra
Chefe do Estado-Maior da Armada

ANEXO V – CONVITE DA DELEGAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

<p>REPUBLIQUE DU CAMEROUN Paix - Travail - Patrie</p> <p>PRESIDENCE DE LA REPUBLIQUE</p> <p>MINISTERE DE LA DEFENSE</p> <p>Yaoundé le 08 MAY 2017</p>		<p>REPUBLIC OF CAMEROON Peace - Work - Fatherland</p> <p>PRESIDENCY OF THE REPUBLIC</p> <p>MINISTRY OF DEFENCE</p> <p>03253/LE/MINDEF/01</p>
---	---	--

Le Ministre Délégué à la Présidence Chargé de la Défense
The Minister Delegate at the Presidency in Charge of Defence

Référence : V/L N°30-1/2017-EMA 940 du 08 février 2017

Objet : Invitation d'une délégation de la Marine camerounaise au Brésil

Monsieur l'Amiral d'Escadre,

Faisant suite à votre correspondance visée en référence et portant sur l'objet repris en marge,

J'ai l'honneur de vous marquer mon accord de principe pour la visite au Brésil d'une délégation de la Marine camerounaise, conduite par le **Contre-Amiral MENDOUA Jean**, Chef d'Etat-Major de la Marine Nationale, dans la période du **27 au 29 juin 2017**.

La dite délégation serait constituée de :

1. **Capitaine de Frégate ATONFACK GUEMO Cyrille Serge**, Conseiller Technique du Ministre de la Défense ;
2. **Capitaine de Frégate NGONGE SONE AJANG Emmanuel**, Commandant de la Base Navale de Limbé ;
3. **Enseigne de Vaisseau de 2^{ème} classe FOUTE TANTO Jules**, Officier Ingénieur Systèmes d'Informations à l'Etat-Major de la Marine ;
4. **M. TCHENZETTE MBOUEMBEU Paulin Martial**, Sous-Directeur Amérique Latine au Ministère des Relations Extérieures.

Je saisis cette occasion pour vous exprimer toute mon appréciation de la coopération naissante entre les Marines de nos deux pays, et exprimer le vœu de la voir se renforcer et s'étendre à d'autres domaines de la Défense.

Veuillez agréer **Monseigneur l'Amiral d'Escadre**, l'expression de ma haute considération ./-

Monseigneur l'Amiral d'Escadre,
Antônio GUILHERME SA DE GUSMAO
Chef d'Etat-Major des Armées brésiliennes
BRASILIA


BEN ASSOMO Joseph

ANEXO VI – MINUTA DE COOPERAÇÃO (CONTINUA)

ANNEX A

Cooperation Plan 2018/2019 – Brazilian Navy and Cameroon Navy

1- No âmbito do Acordo de Cooperação entre a Marinha do Brasil (MB) e a Marinha Nacional de Camarões (MNC), realizou-se uma reunião em Brasília, em 29 de junho de 2017.

2- A MB e a MNC foram representadas por delegações, pelo lado brasileiro chefiada pelo Almirante de Esquadra EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA, Comandante da MB, e pelo lado camaronês chefiada pelo Contra-Almirante JEAN MENDOUA, Chefe do Estado-Maior da MNC. A composição das delegações foram as seguintes:

• MB:

- V Alte JOSÉ AUGUSTO VIEIRA DA CUNHA DE MENEZES – Chefe do GCM;
- CMG PAULO RENATO ROHWER SANTOS – Comandante do COMCONTRAM;
- CMG GUILHERME DA SILVA COSTA – Assessor-Chefe de Operações, Organização e Material do GCM
- CMG SÉRGIO BLANCO OZÓRIO – Encarregado da Divisão de Relações Internacionais do EMA; e
- CF GIOVANI CORRÊA – Secretário Militar
- CF (FN) MAURILO DE SOUZA VILAS BOAS – Assessor de Relações Institucionais e do CFN do GCM.

• MNC:

- CF Emmanuel Ngonge SONE Ajang (Comandante da Base Naval de Limbé);
- CF Cyrille Serge ANTOFACK Guemo (Conselheiro Técnico do Ministro da Defesa de Camarões);
- Sr. Paulin Martial TCHENZETTE Mbouembeu (Diplomata do MRE de Camarões); e
- 2T Jules FOUTE Tanto (Engenheiro de TI da Marinha Nacional de Camarões).

3- Na reunião, ambos os lados discutiram questões de interesse mútuo destinadas a melhorar a cooperação bilateral nas seguintes áreas:

- Incremento da Consciência Situacional Marítima (CSM);
- Apoio técnico; e
- Formação e treinamento de pessoal.

4- Em particular, ambas as partes concordaram com as seguintes atividades a serem desenvolvidas durante o biênio 2018/2019, detalhadas no Plano de Ações constante do apêndice ao presente anexo:

ANEXO VI – MINUTA DE COOPERAÇÃO (CONCLUSÃO)

4.1- Incremento de Consciência Situacional Marítima – com a inclusão de Camarões ao Sistema LRIT, por meio da adesão ao CDRL Brasil. A minuta de Contrato já se encontra com o POC da MNC e o tempo previsto para conclusão do processo, após a assinatura do contrato, é de seis (6) meses.

4.2- Incremento de Consciência Situacional Marítima - com o convite para adesão de Camarões à T-RMN. A MB, na condição de liderança técnica, iniciaria desde já o procedimento formal de inclusão, a qual deverá se concretizar ao longo de 2018.

4.3- Incremento de Consciência Situacional Marítima – com o compartilhamento e intercâmbio de informações sobre o tráfego marítimo de interesse, entre o COMCONTRAM, o MOC e o CMC da Zona "D", com base na plataforma comum utilizada (SISTRAM IV), com possibilidade de uso do Sistema ATRIA.

4.4- Apoio técnico – com a adoção do SISTRAM IV como sistema de gerenciamento de tráfego marítimo no Centro de Operações Marítimas (MOC, em inglês) de Camarões, no nível nacional; e no Centro Multinacional de Coordenação – CMC, no nível sub-regional (Zona "D" do Protocolo de Yaoundé, composta por Camarões, Gabão, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe), ambos em Douala. O primeiro passo dar-se-ia com a instalação do SISTRAM, pelo CASNAV, naqueles Centros, como integrador das fontes disponíveis em Camarões (AIS-C e, possivelmente, LRIT, após concretizado o subitem 4.1, com possibilidade futura de customização às características locais.

4.5- Formação e treinamento de Pessoal – com convites para Cursos e Estágios do Ensino Naval destinados a Pessoal Extra Marinha (CENPEM), a serem oferecidos MNC conforme a seguir:

- a. Convite para dois (2) camaroneses participarem do Curso de Graduação da Escola Naval a partir de 2018. O convite para o próximo ano (2018) deve ser formulado ainda este ano, o quanto antes, a fim de permitir o devido processo seletivo por parte da MNC.
- b. Convites para Cursos e Estágios do Ensino Naval destinados a Pessoal Extra Marinha constantes no CENPEM-2018, a serem solicitados pela MNC.

4.6- Formação e treinamento de Pessoal – com cursos de CNTM ministrados em Camarões (em 2018 e 2019), na língua inglesa, e estágios práticos do pessoal cursado no Brasil. O curso de CNTM tradicionalmente ministrado pelo COMCONTRAM seria utilizado como modelo para um programa elaborado, especificamente, para a MNC, abrangendo os seguintes tópicos:

- a. Auxílio na preparação do material didático;
- b. Configuração dos sistemas informatizados utilizados;
- c. Introdução na Doutrina NCAGS;
- d. Uso do LRIT;
- e. Classificação de Navios de Interesse Especial (NAEsp); e
- f. Exercícios de CNTM.

ANEXO VII – CARTA DA EMBAIXADA DO BRASIL EM IUANDÊ (I)

1

MINISTÉRIO DA DEFESA
Gabinete do Ministro da Defesa
Assessoria de Planejamento e Procedimentos
Assessoria de Planejamento e Procedimentos
Assessoria de Planejamento e Procedimentos

21 / 08 / 2017

Santos

Reservado - Urgentíssimo

Ofício Nº 405 DADF/DMAE/DIACO/ABC/PDEF ETEC CAME

Brasília, em 14 de agosto de 2017.

Senhor Chefe de Gabinete,

Transmito teor de comunicação, de caráter reservado, recebida da Embaixada do Brasil em Iaundê, em 09/08/2017:

"Christian Trimua, Diretor Executivo (togolês) do Centro Interregional de Coordenação (CIC) de Iaundê, órgão intergovernamental superior com responsabilidade sobre segurança marítima no Golfo da Guiné, havia manifestado formalmente a intenção de contar com assessoramento especializado de oficial da Marinha brasileira, com vistas ao desenvolvimento dos trabalhos daquele Centro. A solicitação foi feita por intermédio de Nota verbal do CIC endereçada a esta Embaixada. A solicitação de assistência brasileira reflete decisão que incorpora a posição dos diferentes países que integram o CIC (países do Golfo da Guiné).

2. Em 22 de junho, o Diretor do CIC voltou a encaminhar Nota nesse sentido, tendo-a transmitido diretamente ao ponto focal para o tema na Marinha brasileira, Capitão de Mar e Guerra Paulo Renato Rohwer Santos, Comandante do Comando de Controle Naval do Tráfego Marítimo. A Nota anterior, de março, não havia sido

Excelentíssimo Senhor
Embaixador Alessandro Candias
Chefe de Gabinete do
Ministro de Estado da Defesa

RESERVADO

ANEXO VIII – CARTA DA EMBAIXADA DO BRASIL EM IUAUNDÊ (II)

Centre Interrégional de Coordination
124, Rue 6.103 Quartier Golf Ntougou
BP 35468 Bastos Yaoundé - Cameroun



Inter-regional Coordination Centre
124, Street 6.103 Gulf Ntougou District
P.O Box 35468 Bastos Yaoundé - Cameroon

Embaixada do Brasil em Iauandê
Protocolo N° 5/n°
Data 24/06/2017
Hora _____

Note verbale N° 713/DE/NA/CIC/17

Le Centre Interrégional de Coordination (CIC) pour la mise en œuvre de la stratégie régionale de sûreté et de sécurité maritimes dans le Golfe de Guinée, établi à Yaoundé, présente ses compliments à l'Ambassade de Brésil au Cameroun et,

A l'honneur de lui adresser, dans le cadre de la coopération qu'il envisage avec la marine brésilienne, les termes de référence de l'expert que le CIC sollicite de la part de la marine brésilienne pour l'aider à activer sa salle de veille et à mettre en œuvre le réseau d'échange d'information du Golfe de Guinée.

Le Centre Interrégional de Coordination pour la mise en œuvre de la stratégie régionale de sûreté et sécurité maritimes dans le Golfe de Guinée saisit cette occasion pour renouveler à l'Ambassade de Brésil au Cameroun, les assurances de sa haute considération.

Yaoundé, le 22 JUN 2017

AMBASSADE DE BRÉSIL AU CAMEROUN

YAOUNDE

Pièce jointe : TDR de l'expert.

Recebido diretamente
Nei Futuro Bitencourt
Embaixador



Centre Interrégional de Coordination
Inter-regional Coordination Centre

www.cicyaounde.org / info@cicyaounde.org / cic.sm.contact@yahoo.fr

ANEXO IX – CARTA DA EMBAIXADA DO BRASIL EM IUANDÊ (III)

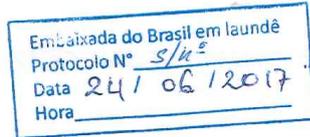
Centre Interrégional de Coordination 124, Rue 6.103 Quartier Golf Ntougou BP 35468 Bastos Yaoundé - Cameroun		Inter-regional Coordination Centre 124, Rue 6.103 Gulf Ntougou District P.o.Box 35468 Bastos Yaoundé - Cameroon
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> Embaixada do Brasil em Iuandê Protocolo N° <u>S/n°</u> Data <u>24/06/2017</u> Hora _____ </div>	Yaoundé, le 23 JUN 2017	
<u>TDR DE L'EXPERT BRESILIEN A METTRE A DISPOSITION AU CIC</u>		
1- <u>Missions</u>		
Sous la supervision du Chef de Division « Gestion de l'information et de la communication », l'Expert en Système d'Information et Communication sera chargé de :		
<ul style="list-style-type: none"> • Proposer les procédures d'échange d'informations d'une part entre les centres de l'architecture, et d'autre part entre le CIC et les agences de renseignements qui luttent contre la criminalité maritime au niveau international. au vu du schéma actuel du réseau physique d'échange d'informations du Golfe de Guinée; • Proposer un schéma d'organisation et de fonctionnement de la salle de veille du CIC ; • Servir de liaison avec les Centres du CAMAS pour les échanges d'information et d'expériences. 		
2- <u>Qualifications et compétences requises</u>		
<ul style="list-style-type: none"> • Etre officier de la marine spécialiste des télécommunications ou des opérations navales • Avoir travaillé dans un centre d'opération maritime (un Centre du CAMAS serait un atout) • Avoir participé à la mise en place d'un réseau d'échange d'informations dans le domaine maritime ; • Avoir une bonne connaissance du français et/ou de l'anglais. 		
3- <u>Durée de la mission</u>		
<ul style="list-style-type: none"> • A définir de commun accord 		
4- <u>Lieu de travail</u>		
<ul style="list-style-type: none"> • Yaoundé – Cameroun (CIC) 		
<i>Redeol. div. tanantsi.</i> Nei Futuro Bitencourt Embaixador		
Centre Interrégional de Coordination / Inter-regional Coordination Centre Site web: www.cicyaounde.org		

ANEXO X – CARTA DA EMBAIXADA DO BRASIL EM IUANDÊ (IX)

Centre Interrégional de Coordination
124, Rue 6.103 Quartier Golf Ntougou
BP 35468 Bastos Yaoundé - Cameroun



Inter-regional Coordination Centre
124, Rue 6.103 Gulf Ntougou District
P.o.Box 35468 Bastos Yaoundé - Cameroon



Note verbale N° 35 /DE/NA/CIC/17

Le Centre Interrégional de Coordination (CIC) pour la mise en œuvre de la stratégie régionale de sûreté et de sécurité maritimes dans le Golfe de Guinée, présente ses compliments à l'Ambassade de la République Fédérative du Brésil à Yaoundé et,

A l'honneur de porter à sa connaissance qu'il souhaite amorcer avec elle une coopération dans le cadre :

- du renforcement des capacités civilo militaires nationales et régionales en ce qui concerne la lutte contre la criminalité maritime dans l'Atlantique Sud ;
- de l'échange et de la coordination des informations ;
- du domaine judiciaire ;
- des exercices conjoints ;
- de l'assistance technique.

Le Centre Interrégional de Coordination (CIC) pour la mise en œuvre de la stratégie régionale de sûreté et de sécurité maritimes dans le Golfe de Guinée saisit cette occasion pour renouveler à l'Ambassade de la République Fédérative du Brésil, les assurances de sa haute considération.

Nei Futuro Bitencourt
Nei Futuro Bitencourt
Embaixador



Yaoundé, le 22 MAR 2017

AMBASSADE DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL
YAOUNDÉ

Copie: Ministère des Relations Extérieures de la République du Cameroun

Centre Interrégional de Coordination
Inter-regional Coordination Centre
www.cicyaounde.org : info@cicyaounde.org / cic.sm_contact@yahoo.fr

ANEXO XI – CARTA DA EMBAIXADA DO BRASIL EM IUANDÊ (X)

Centre Interrégional de Coordination
124, Rue 6.103 Quartier Golf Ntougou
BP 35468 Bastos Yaoundé - Cameroun



Inter-regional Coordination Centre
124, Rue 6.103 Gulf Ntougou District
P.o.Box 35468 Bastos Yaoundé - Cameroon

Embaixada do Brasil em Iauandê
Protocolo N° 5/4^e
Data 24/06/2017
Hora _____

Note verbale N° 1/DE/NA/CIC/17

Le Centre Interrégional de Coordination (CIC) pour la mise en œuvre de la stratégie régionale de sûreté et de sécurité maritimes dans le Golfe de Guinée, présente ses compliments à l'Ambassade de la République Fédérative du Brésil à Yaoundé et,

A l'honneur de porter à sa connaissance que, dans le cadre de sa montée en puissance, sa feuille de route pour les six prochains mois prévoit l'activation de sa salle de veille destinée à collecter, traiter et diffuser les informations sur la criminalité maritime dans le Golfe de Guinée.

Pour ce faire, il sollicite la Marine brésilienne, eu égard à son expérience et son expertise dans la surveillance du trafic maritime en Amérique latine (Atlantique Sud), afin de mettre à sa disposition un expert opérationnel en télécommunications, pour l'appuyer dans la mise en place des équipements et des procédures tant techniques qu'opérationnelles de ladite salle.

Le Centre Interrégional de Coordination (CIC) pour la mise en œuvre de la stratégie régionale de sûreté et de sécurité maritimes dans le Golfe de Guinée saisit cette occasion pour renouveler à l'Ambassade de la République Fédérative du Brésil à Yaoundé, les assurances de sa haute considération. *31*

Yaoundé, le **22 MAR 2017**.

Nei Futuro Bitencourt
Nei Futuro Bitencourt
Embáixador



AMBASSADE DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL
YAOUNDÉ

Copie: Ministère des Relations Extérieures de la République du Cameroun

ANEXO XII - ENTREVISTA

DATA: 17/05/2018

Nome: Emilson PAIVA de Faria

Patente: Capitão de Mar e Guerra (RM1) / Captain (ret)

Área de Atuação: Divisão de Relações Internacionais / Department of International Affairs - ESTADO-MAIOR DA ARMADA / BRAZILIAN NAVY STAFF

1. Qual a sua função na MB?

R - Ajudante da Divisão de Relações Internacionais.

2. Qual a relação existente entre a Marinha do Brasil e a África após a 2ª Guerra Mundial?

R - Após a 2ª Guerra Mundial, não houve alteração relevante de *status quo* entre a MB e os países da África. De fato, começou a ocorrer eventos entre a MB e as Marinhas africanas na década de 1990, com prioridade para os países da CPLP.

3. Há incentivo de cooperação entre a Marinha do Brasil e a África?

R – A MB relaciona-se com Marinhas de diversos países amigos, então não há sentido em abordar cooperação entre a Marinha do Brasil e a África, pois a África é um continente e não tem Marinha. Entretanto, o Atlântico Sul compõe o Entorno Estratégico do Brasil, estabelecido em publicações oficiais. Assim, privilegia-se o relacionamento com as Marinhas dos países ribeirinhos deste Oceano. Estas publicações também dispõem que os países da CPLP são prioritários. Então, a MB prioriza o relacionamento com os países da África Ocidental e, dentre estes, os da CPLP.

4. Existe parceria entre a MB e a Marinha de Camarões? Há quanto tempo?

R – Sim, começou a ser tratada em setembro de 2014, quando uma Delegação da Marinha de Camarões visitou a MB, particularmente o Comando de Operações Navais.

5. Quais são os interesses da MB relacionados à Segurança e Defesa em Camarões?

R - Contribuir para aumentar a segurança marítima da região do Golfo da Guiné, onde estão ocorrendo ações de pirataria marítima e de roubo armado aos navios. A MB também tem interesse em que as Marinhas dos países da África Ocidental possuam capacidade de garantir a soberania nacional nas suas águas jurisdicionais.

6. Qual o interesse da MB em Camarões que viabilizaria um acordo de cooperação?

R - A MB tem interesse em que as Marinhas dos países da África Ocidental possuam capacidade de garantir a soberania nacional nas suas águas jurisdicionais.

*7. Por que há possibilidade de a MB em estabelecer parcerias com a Marinha de Camarões?
Por que escolher esse país?*

R – A MB somente ajuda/coopera com países que nos pedem, e este foi o caso da Marinha de Camarões. Além disto em Camarões está instalado o Centro Inter-regional de Controle (CIC) – órgão multilateral - que tem o propósito de coordenar as atividades de segurança marítima da região do Golfo da Guiné.

8. Como foi a receptividade do governo de Camarões com a MB e da MB com Camarões no período dos documentos enviados?

R – A MB relaciona-se com a Marinha de Camarões e não com o governo de Camarões. A receptividade foi ótima.

9. As visitas relacionadas nos documentos possibilitaram o estreitamento do vínculo de cooperação entre Brasil e Camarões?

R – De fato, o relacionamento entre a MB e a Marinha de Camarões é ainda incipiente, está no início, entretanto, a perspectiva é promissora.